

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DOUTORADO EM FILOSOFIA

JAIR INÁCIO TAUCHEN

**POR UMA CRÍTICA FILOSÓFICA DA IDOLATRIA EM ARTICULAÇÃO
COM A TEOLOGIA E A ECONOMIA –
UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Jair Inácio Tauchen

**POR UMA CRÍTICA FILOSÓFICA DA IDOLATRIA EM ARTICULAÇÃO COM A
TEOLOGIA E A ECONOMIA – UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza

Porto Alegre
2018

Jair Inácio Tauchen

Por uma crítica filosófica da idolatria em articulação com a teologia e a economia – um diálogo interdisciplinar

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Ética e Filosofia Política.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca examinadora

Prof. Dr. Ricardo Timm, de Souza

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza

Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Prof. Dr. André Brayner de Farias

Prof. Dr. Érico João Hammes

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese especialmente aos meus pais, Alfredo Fernandes Tauchen e Nelsi Maria Schuh Tauchen pelo apoio; à minha esposa Ângela Nara Ferreira da Silva, pelo companheirismo e carinho; aos meus filhos Mariana Ferreira Tauchen e João Alfredo Ferreira Tauchen; aos meus amigos que me acompanharam neste período de estudos.

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço de forma especial: ao Prof. Ricardo Timm de Souza pela atenção e orientação na realização desta pesquisa; ao Prof. Agemir Bavaresco pela disponibilidade, apoio e diálogos; ao Prof. Draiton Gonzaga de Souza pelo incentivo e pelas oportunidades de internacionalização; ao Prof. André Brayner de Farias pelo estímulo e amizade; à CAPES/PROEX pela bolsa integral de estudos; a todos os professores e secretaria do PPG em Filosofia da PUCRS; aos demais colegas e discentes, especialmente ao Prof. Jozivan Guedes de Lima, que auxiliaram direta ou indiretamente no amadurecimento intelectual.

RESUMO

O presente trabalho pretende explorar e aprofundar criticamente a questão da “idolatria” em um viés marcadamente filosófico, porém contando igualmente com elementos de análise a partir da teologia bíblica e da economia contemporâneas, que fornecerão elementos reflexivos e aportes conceituais para que se compreenda em que sentido a idolatria *tout court* se apresenta sempre como uma expressão de divindade que oprime e exige sacrifício humano e da vida em geral. No que tange à teologia bíblica, o propósito é identificar, na idolatria, uma estrutura que denuncia deuses que legitimam a opressão, apoiam poderes dominadores e interferem negativamente na comunidade humana. No que diz respeito à investigação do sentido econômico da idolatria, os ídolos são reconhecidos no mercado, no dinheiro, no capital, criações humanas que se tornam insaciáveis, ligados à exploração e à injustiça social. Na abordagem específica da filosofia flusseriana, a proposta é demonstrar que a “nova magia” do mundo contemporâneo é a ritualização complexa de programas, com a clara intenção de programar a sociedade em vista de um comportamento idolátrico programado.

Palavras-chave: Idolatria. Dinheiro. Divindade. Programa.

ABSTRACT

This work aims to explore and to discuss critically the question of “idolatry” from a proper philosophical point of view. I will also take into account contributions from contemporary theology and economics, which will offer elements for reflection and conceptual tools in order to understand the sense in which idolatry *tout court* shows itself as the expression of an oppressing divinity which demands the sacrifice of the human life and of life in general. As far as the economical sense is concerned, I will identify money, market, and capital with idols, defined as human creations that become insatiable and bring about exploitation and social injustice. My proposal is to use the specific approach of Flusser’s philosophy in order to argue that the “new magic” of the contemporary world is the complex ritualization of programs designed to build society according to the patterns of an idolatrous behavior.

Keywords: Idolatry. Money. Divinity. Program.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Teologia: escoreço teológico da questão da idolatria.....	14
1.1 Imagem ou ídolo?	15
1.2 As divindades de ouro: idolatria e culto a imagens.....	20
1.3 Idolatria no Cristianismo.....	25
1.4 A teologia e a economia no discurso secularizado.....	28
1.5 A lei de Paulo e a lei do mercado	33
2. Economia: a idolatria do mercado.....	36
2.1 O homem econômico: diferenças entre mercado e sistema de mercado.....	36
2.2 Democracia: são todos iguais, mas a preferência é por alguns.....	41
2.3 As promessas do mercado capitalista globalizado.....	44
2.4 A economia e a vida humana	46
2.5 Idolatria, opressão e violência contra a vida	49
2.6 O mercado e o deus-dinheiro	54
2.7 A dignidade do trabalho e do trabalhador no plano da economia	62
2.8 O sistema econômico: da idolatria ao sacrifício humano	66
2.9 <i>O capitalismo como religião e o espírito do capitalismo</i>	71
3. Filosofia: a questão da crítica da idolatria em Flusser.....	82
3.1 Imagens: mapas do mundo ou biombos?	82
3.2 O fascínio mágico pelo aparelho: o programa e o programado	86
3.3 Idolatria: conexão entre o aparelho, programa e imagens técnicas	93
3.4 O vento da comunicação: informação e conexão em rede	99
Conclusão	104
Bibliografia	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende explorar e aprofundar criticamente a questão da “idolatria” em um viés marcadamente filosófico, porém contando com elementos da teologia e da economia contemporâneas, que fornecerão elementos reflexivos e aportes conceituais para que se compreenda em que sentido a idolatria *tout court* se apresenta sempre como uma expressão de divindade que oprime e exige sacrifício humano e da vida em geral. Embora as referências principais sejam as obras de V. Flusser, H. Assmann, F. Hinkelammert, muitos outros autores participarão igualmente do itinerário que se pretende trilhar.

O tema da idolatria na teologia bíblica é muito abrangente; está presente no Judaísmo e no Cristianismo. Por conseguinte, é necessário estabelecer fundamentos claros para poder interpretar os textos bíblicos, muitas vezes restritivos e violentos, mediante uma análise respeitosa das diversidades espirituais que fazem parte da vida do homem. A prática religiosa da idolatria permeia o processo do politeísmo e monoteísmo do Antigo Testamento e do Novo Testamento.¹ Ela está diretamente ligada ao significado de denúncia, repulsa, intolerância, discriminação e condenação dos cultos que utilizam imagens, o que permite uma interpretação ampla. Essa interpretação, muitas vezes tida como fundamentalista e religiosamente intolerante, é um grande desafio para a sociedade atual marcada pela emergência das diversidades culturais, religiosas e de orientação sexual.

Considerando a abrangência do tema na teologia bíblica e com o propósito de se manter fiel ao problema desta tese, o primeiro capítulo pretende analisar a idolatria como uma estrutura que oprime e exige entrega e sacrifícios da vida humana. Por isso, diante das inúmeras narrativas bíblicas, faz-se necessário escolher algumas que exibem ídolos como deuses que legitimam a opressão, apoiam poderes dominadores, interferem na comunidade humana e são incapazes de ouvir o clamor dos pobres.²

¹ O Antigo Testamento comparado com o Novo possui uma abordagem sobre a idolatria muito maior. No Novo Testamento os Evangelhos e os outros livros praticamente não abordam o tema de forma patente, mas consta em alguns relatos no Atos, em alguns escritos paulinos e no Apocalipse de maneira mais elaborada. Beale questiona se em razão disso é possível “concluir que o problema da idolatria cessara ou deixara de ser tão agudo na história posterior de Israel na época de Jesus, ou então que não era problema na igreja do primeiro século?” Cf. BEALE. *Você se torna aquilo que adora*, p. 28.

² O sociólogo e filósofo alemão Erich Fromm entende o processo idolátrico da seguinte forma: “a essência do que era chamado ‘idolatria’ pelos antigos profetas não está em o homem adorar muitos deuses em vez de um único. Está em os ídolos serem a obra das mãos do próprio homem – eles são coisas e, no entanto, o homem curva-se ante a elas e as reverencia; adora aquilo que ele mesmo criou. Ao fazê-lo ele se transforma em coisa.

Na tradição cristã, o ídolo ou culto dos ídolos encontra-se no sentido oposto ao culto do verdadeiro Deus proclamado pelas escrituras. O mesmo ocorre em relação à fé, pois se o reconhecimento do Deus verdadeiro depende da fé e o culto a Deus apenas pode acontecer a partir da fé, a idolatria aproxima-se da incredulidade. Assim, o verdadeiro culto a Deus é incompatível ao deus dinheiro ou ao deus mercado que, por sua vez, deve ser compreendido como idolatria. O ídólatra guarda dinheiro e bens somente para si, um culto como se fosse deus. Comportamento reprovado pelo Evangelho quando se refere a servir a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo. Jesus, ao afirmar que não é possível prestar culto simultaneamente a Deus e a Mamom (Mt 6,24), renova o que os profetas do Antigo Testamento já haviam denunciado. No Novo Testamento o enfoque da idolatria continua atual: “Mamon”, nesse caso, refere-se aos bens que as pessoas acumulam e não utilizam. Quem se utiliza disso como sentido da vida, não considera a Palavra de Deus, vive sob o mando da idolatria. A ganância pelo dinheiro deve ser desmascarada em sua imagem de justiça.

Os teólogos latino-americanos, ao criticarem as relações do mercado no contexto econômico, são impulsionados a considerar a Sagrada Escritura como elemento balizador a fim de interpretar o mundo que os cerca e fundamentar a questão da idolatria. Por isso, o termo “ídolo” deve expressar um significado maior do que apenas uma imagem ou estátua. A idolatria pode ser qualquer realidade divinizada pelo homem. Sempre que o homem substitui o poder divino por outra confiança, cai em idolatria. As possibilidades são inúmeras, por exemplo, a divinização do poder, do Estado, das raças, do capital.

A idolatria no sentido econômico e empresarial tem algo diferente da idolatria na Bíblia. O mercado, o dinheiro e o capital são criações humanas, são ídolos adorados que se tornam insaciáveis. O verdadeiro Deus segundo a tradição bíblica quer que o ser humano ocupe o centro da história com suas necessidades concretas atendidas. De outro modo, os ídolos do mercado, do dinheiro, estão ligados à exploração e à injustiça na sociedade; diferente do Deus que se tornou humano em Jesus de Nazaré que não ordena sacrifício algum, os ídolos do mercado exigem sacrifícios. Aliás, Ele próprio se entregou como sacrifício, no Cristianismo.

Transfere às coisas de sua criação os atributos da vida e, em vez de experienciar-se como pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo. Ele se alheou às forças de sua própria vida, à riqueza de suas próprias potencialidades, e só entra em contato consigo mesmo de maneira indireta, e submetendo-se à vida congelada nos ídolos.” Cf. FROMM. *O conceito marxista do homem*, p. 123.

Como o problema da pesquisa está centrado na idolatria, o segundo capítulo abordará a questão do mercado, do capital e da globalização. A intenção não é desenvolver novas alternativas para a sociedade, mas analisar a crise atual de dominação e opressão imposta pelos deuses, na qual parece uma obviedade a necessidade de escolhas e de respostas que recusem a situação agressiva estabelecida pelas leis do mercado e da globalização.

Outro propósito é demonstrar o caráter sacrificial e sedutor do capitalismo que esconde sob sua sombra o sofrimento humano como sendo necessário. O tema é amplo e produz ligação com outros assuntos complexos e polêmicos. Por essa razão, será necessário delimitá-lo para permitir aprofundar dentro dos limites de uma tese acadêmica algumas das suas dimensões a fim de torná-lo coerente.

O capitalismo que tanto fascina a humanidade, apesar de exigir sacrifícios e provocar uma realidade de morte, é associado a uma dimensão religiosa que promete promover a esperança e a redenção. O sistema vigente funciona de maneira que articula dois polos opostos: um que ao mesmo tempo domina, explora e exige sacrifícios, provoca a adesão e fascínio das pessoas através do consumo de mercadorias; e outro cuja fundamentação mítica impõe como legítimo a exigência de sacrifícios humanos. Ao mesmo tempo que fascina e seduz, envolve a sociedade num caráter sacrificial e sedutor.

A proposta é expor as relações entre economia e teologia a partir dos problemas que atingem os seres humanos, principalmente os mais pobres. Transparece o juízo que o mercado se transformou num ídolo, numa divindade que oprime e que exige a entrega e sacrifícios da vida humana. O dinheiro, a mercadoria e o capital tornaram-se fetiches³, um caminho a ser trilhado, liderado por deuses que oprimem. Nesse sentido, entende-se que é urgente resgatar o Deus verdadeiro do cativeiro dos ídolos e denunciar a idolatria do capital, a fim de devolver à economia sua atividade preponderante de promover a vida humana para todos, em especial, os mais necessitados. O problema desta tese consiste em desenvolver uma crítica⁴ à idolatria do mercado; isso não significa uma crítica ao mercado como tal, mas à sua sacralização e à

³ Para Franz Hinkelammert, o fetichismo consiste no modo como o ser humano submete sua vida concreta ao resultado do produto por ele elaborado. O ser humano seria destruído na relação estabelecida com o ídolo, pois o mesmo adquiriria um sentido de deus que está ligado à opressão e ao sofrimento. Hinkelammert aborda o tema da idolatria a partir dos seus estudos sobre a crítica ao fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital no contexto da economia política de Karl Marx.

⁴ O método utilizado para desenvolver essa crítica é no sentido flusseriano: “Crítica é o ato graças ao qual um fenômeno é rompido para que se veja o que está por trás dele.” Para deixar mais claro apresenta um exemplo singelo: “quando uma criança abre a barriga de uma boneca para olhar dentro dela, isso é um ato de crítica” cf. FLUSSER, *Comunicologia*, p. 45. O desenvolvimento do pensamento crítico não significa desenvolver ou inventar algo novo, mas significa dar continuidade a reconstituição, rompendo com alguns elementos considerados centrais e, a partir disso, extrair novos elementos.

absolutização das suas leis, mantendo o cuidado de não cair no extremo oposto que é a sua demonização.

No terceiro capítulo a proposta é abordar a filosofia flusseriana e tomar a câmera fotográfica como exemplo diante dos demais aparelhos: o econômico, o mercado e as instituições. É preciso um diagnóstico para compreender como os aparelhos e os programas se comportam e interferem na vida das pessoas e da sociedade e, igualmente, é preciso questionar até que nível as escolhas e os indivíduos estão programados. O aparelho é tratado por Hannah Arendt como transformador de pessoa medíocre em funcionário com poder de destruição. Flusser, por sua vez, trata o aparelho, como transformador de pessoa culta em funcionário medíocre. O que importa é que os dois tipos de funcionários podem promover aparelhos como o nazismo que deve ser combatido e negado. Sabe-se que o fotógrafo age em função do esgotamento do programa contido no aparelho. Nesse sentido, a sociedade funciona apenas em função do aparelho? Ou seja, simplesmente obedece ao que está inscrito no programa do aparelho?

O processo idolátrico das imagens transforma as pessoas em sombras das imagens, e em pessoas presas ao desejo da imortalidade. Quando o homem não consegue mais decifrar as imagens, as imagens o devoram. O problema reside em saber como o homem se ocupará de símbolos, códigos, sistemas e como será sua vida nesse ambiente imaterial. O processo está em curso, mas o que se percebe é que a humanidade caminha para um totalismo programador.

O sistema complexo que envolve o aparelho e o programa é denominado por Flusser de “caixa preta”, cujo esgotamento é muito difícil de ser realizado. A complexidade se estabelece na existência de aparelhos que programam aparelhos nas economias, nas indústrias e na sociedade. Os programadores que elaboram programas o fazem em função de um metaprograma. A proposta da tese também é demonstrar que a nova magia do mundo contemporâneo é a ritualização de programas com a clara intenção de programar a sociedade em vista de um comportamento idolátrico programado.

Flusser foi um crítico que trouxe à discussão o tema da criatividade e de seu autor. Procurava demonstrar que nenhuma informação poderia ser criada *ex nihilo*; aquilo que se produz limita-se a ser resultado da manipulação das informações adquiridas. Seguindo a lógica do autor e com o propósito de delimitar a abrangência da pesquisa acadêmica, o presente trabalho será interdisciplinar adequado à área das humanidades na qual as articulações teóricas se desenvolvem e são elaboradas a partir da pesquisa bibliográfica,

através de artigos, obras seminais e análises críticas. O “guarda-chuva” teórico envolve a Bíblia Sagrada, balizado em sentido filosófico por pensadores como Franz Hinkelammert, Hugo Assmann e Vilém Flusser.

1. ESCORÇO TEOLÓGICO DA QUESTÃO DA IDOLATRIA

“Não terás outros deuses além de mim” (Ex 20,3).

No Antigo Testamento em Gênesis 1, relata-se que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, capaz de refletir a sua glória. A questão é saber se no decorrer da história até a atualidade esse propósito foi cumprido. O que o homem como criatura de Deus reflete atualmente? O ser humano, conforme a narrativa bíblica, foi criado para refletir Deus e quando isso não acontece reflete outra coisa. Reflete, sobretudo, aquilo com o qual está comprometido, seja com o Deus criador ou com qualquer outro objeto da criação. Assim, quando não adora o Deus verdadeiro em vez de assemelhar-se com Ele, o idólatra assemelha-se com o ídolo que adora. O problema da idolatria, considerando a revelação bíblica do primeiro e do segundo mandamento, é que ele camufla a nobreza entre Deus, o Criador e a criatura. O fato de representar Deus por alguma imagem divina o desvia da verdadeira natureza espiritual. Ou seja, criar outros deuses e tirar o Deus do seu devido lugar é diminuir a glória do Criador.

Adão e Eva foram criados à imagem de Deus com o propósito de refletir sua glória e povoar a terra com essa finalidade. Ao abandonar o compromisso com Deus, deixaram de refletir sua imagem e passaram a reverenciar outra coisa no lugar de Deus. Trocaram a reverência ao Deus criador por outro objeto de adoração. Idolatria é adorar qualquer coisa a não ser Deus. Adão trocou a lealdade a Deus pela fidelidade a ele próprio e a satanás, refletindo características da serpente.

O fato de Adão refletir no princípio a imagem de Deus, revela um conceito antigo até mesmo fora dos limites de Israel. Por exemplo, na Síria e no Egito era comum colocar imagens de divindades no templo dos quais os reis eram imagens vivas do deus, o próprio reflexo desse deus. Destarte, justifica-se a fabricação das imagens com metais nobres com a finalidade de refletir a glória do deus que representavam. O rei era a imagem viva do deus.

A Bíblia contém inúmeras passagens condenando o culto que envolve a utilização de imagens, que incita atos de violência, que discrimina e emprega a intolerância em nome de Deus. A questão das imagens/ídolos esteve presente no conflito entre católicos e reformados; esteve e está presente nas discussões conturbadas entre o cristianismo e as religiões africanas e indígenas; na relação do hinduísmo com outras religiões que utilizam imagens em seus

templos. O termo geralmente é utilizado no sentido de demonizar ou diminuir a dignidade das religiões, um processo discriminatório e violento que pesa sobre as religiões dos povos africanos e povos originários das Américas, mediante uma infeliz interpretação de um possível respaldo na “Palavra de Deus”, especialmente em textos do Antigo Testamento.

1.1 - Imagem ou ídolo?

A religião de Israel⁵ utilizou por muitos séculos imagens de todos os tipos, formas e tamanhos representando deuses e deusas nos cultos, tanto nos centros urbanos, como nas vilas camponesas. Migrou de um complexo sistema politeísta para um monoteísmo centralizado em Jerusalém como único local de culto e com um único código litúrgico. Somente no período da Judeia como província do Império Persa é que o monoteísmo, culto sem imagem, tornou-se oficial em Judá.⁶

A utilização de imagens nos cultos públicos e santuários foi comum até aproximadamente 720 a. C. quando ocorreu a reforma de Ezequias e Josias. Fato comprovado pelas escavações arqueológicas que encontraram inúmeras imagens relacionadas a este período; algo também comprovado pelos textos bíblicos que empregam uma certa naturalidade e por não esboçar nenhuma crítica ao se referir à utilização das imagens nos cultos religiosos (Gn 31,19. 34. 35; Jz 17,5; 18,14-20; 1Sm 19, 13-16). A proibição das imagens entra em vigor após as reformas de Ezequias e de Josias (Dt 7,25-26; 16,21-22).

Sobre o emprego do termo ídolo ou imagem⁷ relacionados à Bíblia, Dietrich chama atenção para a sua tradução para o português. Geralmente a tradução carrega uma conotação pejorativa e depreciativa envolvendo o objeto como algo condenável, especialmente quando na fase politeísta antes das reformas de Ezequias e Josias o texto bíblico depara-se com alguma imagem utilizada no culto público: “muitas traduções usam ou acrescentam a palavra ‘ídolo’ para traduzir palavras que no hebraico indicam simplesmente alguma ‘imagem’.”⁸ Quando se faz referência isolada à palavra “imagem”, o seu significado é neutro, não está imbuído de nenhuma carga negativa e pejorativa, diferente do significado de “ídolo”. Dietrich

⁵ Segundo Dietrich, a história de Israel não começou em 1800 a. C. na Babilônia com a migração de Abraão como tradicionalmente é conjecturado. Teve início bem mais tarde entre 1500 e 1300 a. C. em Canaã. Neste período ocorreu a sedentarização de algumas famílias de pastores em três regiões montanhosas da Palestina: Siquém, Betel e Hebron. Todo esse território fazia parte da região conhecida na época como Canaã. Cf. DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 342.

⁶ Alguns textos bíblicos do Antigo Testamento que mencionam a utilização de imagens em cultos: Gn 31, 19.30-35; Is 6, 1-13; Jz 6,24-30; 1Sm 19,13-16; 1Rs 12,28-29; 2Rs 18,4; 23,4-14; Jr 44, 15-19.

⁷ Na literatura é possível perceber uma clara e intensa polaridade entre ídolo e imagem, iconografia *versus* idolatria. Porém, a intenção da tese é tratar da questão da idolatria.

⁸ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 346.

apresenta um exemplo: na religião católica ou mesmo nas religiões afro-brasileiras uma pessoa pode dizer: “na cabeceira da minha cama tenho três imagens”, mas é improvável que dirá: “na cabeceira da minha cama tenho três ídolos.”⁹ O mesmo é válido para os terreiros de candomblé, umbanda, batuques e outras religiões que utilizam imagens em seus cultos; elas não irão se referir a estas imagens chamando-as de “ídolos”. Portanto, a religião de Israel no período pré-exílico quando faz referência à utilização de imagens em cultos, não pode ser interpretada como “idolatria”.

Essa interpretação é comum nas traduções. Empregam a palavra ídolo na tradução portuguesa da palavra hebraica que se refere a objetos que no texto bíblico transmite uma simples indicação de uma imagem. É oportuno apresentar mais alguns exemplos sugeridos por Dietrich que comprovam o problema da tradução. O texto bíblico utilizado para análise é Gn 31,19:

Bíblia de Jerusalém (BJ): “Labão fora tosquiar os rebanhos e Raquel roubou os *ídolos domésticos* que pertenciam a seu pai.”

A Bíblia da CNBB: “Como Labão tinha ido à tosquia das ovelhas, Raquel roubou as *estatuetas dos ídolos* de seu pai.”

Tradução ecumênica da Bíblia (TEB): “Laban tinha ido tosquiar o seu gado e Raquel roubou os *ídolos* que pertenciam a seu pai.”

Bíblia de Estudo Almeida: “Tendo ido Labão fazer a tosquia das ovelhas, Raquel furtou os *ídolos do lar* que pertenciam a seu pai.”

A Nova Versão Internacional (NVI) Bíblia de Estudo Arqueológica: “Enquanto Labão tinha saído para tosquiar suas ovelhas, Raquel roubou os *ídolos do clã*.”¹⁰

No hebraico o versículo citado não tem nenhuma palavra que possa ser traduzida como “ídolo”. Segundo Dietrich, “o texto menciona a palavra *terafim* e o faz com a maior naturalidade. *Terafim* era o nome dado às imagens dos deuses domésticos que muito provavelmente eram os ancestrais divinizados de cada família, eram os Elohim das famílias.”¹¹ Todas as famílias tinham seu Elohim (Gn 31,53). Portanto, nesse texto bíblico não existe conotação de crítica à posse das imagens em cultos familiares porque para os autores dessa narrativa a utilização de imagens era comum e, conseqüentemente, não possuem

⁹ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 346.

¹⁰ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 346-347.

¹¹ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 347.

o significado de *ídolos*. A tradução da palavra *terafim* do hebraico para o português com o significado de “ídolos” “revela que os tradutores assimilaram as proposições das reformas de Ezequias (720 aC) e de Josias (620 aC), e as têm como verdadeiras revelações da vontade de Javé.”¹² Porém, utilizaram de forma retroativa em tradições anteriores às reformas de Ezequias e de Josias. Quando as traduções apresentam a palavra “ídolos” onde não existe e nem pressupõe esse significado no texto hebraico estão criando um anacronismo que mascara o período politeísta de Israel antes das reformas.¹³

As reformas centralizadoras de Ezequias e Josias estabeleceram (i) o templo de Jerusalém como único local de culto em Israel; (ii) designa Javé como Deus de Israel; (iii) proíbe o culto a qualquer outra divindade; (iv) condena o uso de imagem que represente Javé ou qualquer outra divindade. A partir dessa reforma, todas as imagens passam a ser consideradas ídolos e, por conseguinte, tidas como crime de idolatria.

A idolatria acontece somente através do culto aos ídolos ou pode se desenvolver mesmo sem imagens? A crítica às imagens ocorre mais em função do tipo do culto, da religião e das consequências a que estão associadas do que as imagens em si. Dietrich, entende que pode haver “idolatria” sem necessariamente haver imagens.¹⁴ A questão da idolatria transcende à questão das imagens. Como exemplo, é conveniente recorrer a uma das respostas mais claras de toda a Escritura, representada pelo Salmo 115, 4-8:

“São de prata e ouro os ídolos deles,
e foram feitos por mãos humanas;
esses têm boca e não falam,
têm olhos e não veem,
têm ouvidos e não escutam,
têm nariz e não cheiram;
têm mãos e não apalparam,
têm pés e não andam,
nem sua garganta produz sussurro algum.
Os ídolos deles são obras de mãos humanas.”

O que o salmo condena não é o fato de as imagens serem de “ouro e prata, feitas por mãos humanas” que se caracterizam pela imobilidade e insensibilidade, mas, sobretudo, o fato de denunciar aqueles que produzem e confiam nessas imagens. Aqueles que fabricam e adoram os ídolos ficarão igual a esses ídolos e o castigo será tornarem-se semelhantes a eles:

¹² DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 347.

¹³ Nesse sentido, Dietrich entende que “esse procedimento acaba também por falsear ou até mesmo esvaziar completamente o sentido libertador da crítica à idolatria. Pois acaba focando o peso dessa crítica no uso da imagem em si. Idolatria nesse caso é possuir imagens, usar imagens como representação do Divino, substituir o Divino por algo que se possa manipular, usar. Mas não é esse o motivo original da crítica profética às imagens na Bíblia.” Cf. DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos* 2015, p. 349.

¹⁴ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 349.

“têm olhos e não veem”. Ou seja, não ouvem e não veem as coisas do espírito, mesmo tendo um deus por trás deles, ficaram tão cegos e tão surdos espiritualmente quanto a esses ídolos. A idolatria, nesse caso, expressa uma religiosidade enganadora e revela que o maior pecado de Israel foi a idolatria. O ídolo nada mais é do que uma obra “feita por mãos humanas”, um produto da vontade do homem que tem “boca, olhos, ouvido, nariz, mãos, pés, garganta”, semelhante a uma estátua inanimada.¹⁵ Ou, nas palavras do apóstolo Paulo, quando comenta em I Cor 12,2 o referido Salmo, chama os ídolos de “mudos” seguindo a polêmica da falta de comunicação, pois “não têm boca e não falam”.

A crítica de que os ídolos não têm vida está amparada no fato de que os fabricantes e adoradores acreditavam que os deuses falam e ensinam por meio dos ídolos, mas na verdade dentro da imagem somente existe o vazio. Confiar e seguir esses deuses é seguir no caminho tortuoso, é tornar-se semelhante aos ídolos ociosos espiritualmente.

Duas outras passagens bíblicas do Antigo Testamento merecem uma atenção especial, em virtude da condenação das imagens correspondentes aos “deuses de metal fundido” e os “deuses de ouro e prata”. Novamente, o contexto de proibir exclusivamente um tipo específico de imagens remete ao período anterior às reformas.

Ex 20,23: “você não farão para mim deuses de prata e deuses de ouro, você não farão para você”.

Ex 34,17: “deuses de metal fundido não farás para ti”.

Dietrich¹⁶ chama atenção para dois aspectos nestes versículos. O primeiro é que são chamados de “deuses” tanto as imagens de “metal fundido” como as de “prata e ouro”. É importante frisar que em nenhum momento transparece uma conotação pejorativa; não são chamados de ídolos e não sugere uma palavra com termo neutro como “imagem”. Para o autor da narrativa, estas imagens são “deuses” mesmo expressando uma condenação. Nesse caso, no que diz respeito a interpretar imagens no sentido de deuses, o argumento encontra

¹⁵ Nesse sentido é oportuno o comentário de Beale: “[...] quando se retratam os ídolos com olhos e orelhas que não enxergam nem ouvem, afirma-se que seus adoradores têm olhos e orelhas, mas não veem nem ouvem” cf. BEALE. *Você se torna aquilo que adora*, p. 21. O homem foi criado por Deus para ser uma criatura refletora. Portanto, vai refletir aquilo com que está comprometido, pode ser o Deus verdadeiro ou alguma imagem criada. O Salmo 115, 4-8 tem muita semelhança com a narrativa de Is 6, 1-13. Outro fato interessante segundo Beale é que sempre que o povo de Israel é “mencionado como quem ‘têm olhos para ver, mas não veem, têm ouvidos para ouvir, mas são capazes de ouvir’ (ou textos semelhantes a esse) ele está sendo condenado e castigado por ser idólatra. Cf. BEALE. *Você se torna aquilo que adora*, p. 48.

¹⁶ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 352.

amparo em Gn 31,30 quando Labão ao procurar os seus *Terafins* questiona: “por que roubaste meus deuses?”¹⁷

Outro aspecto interessante é que a proibição aponta especificamente um tipo de imagens. Em Ex 20,23 proíbe-se as imagens feitas de “prata e ouro”; é bem provável que esse versículo determine a crítica mais antiga dos deuses de prata e os deuses de ouro. A narrativa em Ex 34,17 proíbe somente as de “metal fundido”. Diante disso, é possível deduzir que as imagens de cerâmica, pedra, madeira ou outro material não são proibidas.

Em Ex 20,22-26 é possível encontrar outra passagem na qual uma proibição é bem específica. Nessa narrativa, a proibição de fazer “deuses de prata e deuses de ouro” está ligada à proibição de fazer “altar de pedras lavradas”. Esses versículos tratam das primeiras tradições da redação do Código da Aliança quando ainda era possível levantar altar fora de Jerusalém e não existia uma centralização do culto, portanto, anterior às reformas de Ezequias e Josias. Na primeira parte, o código deixa claro que tipo de altar é permitido. São permitidos altares de terra e pedras naturais. E, também, o tipo de altar que não é permitido fazer: o de pedras lavradas. Assim, é possível perceber que a mesma especificidade de proibir “deuses de prata e deuses de ouro” está presente na proibição do altar de “pedras lavradas”.

Agora é necessário perguntar: onde estavam localizados esses altares? É adequado apresentar a interpretação de Dietrich segundo a qual “somos levados a concluir que estas proibições ecoam algumas das primeiras críticas da profecia camponesa (Amós, Oseias) contra o uso da religião para explorar os camponeses.”¹⁸ Para tornar o argumento ainda mais claro, chama atenção para a especificidade da proibição. São proibidos deuses de metal fundido, deuses de prata e deuses de ouro. Conclui-se que as imagens de pedra, de madeira e de cerâmica estão autorizadas. Mas por que somente as de metal são proibidas? Primeiro é preciso saber quem são e onde se encontram os que podem fazer imagens de prata, de ouro e construir altares de pedras lavradas? Segundo Dietrich, as perguntas têm a mesma resposta: “eram encontrados nas principais cidades. Talvez somente nas capitais e nas cidades com ‘santuários do rei’ (Am 7,13).”¹⁹ Fica claro que esse tipo de culto é característico das cidades. A justificativa é que os materiais empregados são caros e precisam ser importados, como também, os artesãos que dominam a técnica. Isso somente é possível através da riqueza e do

¹⁷ Aqui, novamente, o sentido dos “deuses” deve ser interpretado como *Elohim*, ancestrais divinizados e amplamente utilizados por todas as famílias. Não existe uma conotação pejorativa ou repressiva no versículo ao utilizar a expressão “deuses”.

¹⁸ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 353.

¹⁹ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 353.

poder adquiridas às custas da opressão dos camponeses que viviam e trabalhavam nas proximidades das muralhas das cidades.²⁰

Como já foi comentado, antes das reformas as leis contra imagens não tinham o mesmo propósito dos discursos teológicos que atualmente condenam as pessoas, os povos, as religiões, ao utilizarem imagens em seus cultos. Em Israel, no período pré-exílico, as vilas camponesas mantinham em seus locais de culto, altares de terra, imagens de madeira, de pedra, de cerâmica. É importante destacar que nesses rituais litúrgicos e nesses vilarejos “ninguém ficava mais rico ou mais pobre.” Os cultos estavam ligados diretamente às necessidades concretas da vida e não em relação ao acúmulo de riqueza e poder. Portanto, é possível questionar se a “idolatria” está presente no culto que utiliza diversos deuses, deusas e imagens, todas elas ligadas a defesa da vida ou no culto centralizado em um só lugar, um só Deus, mas que não está ligado à promoção da vida, por permitir a exploração e opressão.

É muito provável que o alerta desses profetas camponeses contribuiu para a constituição das leis de Israel, especialmente, nas reformas de Ezequias e Josias. Outro fato perceptível e comentado por Dietrich é o “lado ambíguo da religião oficial: leis que na origem eram contra o acúmulo de riqueza e de poder realizado pela monarquia, integradas nas reformas eram postas a serviço da monarquia e visavam dar-lhe legitimidade.”²¹ Isso deve levar a uma reflexão quando se abordam outras religiões que utilizam imagens em seus cultos, especialmente no Brasil, as mais perseguidas: as afro-brasileiras, as indígenas e as populares. Em muitas ocasiões, a condenação dessas religiões dá a impressão de que está carregada do mesmo espírito centralizador e opressor que esteve presente nas reformas concentradoras de riqueza e poder comandadas por Ezequias e Josias. É primordial deixar de lado o espírito conservador, imperialista e, perante a diversidade dos ritos religiosos, buscar o respeito e a convivência pacífica para entender o que é adorar a Deus.

1.2 - As divindades de ouro: idolatria e culto a imagens

A adoração de imagens no período politeísta representando suas divindades fazia parte da religiosidade, da cultura e da tradição, especialmente no Egito, Síria e Mesopotâmia. As divindades se faziam presentes no cotidiano das pessoas e eram invocadas para favorecer

²⁰ É oportuna a interpretação de Dietrich: “estes versículos ecoam os primeiros gritos dos camponeses contra o uso da religião para explorá-los. É no geral um grito contra a religião oficial das monarquias e seus centros de culto, nos quais a ostentação de altares caros e deuses de metal fundido, ou mesmo de ouro e de prata, tinham a função de legitimar a exploração das famílias camponesas (Os 8,4-5; 13,2; cf. Lv 19,6; Dt 9, 12. 16; 27,15; 1Rs 14,9; Is 30,22).” Cf. DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 353.

²¹ DIETRICH. *Quando as imagens viram ídolos*, p. 354.

uma colheita, aumentar o rebanho, proteger a família, garantir a justiça. Acreditavam que essa era a maneira adequada de prestar culto e receber a proteção de deus. Um exemplo dessa proteção é a narrativa de Gn 31,49 já mencionada anteriormente na qual Raquel roubou os *terafim* que pertenciam a seu pai Labão antes de sair da sua casa, como símbolo de proteção e de justiça.

A proibição do culto às divindades e a produção das imagens que as representassem teve origem para o povo de Israel na revelação de Deus a Moisés no monte Sinai. Inclusive, não era permitido fazer imagens do próprio Javé. A revelação de Deus a Moisés no Sinai estabeleceu o conceito de idolatria. A monolatria em Israel foi um processo lento principalmente até o período do rei Josias no qual Javé foi reconhecido como o único Deus. No princípio Javé era apenas um dos deuses cultuado, somente depois é que ficou reconhecido como único Deus, o Deus dos pais, de Abraão, de Isaac, de Jacó, o Deus criador de tudo.²²

A proibição do culto às imagens na Bíblia ocorre em função do ídolo (imagem) não ser deus e ter sido produzido por mão humana. A idolatria é um processo no qual se concebe a uma imagem, uma função divina que não possui. Segundo McKenzie, “nenhuma figura humana ou de animal poderia representá-lo. Representar Javé por meio de imagens seria o mesmo que o reduzir ao nível da natureza e, por conseguinte, rebaixá-lo ao nível de divindades adoradas por imagens.”²³ Mesmo sabendo qual era a vontade de Deus de não construir imagem que o representasse e não prestar culto a outra divindade, por que em momentos específicos da história, a lei não foi cumprida e se voltou a cultuar imagens? Como forma de entender esse retrocesso histórico, é oportuno a análise de duas narrativas bíblicas, amplamente conhecidas e dotadas de grande clareza que facilitará um entendimento mais aprofundado.

A primeira narrativa bíblica refere-se ao bezerro de Aarão. O texto discorre sobre quando Moisés subiu a montanha para se encontrar com Deus. Durante a subida o povo permaneceu embaixo aguardando o retorno de Moisés que segundo o texto bíblico (Ex 24,18), demorou quarenta dias. Tempo suficiente para o povo se sentir sozinho, desamparado, sem liderança. O período de quarenta dias pode representar um simbolismo de um tempo

²² Na narrativa do texto bíblico Ex 20, 3-5 é possível constatar: “não tenha você outros deuses diante de mim. Não faça para você imagem de deus, qualquer representação do que existe no céu, na terra ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostre diante desses deuses, não lhes sirva, porque eu, Javé seu Deus, sou um Deus ciumento.”

²³ McKENZIE. *Dicionário Bíblico*, p. 436.

suficiente para um encontro com Deus e de preparação para o novo momento histórico. Outra interpretação simbólica encontra amparo no texto quando Moisés se encontra com Deus no alto da montanha, enquanto o povo permanece embaixo, desamparado e desprovido de uma divindade. A inquietação e reclamação do povo não tarda a aparecer, conforme Ex 32,1: “... porque não sabemos o que aconteceu com esse Moisés, o homem que nos tirou da terra do Egito”. O povo ainda não reconhece em Moisés como o enviado por Deus, o Profeta da Lei, aquele que foi encarregado para liderá-los. Até então, é apenas “esse Moisés”.

Outro elemento é que o povo não percebe que é o Senhor Javé quem os libertou do Egito e que permanece junto na caminhada como o Deus libertador. Quando se sente desamparado e perdido, pede a Aarão uma divindade para protegê-los: Ex 32,1 – “Vamos! Faça para nós deuses que caminhem à nossa frente”. É preciso destacar que nesse período o culto é politeísta e o povo não quer viver sem a proteção de uma divindade. Sente a necessidade de ter *Elohim*²⁴ concreto, presente e que conforme narra o versículo, “que caminhem à nossa frente”. O povo solicita a confecção de deuses para Aarão e, para não entrar em conflito, atende o pedido. O pecado do povo está na impaciência de não esperar o retorno de Moisés. O bezerro de ouro foi celebrado com altar, festa, comida e bebida, como se fosse o Senhor Javé. A narrativa do texto bíblico Ex 32,22-24 deixa visível os motivos e a intenção de atribuir a culpa ao povo, a confecção do bezerro de ouro, conforme explicação para Moisés:

Não fique irritado meu Senhor. Você sabe que este povo é inclinado para o mal. Eles me pediram: “Faça para nós deuses que caminhem à nossa frente, porque não sabemos o que é feito desse Moisés, o homem que nos tirou da terra do Egito”. Eu disse então: “Quem tiver ouro, que o retire”. Eles me trouxeram, eu levei ao fogo, e saiu esse bezerro.

Quando Moisés subiu à montanha o povo ficou sem liderança e, até o momento, Moisés era o líder que tinha a ligação com o Senhor Javé, diferente de Aarão que não desfrutava dessa intimidade. Segundo Togneri, “o texto culpa totalmente o povo pela quebra e ruptura da Aliança com o Senhor. Esse relato nos lembra a frase e a ação de Jesus, muito tempo depois, ao olhar a multidão e se compadecer deles (do povo) (Mc 6,34).”²⁵ O que está por trás da narrativa é a incompreensão do povo no Deus libertador. Precisa de um tempo maior para entender os desígnios de Javé. Isso se percebe ao substituí-lo por uma imagem de

²⁴ O termo hebraico *Elohim* é utilizado no plural, traduzido por deuses. Embora muitas vezes é, também, empregado no singular, como deus. No caso do versículo em discussão, o termo é traduzido no plural embora seja apenas um bezerro, é possível interpretar como uma representação de um grupo de deuses. Cf. TOGNERI. *Os Bezerras de ouro*, p. 368.

²⁵ TOGNERI. *Os Bezerras de ouro*, p. 369.

metal fundido, um bezerro²⁶ de ouro, moldado por Aarão, do ouro que o povo deu, retirado dos brincos que tinham nas orelhas. Depois de criado, o povo disse: “Israel, estes são os deuses, que tiraram você da terra do Egito.” (Ex 32,4)²⁷

Outro fato para entender o culto politeísta do povo de Israel está na narrativa de Ex 12,38: “junto com os filhos de Israel, subiu também com eles grande mistura de gente”. Durante o exílio uniram-se ao povo de Israel muitas outras pessoas que traziam consigo a prática da cultura religiosa a diversas divindades representadas por imagens e o bezerro de ouro pode ser um exemplo disso. Também é preciso considerar o período em que a narrativa foi escrita, bem posterior aos acontecimentos e, por isso, carregada com o sentimento de pecado, quando ainda o povo não tinha consciência de quem era o Javé.

A segunda narrativa bíblica é sobre os dois bezerros de Jeroboão (1Rs 12,26-33). O texto está relacionado à época da divisão da monarquia em reino do Sul – Judá, sob o reinado de Roboão, e reino do Norte – Israel, comandado por Jeroboão em torno de 930 a. C. O povo do Norte, sob a influência de Jeroboão, deve ter adquirido o apoio dos anciões das 10 tribos para a romper com a tradição do Sul, de rejeitar o Templo de Jerusalém e, também, suspender as peregrinações para as grandes festas na capital dourada. Havia sido determinado pelas tábuas da Lei na Arca da Aliança que o povo se apresentasse em sua honra, por ocasião a três festejos em Jerusalém: na Festa da Páscoa (celebração da saída do Egito e dos Pães sem Fermento), na Festa de Pentecostes (celebração da colheita) e na Festa das Tendas (celebração do final do período agrícola).

Com o propósito de evitar que o povo do Norte se dirigisse ao Templo de Jerusalém²⁸ que era grandioso, preocupado por Judá ser um lugar com uma religiosidade especial e impedir que o povo passasse a seguir o Rei Roboão, Jeroboão mandou construir dois bezerros de ouro e os colocou em dois santuários de forma estratégica. A distância que os

²⁶ A tradução do termo hebraico *'egel* por bezerro, segundo Togneri, não é fiel em virtude do termo se referir a um jovem touro com aproximadamente três anos de idade. Deve-se considerar o fato do povo estar no deserto e é muito improvável que tenham animais de grande porte, mesmo assim tem como imagem protetora um bezerro, “ou um pequeno touro”. Togneri indica a possibilidade de “ser fruto do culto a Apis ou à deusa Hator desenvolvido no Egito?” Existe a possibilidade de Aarão ser natural do Egito e, talvez, esses deuses, o tenham inspirado na fabricação do bezerro de ouro. Cf. TOGNERI. *Os Bezerros de ouro*, p. 370. Togneri, também menciona a interpretação de Cole sobre essa questão: “a santidade do touro como símbolo de força e capacidade reprodutiva corre desde o culto a Baal em Canaã até o hinduísmo popular do sul da Índia de hoje, onde quer que a religião seja vista como forma do culto da fertilidade comum aos criadores de animais cf. COLE. *Êxodo*, p. 207.

²⁷ Outra interpretação sobre a atitude de Aarão que merece destaque é a desenvolvida por Adiñach: “a atitude de Aarão pode ser vista como tentativa de criar uma religião a partir dos desejos das pessoas e não a partir da palavra revelada. Uma religião que não se fundamenta na pergunta ‘O que Deus espera de nós?’ mas na interrogação ‘Qual Deus as pessoas querem ter?’” Cf. ADIÑACH. *O livro do Êxodo*, p. 362.

²⁸ CHAMPLIN. *O Antigo Testamento interpretado*, p. 1411.

dividia era em torno de 160 quilômetros. Em Dã, no Norte, sopé do Monte Heron, favorecia o deslocamento das tribos do norte de Israel e, em Betel, no Sul, apenas 20 quilômetros de Jerusalém, entre os territórios de Efraim e Benjamim.²⁹ Os bezerros foram denominados por Jeroboão como: “os deuses que fizeram vocês sair da terra do Egito” (1Rs 12,28).

Parece claro que a intenção de Jeroboão era afastar o seu povo da influência do governo do Sul a fim de proteger o seu reinado, pois tinha receio de perder o apoio da população e até mesmo, a sua vida, conforme a narrativa bíblica:

Jeroboão disse em seu coração: “Agora mesmo o reino poderá voltar para a casa de Davi. Se este povo subir e oferecer sacrifícios na casa de Javé em Jerusalém, seu coração vai se virar para seu senhor Roboão, rei de Judá. Eles acabarão me matando e passando para o lado de Roboão, rei de Judá (1Rs 12,26-27).

Nesse caso é preciso considerar, segundo Togneri³⁰, o fato do reino do Norte desejar sua própria religiosidade a fim de manter o povo sob o jugo de Jeroboão. As estratégias utilizadas foram construir os bezerros de ouro, reconstruir os templos de Betel e Dã, comemorar a Festa das Tendas, com data diferente da de Judá, e criar novo sacerdócio. Tudo com a intenção de manter independência da tradição religiosa do reino do Sul. Pela tradição, Jeroboão não podia ter iniciado o culto em Dã e Betel, fazendo com que o povo fosse em procissão cultuar os bezerros, recaindo numa situação de pecado. Não era lícito celebrar a Páscoa e outras festas fora do domínio de Jerusalém, como também, não podia alterar o calendário das festas. A quebra dessa tradição, para Crocetti³¹, tornava o culto em Israel idolátrico.

Diante do exposto, é possível fazer algumas considerações sobre as duas narrativas bíblicas, permanecendo fiel ao propósito de identificar a idolatria como um processo de dominação e exploração do povo, por reis dominadores, que se utilizam da criação de uma divindade para legitimar a opressão e interferir na comunidade humana. A primeira é que o poder atribuído a Deus acabou por legitimar o poder absoluto do autoritarismo, da ditadura e dos impérios na terra. A outra, é que o símbolo da grandeza de Deus serviu para justificar o poder e o desejo ilimitado dos homens.

O relevante na primeira narrativa é que o bezerro de Aarão foi solicitado pelo povo que permanecia impaciente com a ausência de Moisés, com sentimento de abandono e desejoso de um deus que caminhasse à sua frente. A construção do bezerro de Aarão foi fruto

²⁹TOGNERI. *Os Bezerros de ouro*, p. 372.

³⁰TOGNERI. *Os Bezerros de ouro*, p. 371.

³¹CROCETTI. *1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis*, p. 117.

da participação do povo, feito com os brincos de ouro que traziam nas orelhas. Enquanto, na segunda narrativa, os dois bezerros de Jeroboão foi algo feito sob iniciativa própria, criado pelo medo da morte e perda do poder, ou seja, impostos por Jeroboão, mesmo com a conivências das dez tribos do Norte. A imagem dos bezerros tinha a intenção de representar os deuses que os tiraram do Egito, por conseguinte, não reconheciam Javé como Deus libertador. O povo não teve a participação direta na construção dos bezerros, nem foram consultados, embora o ouro utilizado possa ser resultado da exploração e domínio desse povo.

Na narrativa de “Ex 32,1-10 o povo é ativo e em 1 Rs 12,26-33 o povo é passivo.”³² Na primeira narrativa o povo se sente só, abandonado, solicita um deus que caminhe à sua frente. Na segunda, é o rei Jeroboão que teme ficar isolado, perder o apoio do povo e sua própria vida. Para se proteger, oferece uma representação de Deus, imagens representando divindades. É possível perceber na narrativa que o povo não se revolta com a mudança na tradição religiosa imposta por Jeroboão, pois foi ele quem decidiu onde seriam colocados os bezerros. O povo se deixa dominar e passa a frequentar em peregrinação os santuários de Betel e Dã, como também aceita a alteração das datas festivas. Na verdade, tornaram-se uma nação tão morta espiritualmente quanto os ídolos que passaram a adorar.

No entanto, a construção dos bezerros e a entrega ao povo teve o mesmo sentido para o povo e para Jeroboão: “Israel estes são os seus deuses que tiraram você da terra do Egito” (Ex 32,4: 1Rs 12,28). Isso significa que o povo ainda não reconhecia Javé como o Deus libertador, necessitava de imagens, deuses visíveis. A dificuldade estava em acreditar no Senhor Javé, Deus libertador invisível, que se revela através da palavra e ações e que não pode ser comparado e representado por nenhuma imagem.

1.3 - Idolatria no Cristianismo

Ao ler a Bíblia facilmente surge o seguinte questionamento: qual Deus é o verdadeiro? Existe o reconhecimento que Deus é profundamente “humano”, vivo e ao revelar seu nome em Ex 3,14 deixa claro: “Eu sou aquele que é”.³³ Deus se mostra como absoluto.³⁴

³² TOGNERI. *Os Bezerros de ouro*, p. 373.

³³ O texto de Ex 3,14 apresenta diferentes traduções, interpretações e inúmeros debates. Por exemplo, a Bíblia do Peregrino, edições Paulinas, traduz Ex 3,14 como “Sou o que sou”. A opção foi seguir a tradução da Bíblia de Jerusalém: “Eu sou aquele que é”. É enriquecedor o comentário que a Bíblia de Jerusalém apresenta sobre Ex 3,14. “Essa narrativa, é um dos pontos altos do AT, coloca dois problemas: o primeiro filosófico, diz respeito à etimologia do nome ‘Iahweh’; o segundo exegético e teológico, o sentido geral da narrativa e o alcance da revelação que transmite. 1º Procura-se explicar a nome de *Iahweh* através de outras línguas que não fossem o hebraico, ou então através de diversas raízes hebraicas. É preciso, provavelmente, ver aí o verbo ‘ser’ numa forma arcaica. Alguns reconhecem aqui uma forma causativa deste verbo: ‘Ele faz ser’, ‘Ele traz a existência’.

A Bíblia também relata que “somos a imagem e semelhança de Deus” e que Deus é bondade, amor, justiça. Portanto, permanecendo fiel ao relato, o homem deveria praticar a bondade, o amor a justiça. No entanto, o que se percebe é que não é bem assim. “Fizemos Deus à nossa imagem e semelhança. O ser humano cria a sua própria divindade e a adora como sua própria imagem.”³⁵ Segundo o exposto, o Deus que se vê, reflete aquilo que se é. Assim, a sociedade contemporânea violenta, possivelmente terá deuses violentos.

Desde os tempos antigos quando o “Deus de Abraão, o Deus de Isaac, o Deus de Jacó” foi substituído por outros deuses, as religiões procuram apresentar o Deus verdadeiro e oferecer uma proposta segura de salvação. Muitas se apresentam como a verdadeira, a única, acusando as outras de falsas, ao mesmo tempo que Templos são erguidos, novas propostas religiosas são ofertadas. No entanto, apesar da bonita retórica, desconhecem o Deus do qual o homem é “imagem e semelhança”, “mesmo falando deste Deus, vão criando para o povo ídolos que não salvam e não são capazes de ouvir o clamor dos pobres.”³⁶

Um olhar atento sobre o Novo Testamento é possível perceber que ídolo para Jesus é uma realidade histórica concreta e diretamente vinculada ao dinheiro, como por exemplo no Evangelho de Mateus: “Ninguém pode servir a dois senhores. Com efeito ou odiará um e amará o outro, ou se apegará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6,24). Também no Evangelho de Lucas a narrativa é praticamente a mesma: “Ninguém pode servir a dois senhores: com efeito, ou odiará um e amará o outro. Ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e o Dinheiro” (Lc 16,13). Portanto, a questão dos ídolos vai além da veneração das imagens criadas. O tema refere-se

Muito mais provavelmente trata-se de uma forma do tema simples, e o termo significa: ‘Ele é’. 2º Quanto a interpretação, o termo é explicado no v. 14, que é um antigo acréscimo da mesma tradição. Discute-se sobre o significado desta explicação: ‘*ehyeh*’ ‘*asher*’ ‘*ehyeh*’. Deus, falando de si mesmo, só pode empregar a primeira pessoa: ‘Eu sou’. O hebraico pode ser traduzido literalmente: ‘Eu sou o que sou’. Isso significaria que Deus não quer revelar o seu nome. Mais precisamente, Deus dá aqui o seu nome que, segundo a concepção semita, deve defini-lo de uma certa maneira. Contudo, o hebraico pode ser também traduzido literalmente: ‘Eu sou aquele que sou’; e segundo as regras de sintaxe hebraica, isso corresponde a ‘Eu sou aquele que é’, ‘Eu sou o existente’. Foi assim que compreenderam os tradutores da Setenta: *Ego, eimi ho òn*. Deus é o único verdadeiramente existente. Isto significa que ele é transcendente e permanece um mistério para o homem. E, além disso, ele age na história do seu povo e na história humana, a qual ele dirige para um fim. Esta passagem contém em potência os desenvolvimentos que a sequência da Revelação lhe dará (cf. Ap 1,8: ‘Aquele-que-é, Aquele-que-era e Aquele-que-vem, o Todo Poderoso’). Cf. BÍBLIA DE JERUSALÉM.

³⁴ Sobre esse sentido absoluto, é oportuno o comentário de Gutiérrez: “ser princípio absoluto não significa desinteressar-se pela história. Pelo contrário, ao revelar seu nome, que não é puro conceito, Javé manifesta a sua decisão de participar dela. O ser de Deus está ligado no decurso histórico. O eterno se faz presente no temporal, o absoluto na história, sem ser, porém, apenas uma presença: é também comunhão, é dom (...) ‘Eu sou’ (Javé) princípio absoluto e ativo, origem de tudo, é igualmente o Deus do passado, o Deus dos patriarcas, dos antepassados, daqueles aos quais Moisés agora é enviado” cf. GUTIÉRREZ. *O Deus da vida*, p. 36-37.

³⁵ CLÓVIS; BERNARDINO. *Os “ídolos” no cristianismo primitivo*, p. 396.

³⁶ CLÓVIS; BERNARDINO. *Os “ídolos” no cristianismo primitivo*, p. 396.

aos amantes do dinheiro que acumulam e guardam seu tesouro como se fosse algo divino, acreditando ser fonte de bênção e felicidade. É justamente o que o Apóstolo Paulo denuncia: o dinheiro é um ídolo. Assim, os ídolos não se limitam apenas ao culto das imagens, mas também se referem a atitudes do coração.

Transformar o dinheiro em poder soberano é o mesmo que negar o Deus da vida, da vida dos pobres, dos que não têm dinheiro. À sombra da idolatria se esconde e legitima a opressão das pessoas, especialmente das mais pobres; oculta-se a justiça trazendo consequências imediatas e reais sobre essas pessoas, como por exemplo, a injustiça, a ganância, a maldade e o assassinato. O tema transparece na carta aos Romanos: “Manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda impiedade e injustiça dos homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça...” (Rm 1,18-32).

Os Evangelhos apresentam Deus com várias denominações, como Emanuel, o Deus conosco (Mt, 1,23), o Deus justo (Rm 9,14), um Deus fiel (1Cor 1,9). No entanto, a síntese de tudo encontra amparo na expressão: “Deus é amor” (1Jo 4,18). O povo ao experimentar o amor de Deus, é convidado a abandonar os ídolos e a servir o Deus vivo e verdadeiro (1Ts 1,9). Deus vivo no sentido que a revelação tem a ver com a vida, Ele cria e defende a vida. Idolatria é a manipulação de Deus, é criar uma realidade na qual se coloca a confiança em alguém ou alguma coisa que não é Deus.

Assim como na história de Israel o problema da idolatria foi uma constante, o mesmo acontece no cristianismo. Facilmente o Deus da vida apresentado por Jesus é trocado por um simulacro divino, produto humano que provoca opressão e sofrimento nas pessoas. Clóvis e Bernardino destacam que “nenhum sistema religioso é fiel a Deus se permite a exploração ou a negação da dignidade do ser humano.”³⁷ Aceitar a injustiça social, a fome, a violência, ações que desrespeitam a vida e o meio ambiente constitui uma prova que falsos deuses são adorados, encobertos pelo véu do egoísmo, do individualismo do poder econômico. O ídolo provoca uma fascinação que em certas ocasiões passa a impressão que suas “propostas” são mais palatáveis que as do Deus bíblico. No entendimento de Keller a idolatria manifesta-se quando “um ídolo tem uma posição de controle tão grande em seu coração que você é capaz de gastar com ele a maior parte de sua paixão e energia, seus recursos financeiros e emocionais, sem pensar duas vezes.”³⁸

³⁷ CLÓVIS; BERNARDINO. *Os “ídolos” no cristianismo primitivo*, p. 401.

³⁸ KELLER. *Deuses falsos*, p. 15.

O cenário religioso do Império Romano apresentava um conjunto de deuses espalhados por todo Império no qual Estado e religião se confundiam. As autoridades públicas eram responsáveis pela organização da religião oficial e, a fim de manter a legitimidade nas relações sociais e políticas, os imperadores se auto-divinizavam proclamando-se deuses e passando a exigir de seus súditos o devido culto. Essa estrutura da sociedade Romana provocou enorme dificuldade no início do cristianismo em função de não se admitir questionamentos sobre a religião e ritos em prol dos imperadores. O fato de Jesus anunciar o Reino de Deus e, no seu “projeto político”, assumir a defesa dos pobres, dos doentes, dos marginalizados, questionando o desrespeito à vida, provocou um enfrentamento com o Império Romano. Contestar a religião do Império consistia em colocar-se contra o Estado e, em virtude disso, no princípio houve um confronto ideológico, posteriormente, um embate jurídico, até culminar na morte de Jesus e na perseguição dos cristãos.

Atualmente é o sistema capitalista neoliberal que assume o papel do Império Romano ao transferir o plano do Deus da vida para o mercado que privilegia alguns indivíduos através do sacrifício da maioria. A idolatria tem a função simbólica de legitimar a opressão do poder econômico vigente e político. Isso é facilmente percebido quando o ídolo passa a ser mais importante que o homem, tornando-o explorado e dominado, como será exposto a seguir.

1.4 - A teologia e a economia no discurso secularizado

Assmann sintetiza magistralmente a definição de ídolo: “ídolos são deuses da opressão”; contrapõem-se ao Deus que liberta pregado pelo cristianismo. Quando a realidade sacrifica a vida humana instaura-se o elemento central do culto aos ídolos. Os sacrifícios impostos pelos ídolos e a insaciabilidade do capital no plano da economia devastam vidas concretas. A luta contra os ídolos é tema recorrente tanto nas Igrejas como na sociedade de real interesse para os que são explorados. No sentido bíblico é abordado com diversas interpretações.³⁹ Para Assmann, o conceito de ídolo e idolatria está “diretamente vinculado à manipulação de símbolos religiosos para criar sujeições, legitimar opressões e apoiar poderes

³⁹ No Novo Testamento o termo *Mamon* relacionado à idolatria aparece em Lucas (Lc 16, 9. 11. 13) e Mateus (Mt 6,24) sempre proferido por Jesus na língua ou dialeto popular aramaico como um insulto contra os ricos. Quando *Mamon* é traduzido apenas por dinheiro perde um pouco do sentido, de modo que o mais adequado é “dinheiro adorado”. Por conseguinte, a frase “não podeis servir a Deus e a Mamon” (Mt 6,24 e Lc 16,13) remete ao Antigo Testamento, entre servir Yahweh e outros deuses (Dt 6,13; 7,16; 10,20). São Paulo (Ef 5,5; Cl 3,5) também menciona o culto ao dinheiro quando afirma que a “ganância (cobiça) é idolatria” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 401.

dominadores na organização do convívio humano.”⁴⁰ O resultado da troca dos objetos pelas representações de cunho sagrado tende a produzir algo de valor, uma entrega prazerosa do ser humano orientado pelo consumo; eles são implacáveis e a fatura a ser paga aos ídolos é o sacrifício.

A idolatria não pode ser entendida apenas no sentido bíblico de deuses falsos porque para quem os cultua são verdadeiros. É um movimento de reciprocidade entre o idólatra e o ídolo. O que está em discussão é a idolatria presente na economia, uma divindade que se atualiza nas teorias e práticas econômicas, pronta para ser introduzida nas regras do plano econômico nas quais as necessidades mais imediatas das pessoas não são levadas em conta.

Deuses desde sempre foram cultuados e úteis para determinadas funções, por isso, em virtude dessa pluralidade é necessário descobrir as utilidades de cada um. Pode ocorrer conflitos entre os deuses, contrários ou a favor da causa, do mesmo modo que as concepções humanas são conflitantes entre si. Aqui entra o discurso teológico da idolatria, ou seja, sobre o ídolo que oprime, exige sacrifícios, que impõe critérios de valoração de vidas humanas, uma sobre as outras. A teologia não pode ser reduzida a uma ética no qual seus pressupostos permanecem ocultos no discurso secularizado.

Deve-se ponderar a condição do homem numa sociedade complexa administrada por meio de um sistema econômico criado, mas declarado natural. Para o cristão cabe a tarefa de escolher entre o deus da opressão ou a procura do Deus libertador presente na doutrina do cristianismo. O que se percebe é uma teologia ausente dos reais propósitos que não conseguiu analisar com sucesso os acontecimentos sociais e atualizar as doutrinas teológicas inscritas nas práticas do modelo econômico, político e social, especialmente nos últimos quatro séculos quando permaneceu conivente com o modelo desumano de concepção da vida humana na sociedade. Permaneceu apegada a moralismos e a categorias éticas abstratas, afastada da atividade social.

Um dos problemas da teologia⁴¹ está diretamente ligado à economia na impotência do cristianismo frente ao capital, sistema econômico que submete o ser humano como força de trabalho para o mercado e, como resposta, amplia o empobrecimento das pessoas. Um caminho eficaz para a teologia penetrar na esfera da economia é quando, por exemplo, prega o

⁴⁰ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 11.

⁴¹ Assmann comenta os problemas enfrentados pela teologia no campo da economia com uma clara afirmação: “os teólogos mal se deram conta de que a teologia mais importante já não eram as de seus compêndios, mas as dos economistas e pensadores sociais em geral” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 21.

“Deus dos pobres” através da experiência com os menos favorecidos aliando-se isso ao plano doutrinário. Para a teologia não é coerente aceitar um modelo econômico separado do contexto social porque no centro da questão está o ser humano com suas necessidades reais, muitas delas não atendidas, baseado em planos econômicos que não priorizam as necessidades reais da vida humana. Esse aspecto foi facilmente identificado pelos seus adversários, os defensores do *status quo*, que utilizaram inúmeros subterfúgios, entre o mais alegado, uma doutrina marxista, a fim de esvaziar o debate teológico com incursão na economia. Outra dificuldade foi a fraca penetração dos teólogos nas teorias econômicas e a acusação do simplismo distributivo, porque as teorias econômicas têm dificuldade de lidar com a distribuição, são obcecadas pelo mito do crescimento econômico e do desenvolvimento.

A economia e a religião são duas realidades que podem ser analisadas por enfoques diferentes. O primeiro consiste em manter a fé na competência do mercado como estabilizador dos problemas econômicos e sociais. Fé na habilidade da “mão invisível” do mercado em encontrar soluções para todas as crises. Pela lógica, buscar outra alternativa, é ir contra o mercado. Por conseguinte, para combater os problemas econômicos e sociais o mercado exige sacrifícios⁴² dos indivíduos; esse sacrificialismo é decorrente da idolatria do mercado. O sacrifício não é mais em nome de Deus, mas de uma instituição que foi transcendentalizada e que os impõe regras em nome da retomada econômica. Caso esses sacrifícios não causarem os resultados esperados, significa que ainda não foram suficientes. É preciso ter fé na capacidade do mercado em solucionar os problemas e, também, aceitar as metas impostas para a retomada do crescimento econômico.

O segundo enfoque diz respeito àqueles que enxergam e compreendem o problema econômico e procuram uma solução diferente da imposta exclusivamente pelas leis do mercado. Nesse sentido é relevante a posição de Sung quando afirma:

Tanto os neoliberais radicais quanto os que reconhecem a necessidade de alguma correção para a manutenção do atual sistema econômico fazem uso da religião. O primeiro grupo, com o seu discurso dogmático e sacrificialista. O segundo, buscando a religião como instrumento para aumentar a eficiência e superar ou contornar as contradições internas do capitalismo. A religião está na moda e vai permanecer assim por mais tempo, não só na esfera pessoal e subjetiva, mas também na esfera empresarial e macroeconômica.⁴³

⁴² Geralmente, no Brasil, o termo é empregado na implantação de um novo plano ou modelo econômico. Para colocar a economia nos “trilhos” o povo é convidado para o sacrifício. A idolatria tem o “poder de gerar consciências tranquilas diante do sofrimento humano” cf. SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 124.

⁴³ SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 128.

A religião é uma experiência que transcende o humano, um mistério que está além da realidade. Até mesmo um discurso religioso assumidamente manipulador deve fazer referência a um mistério ou algo que transcende o ser humano. Quando se utiliza a religião para outros objetivos, como por exemplo, balizar o aumento da eficiência e o acúmulo da riqueza; com isso se está negando à religião sua essência: a transcendência. O mercado se utilizou da religião como instrumento para justificar e legitimar o projeto econômico. Uma experiência religiosa na qual a lei da competitividade e da sobrevivência do mais forte “é elevada à condição de absoluto que sustenta todo o sistema.”⁴⁴ O mercado ao assumir a condição de transcendência torna-se ídolo.

Diante do exposto, mesmo numa sociedade moderna que acredita ser secular, é responsabilidade das religiões anunciar a transcendência de Deus a fim de evitar que o ser humano absolutize as instituições sociais. No entanto, não é tarefa fácil, pois a própria experiência religiosa está marcada historicamente pela idolatria. É um processo que acompanha permanentemente o ser humano, seja na experiência religiosa ou na relação com o mercado. Não se resolve o problema da idolatria do mercado, simplesmente negando o mercado em sua forma absoluta. É preciso encontrar uma forma de adequar a política econômica do mercado no sentido de proporcionar uma condição de vida justa e digna para todas as pessoas. É um longo caminho a percorrer e deve-se envolver todos os segmentos da sociedade, todavia, apesar de difícil não é impossível.

A opção pelos pobres não pode ser a identidade do cristianismo. O argumento se justifica no sentido de que é possível comprometer-se com o pobre sem necessariamente ser cristão. Em outros termos, a opção pelos pobres não é exclusividade cristã. Seguindo a lógica do Papa e considerando correto os termos teológicos, a identidade, o centro do cristianismo deve ser Cristo. Fica transparente que a fé em Cristo inclui sempre o pobre, embora o pobre não inclua necessariamente o Cristo. O centro do problema é esclarecer quem é esse Cristo, porque a mensagem de Jesus trata, sobretudo da opção pelos pobres.⁴⁵

⁴⁴ SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 130.

⁴⁵ Sobre essa questão o Papa Bento XVI por ocasião do V CELAM declarou que “a opção pelos pobres está implícita na fé cristológica.” Cf. *Discurso do Papa Bento XVI: V Conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida.html. Acesso em 28/10/2018. Como a análise mais profunda desse tema não é objeto principal da pesquisa, a sugestão para aprofundar o assunto é o texto *Teologia da Libertação e volta ao fundamento* escrito em 2007 por Clodovis Boff, um dos primeiros que trabalhou e contribuiu para a elaboração da Teologia da Libertação. Consiste numa longa reflexão crítica à teologia da libertação e também a sua justificativa da ruptura com ela. O mesmo tema é

No princípio, a mensagem transmitida pelos apóstolos no Império Romano, era de cunho cristã com a opção pelos mais pobres. O que está em discussão pela Igreja e pelos teólogos é aquilo que o apóstolo Paulo expressou na primeira Carta aos Coríntios: “porque o Messias não me enviou para batizar, mas para pregar a Boa-Nova. E não com palavras sábias, para não esvaziar de conteúdo a cruz do Messias” (1Cor 1,17). Com isso, Paulo quer dizer que a Igreja, enquanto instituição, não está no centro das intenções, não está no primeiro plano. O apóstolo, inclusive, a relativiza. O que pretende e o que dá legitimidade ao seu serviço é a transmissão da Boa-Nova, a mensagem de Cristo. Em virtude disso, a Igreja perde sua legitimidade quando prioriza a instituição em relação à Boa-Nova.

Mais adiante, nessa mesma carta (1Cor 27-28), o apóstolo Paulo afirma que os plebeus e os desprezíveis são os escolhidos por Deus. Fica evidente que os escolhidos por Deus não são os cristãos, nem os judeus e tampouco a Igreja. Os escolhidos são os que sofrem, os plebeus e os desprezíveis de todo mundo. Esse tema continua atual e não encontra consenso dentro da Igreja, sobretudo na presença do fundamentalismo de algumas delas. A solução para diminuir o conflito passa pelo exercício de compreender e aplicar a mensagem da Boa-Nova.

Outro exemplo no sentido de ampliar a polêmica acerca do tema é a interpretação de Alain Badiou em seu livro sobre Paulo que o considera fundador do universalismo. Badiou se ampara na citação da Carta aos Gálatas: “Já não há judeu nem grego; nem escravo nem livre; nem homem nem mulher, já que todos sois um no Messias Jesus” (Gl 3,28). Badiou refere-se ao universalismo ocidental e com razão. Perante a Boa-Nova todos são iguais e os escolhidos por Deus são os plebeus e os desprezíveis. A igualdade aludida na carta aos Gálatas parece implicar numa divisão: são todos iguais, mas se prefere alguns.

Hinkelammert, por sua vez, entende que é mais fácil explicar e entender o problema se for tratado na igualdade da lei e diante do mercado. Pois, diante da lei e do mercado também é possível dizer: “já não há judeu nem grego; nem escravo nem livre, nem homem nem mulher...”. Nessa mesma linha de consideração, mais adiante justifica:

Esse problema específico foi, no século XIX, um ponto de partida para o pensamento crítico. A análise de Marx desempenha nisso um papel central. Marx parte da análise dessa igualdade abstrata como está na base da legalidade formal e do mercado. Ele chegou ao resultado de que o domínio da igualdade abstrata

fundamenta um sistema da opressão e da exploração. A liberdade da lei e do mercado tem como avesso a opressão e a exploração.⁴⁶

Nesse caso, a lei deve ser interpretada como lei formal e como aquilo que é contrário a essa lei, o mercado. Na América Latina, a interpretação se baseou na lei do valor (do mercado) que se manifesta na opressão e na exploração. Assim, a exclusão não é apenas um problema moral. O que se faz necessário é uma mudança na estrutura social.

1.5 - A lei de Paulo e a lei do mercado

Na carta aos romanos (Rm 1,18) o apóstolo Paulo fala da “verdade aprisionada pela injustiça.” Com isso o apóstolo quer dizer que quando se permite que a verdade seja aprisionada pela injustiça, ela transforma a lei em lei do pecado, ou seja, o pecado é cometido no cumprimento da lei. Transferindo o argumento para a atualidade, seria a lei do mercado, como a lei da concorrência que exige sempre mais o aumento dos lucros. A cobiça ilimitada que se realiza no mercado é o que Aristóteles chamava de crematística.⁴⁷ Também tem relação com o amor ao próximo, pois quando transforma o próximo no objeto da exploração em função da própria ambição, o outro deixa de ser sujeito e, por isso, deixa de ser o próximo

Quando Adão e Eva caíram em tentação e comeram da fruta da árvore proibida, violando a lei, a humanidade passou a carregar a maldição da violação da lei, diferente daquela que Paulo chama de maldição da lei na qual se refere ao seu cumprimento. A crítica da lei que Paulo desenvolve é no sentido de que a lei continua sendo lei de Deus, no entanto deixa de ser uma lei santa. É importante ressaltar que Paulo era um homem da lei (fariseu que servia no templo) e que Jesus foi condenado e executado pela lei e no Seu caso, a justiça pelo cumprimento da lei levou à injustiça e à morte. A culpa é anulada em virtude da convicção de

⁴⁶ HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 230.

⁴⁷ Na concepção de Aristóteles, a economia deveria orientar-se na produção de bens para consumo próprio, teoria aplicada à cidade e estendia-se à família e ao político. A aquisição econômica da riqueza consistia em adquirir bens imprescindíveis à vida de forma moderada e sóbria, estritamente necessárias para assegurar o viver bem. A palavra crematística, designada para aquisição de bens, pode ser usada com mais de um sentido na *Política* e em três contextos diferentes. Em primeiro lugar, pode ser entendida como boa ou má forma de aquisição de bens; em segundo, entendida como aquisição por troca, tendo em vista a acumulação ilimitada de lucro; em terceiro, embora raramente, entendida como forma benéfica de aquisição natural de bens, ligada à administração doméstica e à cidade. Entre os extremos, que é a aquisição natural de bens e a acumulação ilimitada de riqueza, a troca direta, a moeda, o comércio, o lucro, o juro e a usura, levaram o homem ao uso miscigenado da crematística. Na concepção aristotélica, apenas a crematística natural, que é a arte de adquirir recursos indispensáveis à vida doméstica, faz parte da economia; a crematística financeira que se serve de moeda para obter mais moeda não é natural e se constitui em especulação. O lucro resultante dessa atividade vai contra a principal finalidade da moeda que é permitir a prática mercantil e facilitar a transação de recursos necessários à subsistência familiar. Como toda ação humana é orientada em vista dos fins e finalidade, é na possibilidade de viver bem que a ação política traça rumo em direção à aspiração individual de felicidade e comunitária para a autossuficiência. Cf. ARISTÓTELES. *Política*, p. 22.

ter cumprido a lei, ou seja, a justiça foi realizada pelo cumprimento da lei. Simplesmente cumprir a lei não quer dizer que a lei seja justa, por isso se faz necessário algum critério de discernimento para que ela seja justa. A injustiça é resultado do cumprimento da lei e, nesse caso, não há nenhuma violação da lei.

No capitalismo moderno, o homem é submetido à vontade da lei econômica e à lei do mercado. Nesse sentido, Hinkelammert entende que “o ser humano só é livre e racional quando já não é mais que capital humano, que calcula seus lucros e desempenha com perfeição suas funções como capital.”⁴⁸ O discurso neoliberal defendido pela classe dominante e pelos meios de comunicação é muito claro. Existe a lei de mercado considerada como lei absoluta e toda tentativa de garantir a vida humana e a preservação da natureza, são consideradas deformidade do mercado, passíveis de perseguição.

O mercado considera como deformação e, sobretudo, como o que atrapalha o crescimento, o que estiver relacionado às leis sociais, leis de preservação da natureza, política de melhores salários, saúde pública, educação de qualidade, sindicatos, organizações sociais. Para combater tais deformações a classe dominante juntamente com o apoio dos governos e dos meios de comunicação promove uma luta contínua em nome dessa racionalidade da lei absoluta do mercado. A crítica é direcionada à lei do mercado, quando transformada em lei absoluta, impacta diretamente a vida humana e a natureza, numa proporção tal que a própria vida se encontra ameaçada. Desse modo, é fundamental estar consciente de que não existe vida humana sem vida da natureza. Mesmo assim, o que se percebe é a afirmação do modelo capitalista e a continuidade dessa lei como algo sagrado no mundo.

Os deuses terrestres da atualidade podem ser catalogados como dinheiro, como capital. São deuses astutos que submetem os homens, quando necessário, até pela força. Para Marx, os deuses, tanto os celestes como os terrestres, são deuses falsos, se em seu nome ou por meio deles, permitam que o homem seja “um ser humilhado, subjugado, abandonado e desprezível.”⁴⁹ O mundo no qual a vida humana deveria ser considerada principal é vista como secundária e aquilo que deveria ser secundário, as instituições e sobretudo o mercado, é tido por principal. Essa inversão leva o homem à condição de desprezível e explorado. Por isso, o critério de verdade para saber se os deuses são falsos, é verificar em que grau os seres humanos são humilhados, subjugados, abandonados e desprezados. O certo é que estão continuamente ativos e são perigosos.

⁴⁸HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 136.

⁴⁹MARX apud HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 155.

A seguir, será possível observar mais de perto essa última ligação entre o “mercado” e a “idolatria”, atrás esboçada.

2. A IDOLATRIA DO MERCADO

*“Uns não podem dormir porque têm fome e os outros não podem dormir porque têm medo dos que têm fome. A agressividade se generaliza e a mística da dor interpreta os fatos”
(HINKELAMMERT).*

2.1 – O homem econômico: diferenças entre mercado e sistema de mercado

Geralmente os termos utilizados na linguagem ao abordar o mercado escondem determinados significados de forma proposital a fim de direcionar o debate para uma lógica determinante do sistema de mercado. Estabelecer uma alteração neste discurso é fundamental para romper com a sujeição idolátrica do sistema. Para melhor entender o processo é preciso voltar na história. Até o século XVI os fenômenos econômicos estavam alinhados ao contexto da vida. Por um longo período na história, o alimento, o vestuário a habitação e outros recursos básicos, eram produzidos e distribuídos entre as tribos, respeitando a reciprocidade.

O que se entende por sistema de mercado é um fenômeno relativamente recente que surgiu no século XVII na Inglaterra e que se propagou para o mundo todo. É claro que mercados existiam desde a Idade da Pedra, mas baseados na troca e em nível local. O comércio em seus primeiros tempos tinha pequena motivação econômica e era baseado numa relação familiar e de parentesco, apenas para satisfazer algumas necessidades básicas e para a autossustentação, geralmente através do armazenamento e redistribuição de mercadorias, especialmente o cereal. Cabe destacar que não existia o objetivo do lucro em decorrência das atividades econômicas e era inconcebível a prática de juros. Todavia, isso não impedia que as pessoas agissem motivadas pelo poder, dominação e exploração.

Os preços das mercadorias anterior a este fato existiam, mas não eram regidos por um sistema próprio. Estavam relacionados ao sistema macro do comércio e finanças no qual apenas os mercadores e banqueiros utilizavam o dinheiro, geralmente para o pagamento de impostos e salários. A grande parte de economia era rural e as relações se davam na vizinhança, na família, com o senhor feudal.

O Iluminismo e a revolução científica favoreceram o racionalismo crítico, o empirismo e o individualismo, ao ditar novos valores, juntamente com a orientação materialista que levou à produção e consumo dos bens supérfluos e de luxo. Esse novo costume deu origem às atividades específicas ao setor, como a produção, distribuição, comércio, e passou-se a exigir uma teorização e explicação dessa racionalidade.

A instauração do sistema de mercado teve sua história fundada na pobreza, um drama de grandes proporções que acompanhou a primeira Revolução Industrial. O argumento de que a bondade poderia ser deixada de lado e que apenas bastava a confiança no caráter auto-regulável do mercado, culminou numa das mais profundas e incríveis revoluções do pensamento ético, religioso e econômico que a sociedade vivenciou.

O capitalismo liberal foi uma resposta entusiástica do homem para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Ao fabricar e utilizar máquinas complexas, transformou a economia humana em um sistema autorregulador de mercados na qual passou a adaptar os pensamentos e valores com base nessa inovação. A consequência de uma nova economia⁵⁰ que passou a controlar além dos seres humanos em suas atividades cotidianas também os recursos naturais, foi o surgimento de uma nova sociedade. Uma economia de mercado na qual a produção e a distribuição de bens materiais são controladas por um sistema autorregulador regido por leis próprias (leis da oferta e da procura), e determinadas pelo medo da fome e a procura do maior lucro. Os instrumentos da fome e do lucro fizeram com que o indivíduo, para satisfazer suas necessidades vitais, vendesse seu trabalho no mercado a fim de que o proprietário pudesse comprar no mercado mais barato e vender mais caro.⁵¹

Atualmente é possível questionar algumas dessas verdades. Por exemplo, a validade de certos valores criados pelo sistema econômico liberal no sentido de resgatar uma forma de vida mais realista do mundo humano. Não é possível aceitar que a ameaça da fome seja um incentivo à produção. Do mesmo modo, é inaceitável explorar o semelhante para aumentar o lucro. Também é inadmissível impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas em

⁵⁰ Com o propósito de esclarecer a definição de economia na sociedade, Polanyi assevera que o termo econômico contém dois significados distintos e independentes. O primeiro significado que denomina de formal, parte da lógica do processo meio-fim, como, por exemplo, o exercício de economizar ou adquirir alguma coisa com preço baixo, tirando o máximo de proveito dos recursos disponíveis. “Desse significado provém a definição de *econômico* pela escassez”. A variante escassez encontra-se presente em todas as relações meio-fim. Esse instrumento se realiza por meio do incentivo da fome e do lucro. Quando o homem menos favorecido para satisfazer suas necessidades de alimento, vende sua força de trabalho no mercado e quando o proprietário adquire determinado bem com preço mais baixo e vende mais caro, com lucro, mantém-se o mecanismo funcionando. A racionalidade econômica pressupõe que os meios sejam escassos. O segundo, como significado substantivo, ligado à realidade do ser humano em relação à natureza e com os seus semelhantes na necessidade da existência de um meio físico para sustentá-lo. Como os dois significados não apresentam nada em comum o conceito atual é uma união dos dois cf. POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 63-65.

⁵¹ Na interpretação de Polanyi é que “o medo da fome entre os trabalhadores e a atração do lucro entre os patrões manteriam o vasto sistema em funcionamento” cf. POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 213. O resultado desse mecanismo de mercado foi determinante para o reinado econômico na sociedade industrial. Mais adiante Polanyi comenta que “a renda dessas classes sociais foi fixada pelo mercado e sua posição e seu prestígio pelos seus rendimentos. Isso representou uma inversão completa da praxe secular. Segundo a famosa frase de Maine, o “contrato” substituiu o “*status*”, ou, como preferia dizer Tönnies, a “sociedade” sobrepôs-se à “comunidade”; ou ainda, nos termos do presente artigo, *em vez de o sistema econômico enraizar-se nas relações sociais, estas passaram a se enraizar no sistema econômico*” cf. POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 221.

benefício de todos, assim como, tirar proveito de calamidades públicas em benefício próprio. Diante desses fatos, o problema da civilização consiste em organizar a vida na sociedade competitiva e voltada à maquinaria a fim de não permitir o aniquilamento humano. Talvez, uma maneira de superar essas doutrinas que implicam na sobrevivência humana seja uma reforma na própria consciência.

A economia, no sentido novo do termo para se firmar teve que percorrer diversos caminhos. Um dos estágios foi a entrada do comércio exterior nos mercados, passando de um controle rígido de preços para uma flutuação mais ou menos livre. Posteriormente, a mudança mais radical foi a flutuação dos preços relacionados com a produção, com o trabalho e a terra. Essa condição permitiu a variação de experiências que transformaram o mundo moderno e culminou na criação dos salários, na valorização dos alimentos e renda, até então desconhecidos. O fator mais extraordinário foi a transformação do trabalho e da terra em mercadoria, como possibilidade de venda.

Na Revolução Industrial, período extremamente curto que transformou a sociedade humana, aproximadamente de 1815 a 1845⁵², a estrutura da oferta-procura-preço determinou o conceito de “lei econômica” que acabou por se transformar numa das forças mais poderosas no mundo humano. A relação do processo da economia com o mercado foi colocada em prática. Até então, o mercado formador de preços era muito limitado, reduzido a alguns portos comerciais. Mostrou sua força na capacidade de organizar os seres humanos como quantidade de matéria-prima que, como a terra, agora podia ser livremente comercializada. O mesmo ocorreu com a atividade industrial comandada por pessoas que se dedicavam à compra e à venda com fins lucrativos. A dependência do homem na natureza como forma de subsistência foi alterada mediante a criação da instituição mercado que se desenvolveu rapidamente alterando as relações humanas.⁵³

Com a possibilidade de comprar e vender a terra e o trabalho, o mercado os absorveu liberando o sistema da oferta e da procura pela terra e pelo trabalho. Surgiu um preço pela força do trabalho chamado salário, e um preço para o uso da terra denominado de renda. Ambos passaram a ser oferecidos como mercadoria na atividade do mercado. O sucesso dessa atividade mercantil que mantinha o mecanismo funcionando era controlado pelo medo da

⁵² POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 51.

⁵³ Surgiu um mercado autorregulado que se tornou a força dominante da economia. “Descrita como *economia de mercado* - originou um fenômeno ainda mais extremo: uma sociedade inteira inserida no mecanismo de sua própria economia – *a sociedade de mercado*” cf. POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 52. Em outras palavras, a economia passou a incidir em mercados, e o mercado a comandar as cidades.

fome do trabalhador e pela expectativa do lucro, ou seja, pelo movimento dos que vendiam sua força de trabalho no mercado para aplacar a fome e dos proprietários que buscavam comprar com preço mais baixo e vender mais caro. A sociedade ficou organizada de tal forma que a fome e o lucro foram transformados em motivação para o homem participar da vida econômica. Foi um determinismo econômico implantado como lei e válido para toda sociedade humana.

No centro da implantação do sistema de mercado encontra-se a “mercadoria-ficção” que é o dinheiro. Tudo aquilo que é produzido pelo homem foi reduzido a mercadorias: a natureza, os recursos naturais e o próprio ser humano. O sistema de mercado tornou-se efetivo mediante a crença de que é um sistema autorregulador e conseguiu impor-se ao homem como marionete comandado pelo interesse próprio da competitividade do mercado. A sua liberdade ficou atrelada às relações contratuais de mercado. Isto significa que as demais instituições como família, educação, instituição religiosa, organização comunitária, devem se ajustar aos critérios do mercado ou correr o risco de serem liquidadas. Neste sentido torna-se oportuno o comentário de Polanyi:

A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia – num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela – mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização da vida econômica é inteiramente antinatural no sentido estritamente empírico de excepcional.⁵⁴

O sistema de mercado provocou uma radical transformação na economia e no pensamento econômico. É gerador, fornecedor e processador de informação e os seguidores são disciplinados para recepcionar suas mensagens. O processo é identificado historicamente na introdução do paradigma do interesse próprio que ocorreu após a implantação do sistema global de mercado a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX. Segundo Assmann, um agente que soube tirar proveito do processo e desenvolveu mecanismos eficientes para competir foi o empresário: “a competitividade empresarial exercida de maneira agressiva está no cerne dessa concepção do mercado.”⁵⁵

Na lógica da ideologia, o empresário por ser capaz de aprender os processos do mercado passa a ser considerado cidadão pleno. A grande questão é que quem não consegue desenvolver o senso de competitividade e não é suficientemente empresarial, não pode ser

⁵⁴ POLANYI. *A grande transformação*, p. 243.

⁵⁵ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 244.

cidadão deste mercado. Ou seja, quem não tem condições de se desenvolver dentro das regras do sistema, não tem vez.

O pensamento econômico moderno quando se refere ao mercado, é completamente outro. Na antiguidade os mercados eram restritos, na modernidade os mercados se dão em escala mundial e são articuladores e com complexas interligações. Neste sentido, no pensamento econômico toda “verdadeira” economia é compreendida como economia de mercado, diferente da economia planificada que não “respeita” as regras “naturais” da economia.⁵⁶ A linguagem da economia moderna em defesa do próprio interesse procura censurar e criticar toda linguagem alternativa com conteúdo contrário à lógica do pensamento econômico, como por exemplo, a economia mista ou a economia baseada em metas sociais.

O conceito de autonomia do mercado está cada vez mais comprometido perante os princípios diretivos do comércio internacional. Diante da internacionalização não existe mais independência. Criaram-se centros econômicos e instituições financeiras tão poderosas que conseguem impor condições rígidas aos demais participantes de tal forma que não é mais possível operar um sistema livre de mercado. O que ocorre em escala mundial e o que costuma ser chamado de “mercado internacional” são economias que comandam e economias que são dependentes e que sofrem interferências de toda ordem.⁵⁷ Perante o sistema de mercado são difíceis os acordos internacionais que objetivam interesses sociais comuns. Considerando as leis “naturais” do mercado, o consenso está longe de existir quando questões como a paz, a proteção ambiental e as questões sociais estão em pauta.

A linguagem sobre economia de mercado neoliberal utiliza expressões na qual transparece liberdade, racionalidade, eficiência acerca das leis, dos mecanismos, da livre competição, do dinamismo, das opções, dos sinais de alta e baixa, da autorregulamentação. De outro modo as economias planificadas insinuam ausência de liberdade, totalitarismo e

⁵⁶ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 212.

⁵⁷ Acerca do emprego da linguagem econômica torna-se oportuno transcrever dois exemplos apresentados por Assmann: “um/a professor/a explica a seus alunos que não estranhem que os peixes grandes comam os peixes menores, ou que os insetos sirvam de alimento aos passarinhos, porque é assim que funciona o equilíbrio ecológico natural. E conclui: no mundo dos homens também ocorrem coisas parecidas que, embora impliquem sofrimento, estão em função da melhoria moral da sociedade. Segundo exemplo: um/a professor/a explica a seus alunos que o movimento dos ventos se deve, em boa parte, ao deslocamento de camadas de ar com temperaturas diferentes; como num copo de bebida, a parte mais quente tende a subir e a parte fria a baixar. E conclui: no mundo dos homens também é assim; quem se esforça sempre sobe porque é quente, e quem é frio desce; querer é poder. Como deu para notar, houve em cada caso um salto transcendental da natureza à história. Nas categorias econômicas dá-se geralmente o contrário: o salto se dá das relações sociais de produção (história) para o ‘natural’. O que é ação humana passa à natureza. Desta forma, o que é arbitrário passa a um ‘assim tem que ser’. A ciência econômica é, em grande parte, uma ‘naturalização da história’” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 215.

controle mediante o uso do planejamento estatal, planejamento centralizado, planejamento burocrático, economia não livre, economia de comando. A linguagem aparece como meramente econômica, mas o que se percebe com olhar crítico é uma ideologia com interesses bem determinados: impedir que projetos sociais sejam articulados a partir de outros critérios.

2.2 – Democracia: são todos iguais, mas a preferência é por alguns

O planeta é formado por uma comunidade global e para viver em harmonia é necessário seguir determinadas regras. O ideal é que as regras sejam imparciais e justas, criadas por processos democráticos a fim de atender às aspirações tanto dos pobres quanto dos ricos e desenvolver o espírito de decência e justiça social.

Em determinados momentos países tomam decisões econômicas em função da ideologia ou da política para atender interesses ou convicções dos que ocupam o poder. Por outro lado, boas políticas econômicas têm o poder de mudar a vida de muitas pessoas, especialmente dos mais necessitados. É responsabilidade dos governos desenvolver boas políticas econômicas que permitam o crescimento de seus países, e que o resultado desse crescimento seja compartilhado com a população objetivando a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, do desemprego e dos problemas ambientais.

As lideranças que comandam a política moderna são em grande parte raras, são as vozes dissonantes, os produtos do sistema dominante. São políticos alinhados com as elites e sua meta é não travar com a estrutura do mercado. Atualmente a democracia é, sobretudo, para os favorecidos e os satisfeitos. Os detentores do poder econômico monopolizam o contexto político. Essa prática é facilmente percebida quando se avaliam políticos que realmente estão preocupados em representar os pobres, os favelados, os alijados. Esse tipo de democracia prioriza a política do imediatismo, da acomodação do pensamento econômico e político.

O que se deslumbra no horizonte é a manutenção do incentivo de uma boa renda para os ricos e aos influentes e, por outro lado, a conservação da pobreza aos pobres. Evidente, que isso é dito com muita discrição. Então, como será o futuro? As mudanças necessárias para a alteração do rumo deverão partir do rompimento da própria estrutura mantenedora do sistema. A esperança está depositada no surgimento de líderes e legisladores como já ocorreu em outros momentos históricos. Deverá ser resultado de um movimento que provoque um abalo

radical nessa cultura⁵⁸, desafiando o senso de bem-estar dos afortunados, liderado principalmente pelos menos favorecidos, os da camada de baixo da sociedade.

A intervenção do Estado no sistema econômico vigente quando aparece é para atender aos interesses dos afortunados e tal imersão é visivelmente limitada quando o problema em jogo é a erradicação da pobreza. É improvável que ocorra uma intervenção governamental para aliviar o sofrimento dos pobres, diminuir a pobreza e aumentar o emprego. Geralmente o discurso utilizado é que a recuperação da economia será rápida, autocorretiva e que os descontentes devem aceitar pacificamente o seu destino, com o controle nas mãos dos mais afortunados. Para acabar com essa cultura será necessário que essa crença seja posta abaixo, pois um fato é fundamental: praticamente toda ação que possa remediar ou tranquilizar envolve a relação entre o cidadão e o Estado. Portanto, no capitalismo moderno, é fundamental envolver as ações do Estado. A sua atuação precisa corrigir a situação atual da fuga da realidade e se tornar igualmente necessário, tanto para os satisfeitos como para os excluídos e marginalizados. É questionável deixar a estabilidade da economia, a geração de empregos, somente nas mãos de Deus e do *laissez faire*.

O clássico tema de manter aceso as paixões, os desejos das pessoas, a competitividade tecnológica, a coragem de assumir riscos, leva a questionamentos. O que é mais importante para a sociedade: a união dos seres humanos em vistas da melhoria das condições sociais da vida coletiva ou aceitar projetos intencionais no qual a aposta é no interesse individual dos indivíduos? São pontos de partida para idealizar a racionalidade na economia e na política. Há quem diga que a história nunca avançou de acordo com os projetos intencionais, ainda que os resultados não estejam claros. A aposta é que a humanidade não desenvolverá uma consciência que priorize os objetivos coletivos. A aposta de Hinkelammert é que o jogo seja dominado pelo projeto liberal: “interesses e iniciativas individuais quando não atrapalhados por intervencionismos e deixados em completa liberdade são a única matéria-prima disponível no progresso da história.”⁵⁹ Está claro que essa racionalidade não vai de encontro às metas sociais e das garantias dos benefícios em proveito de todos.

⁵⁸Um fato que chacoalhou a economia e a política no passado e que resultou em profundas mudanças foi a Grande Depressão de 1929 nos EUA, e, também, a de 2008. J. K. Galbraith, por sua vez, entende que existem três maneiras para mudar essa cultura: “um grande cataclismo econômico, uma ação militar desastrosa decorrente de alguma iniciativa mal pensada no cenário internacional, e a erupção de uma subclasse furiosa” cf. GALBRAITH. J. K. *A cultura do contentamento*, p. 96.

⁵⁹ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 40.

No entanto, a retórica do pensamento econômico neoliberal consiste em firmar compromisso com o mercado clássico através de doutrinas que atingem a consciência pública e que estão a serviço dos interesses do mercado. A perspectiva do capitalismo é sujeitar os homens à luta pela vida sem amparo da coletividade. A preocupação está centrada na produção e distribuição dos bens de consumo, precipitando-se na sacralização da iniciativa privada. As teorias resistem a qualquer mudança de rumo, seja ela gerada por conflitos ou crises. Assim, defensores do livre mercado, os anti-intervencionistas, por ocasião das crises recorrem à intervenção do Estado para restituir a “liberdade do mercado”.

Conforme essa doutrina, a intervenção do governo e, sobretudo, a regulamentação governamental, é vista como desnecessária além de prejudicial ao processo da globalização estabelecido. Porém, o caráter do compromisso é altamente seletivo. Sempre que houver o sumiço do dinheiro, quando a crise se instalar no mercado, e, somente nesses casos, a responsabilidade para encontrar a solução recai sobre o Estado.

Como já foi dito, a democracia da atualidade é burguesa no sentido de que o poder econômico centrado nas grandes corporações, em especial os grupos financeiros, controlam os governos, permitindo a eles apenas uma relativa autonomia. O controle começa a ser imposto à sociedade na manipulação eleitoral, evento geralmente patrocinado pelo poder econômico e, sobretudo, manejado pelos meios de comunicação. A dificuldade reside em controlar esse poder, pois na maioria das vezes age de forma indireta. No entanto, o espaço para recuperar a democracia passa por essa análise crítica, restringindo sua ação destruidora sobre a sociedade. Nesse sentido, Hinkelammert entende que “é necessário canalizar a lei e o mercado para que possa haver uma ordem sustentável.”⁶⁰ Portanto, a interferência é necessária, mas através de critérios.⁶¹ Além de evitar o caos social, é condição para recuperar a capacidade de liberdade de expressão, represada pelos meios de comunicação em nome da liberdade de imprensa. A liberdade de expressão é um direito do homem e a liberdade de imprensa é um direito do mercado que deve ser regido conforme a lei.

⁶⁰ HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 13.

⁶¹ Nesse caso é oportuno esclarecer a posição de Hinkelammert. Remete a questão ao apóstolo Paulo, que desenvolveu um critério que se mostra ainda atual. A solução apresentada por Paulo consiste no amor ao próximo exposto na Carta aos Romanos 13,8ss. Não é um critério moral. Paulo utiliza como critério a racionalidade da ação humana, “uma racionalidade que responde às irracionalidades que a lei e, conseqüentemente, o mercado produzem quando podem agir sem restrições”. O critério desenvolvido pela racionalidade do mercado é “sou se derroto você”, e o critério de Paulo é “sou se você é”, ou seja, a vida de cada um é a condição da vida de todos. Paulo sintetiza essa racionalidade como forma de canalizar a lei. “A lei, sem ser canalizada, subverte a convivência”. O critério de Paulo é conflitante no que se refere à maneira de canalizar a lei e o mercado. Cf. HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 14.

2.3 – As promessas do mercado capitalista globalizado

Ao abordar o tema da globalização, a proposta é discutir os problemas de maneira desapaixonada, focar nas evidências das decisões econômicas, políticas e ideológicas, no sentido de verificar se as ações tomadas refletem o interesse coletivo da população, ou atendem aos interesses dos que ocupam a posição de poder. Afinal, a globalização está facilitando a vida daqueles que mais precisam dessas melhorias?

A globalização sob a ótica da remoção das barreiras comerciais e a integração das economias entre os países, pode ser um fator favorável para todas as pessoas, de maneira especial para os menos favorecidos. A abertura do comércio internacional facilitou o desenvolvimento mais rápido de muitos países. As exportações impulsionaram o desenvolvimento econômico, sobretudo na Ásia, ao proporcionar a milhões de habitantes melhores condições de vida e evolução na expectativa de vida. Também, a sensação de isolamento que muitos países sentiam foi reduzida pelos meios de comunicação, especialmente a internet, o que permitiu o acesso ao conhecimento, até então, distante e inacessível. Muitos aspectos da globalização são bem recebidos pelas populações. Na saúde, por exemplo, quando são disponibilizados o conhecimento e a cura para salvar crianças vulneráveis. Os aspectos questionáveis e controversos são os modelos econômicos empregados e as instituições internacionais que controlam a globalização, principalmente o FMI, o Banco Mundial e a OMC que elaboram regras impositivas aos países mais pobres a liberar seus mercados, sem haver nenhuma prova que demonstre o efetivo estímulo ao crescimento econômico.⁶²

Entretanto, a maneira como o processo é gerenciado, associada à aceitação do capitalismo triunfante norte-americano, incluindo os acordos internacionais, a manutenção das barreiras comerciais e as políticas impostas aos países em desenvolvimento, têm provocado um efeito devastador sobre esses países, especialmente sobre a camada mais pobre da população. Muitas ações antiquadas, inadequadas e injustas, não levando em conta os efeitos sobre as populações, são implementadas conforme os interesses daqueles que ocupam o poder. Políticas cínicas fingem auxílio aos países em desenvolvimento e os forçam a abrir

⁶² O FMI e o Banco Mundial surgiram durante a Segunda Guerra Mundial “em decorrência da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944.” O objetivo inicial era financiar a reconstrução da Europa após a destruição da Segunda Guerra e evitar as depressões econômicas que pudessem surgir. “O nome correto do Banco Mundial – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – reflete sua missão original; a última parte, ‘Desenvolvimento’, foi adicionada quase como uma reflexão posterior” cf. STIGLITZ. *A globalização e seus malefícios*, p. 37-38.

seus mercados aos produtos das nações desenvolvidas e industrializadas, tornando-os meros consumidores. A liberação do comércio, em geral, não é garantia de crescimento, mas de mais miséria. Em nome desse progresso precisam aceitar a abertura de seus mercados sem questionar as políticas capitalistas com a promessa de crescer e combater a miséria de maneira mais eficaz. Tal política contribui para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.⁶³

Portanto, no mínimo, o modelo atual deve ser radicalmente repensado. Boas políticas econômicas como o combate à desigualdade e ao desemprego têm a força de mudar a vida das pessoas, sobretudo, a vida dos menos favorecidos. Se a globalização não conseguiu reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade política. Por exemplo, a África continua mergulhada na miséria, isolada politicamente, com a piora na expectativa de vida; o flagelo da AIDS continua não dando trégua. Não conseguem atrair investidores, e sem eles não têm como manter um crescimento sustentado. Também as crises na Ásia e América Latina têm ameaçado a estabilidade nos países em desenvolvimento. A principal preocupação é com o contágio financeiro de que a queda da moeda de um país emergente possa contaminar todos os outros. Por fim, a economia de mercado não conseguiu resultados satisfatórios na Rússia e nas outras economias da região no período da transição do comunismo para o capitalismo. A promessa do Ocidente era que o novo modelo econômico traria desenvolvimento. Porém, provocou um estado de pobreza sem precedentes e instabilidade política com guerras sem fim.⁶⁴

Os benefícios da globalização⁶⁵ têm sido menores do que pregam seus defensores. O preço pago é muito maior se for considerar a destruição do meio ambiente, a corrupção empresarial, política e a dificuldade em se adaptar à interferência cultural. As crises trazem no

⁶³ Nesse sentido, torna-se oportuno a posição de Stiglitz. “A distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm vem deixando um número bastante grande de pessoas no Terceiro Mundo num estado de lamentável miséria, sobrevivendo com menos de um dólar por dia. Apesar das repetidas promessas de redução dos índices de pobreza feitas durante a última década do século XX, o número dos que vivem na miséria efetivamente aumentou, e muito. Isso ocorreu ao mesmo tempo que a renda total do mundo se elevou em média, 2,5 por cento ao ano” cf. STIGLITZ. *A globalização e seus malefícios*, p. 31-32.

⁶⁴ Os críticos acusam os países ocidentais de hipócritas e Stiglitz também concorda com eles. Para ele, “os países ricos do Ocidente forçaram as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantiveram as suas impedindo que países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas, privando-os, assim, da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações.” Um dos principais responsáveis foram os Estados Unidos por liderar o programa da globalização, atraindo para si a maior parte dos benefícios à custa dos países pobres e em desenvolvimento cf. STIGLITZ. *A globalização e seus malefícios*, p. 33).

⁶⁵ É interessante a crítica de John K. Galbraith, ao referir-se às transnacionais e ao comentar como o capitalismo se tornou religião. “Esses homens da tecnoestrutura (das transnacionais) são o novo clero universal. Sua religião é o sucesso comercial; sua prova de verdade é a expansão e o lucro da empresa. Sua Bíblia é o relatório computadorizado; seu confessionário é a sala de reuniões. A equipe de vendas leva a sua imagem ao mundo, e de mensagem é o que geralmente a sua argumentação é chamada (...) Os Jesuítas dessa fé austera são os diplomados da Escola de Administração de Harvard”. Cf. GALBRAITH. *A era da incerteza*, p. 274.

seu rastro o desemprego e a desintegração social. A globalização, da maneira como vem sendo praticada, segundo Stiglitz, “não satisfaz as expectativas conforme seus defensores prometeram que iria satisfazer – nem realizou o que pode e deve realizar. Em alguns casos, não resultou nem mesmo em crescimento, mas quando isso aconteceu, não trouxe benefício para todos.”⁶⁶ A prática comum foi beneficiar alguns à custa de muitos, ou seja, os ricos à custa dos pobres, sem preocupação com o meio ambiente, democracia, direitos humanos e a justiça social.

É possível alterar algumas regras desse modelo econômico mundial e valorizar aquilo que realmente funciona preservando o bem comum. A globalização precisa ser repensada e gerenciada de maneira imparcial, preservando os direitos dos países envolvidos para que o crescimento seja compartilhado entre todos.

2.4 – A economia e a vida humana

O que a economia propõe? Como disciplina acadêmica ela reluta em aceitar princípios valorativos da filosofia e ética. Prega uma ciência neutra e livre que em determinadas situações leva a uma ideologia que pode ser perigosa. No entanto, a proposta é não lançar acusação ou discutir se a economia é uma ciência verdadeira ou não, mas refletir sobre o que isso interfere nas decisões políticas da economia e o resultado prático para as questões humanas. Se a ciência é entendida como busca de uma análise adequada da situação real que serve de base para propor uma solução para os problemas mais imediatos, a resposta é que ainda não se elevou à verdadeira ciência. É função da ciência encontrar a “verdade científica”, propor mecanismos teóricos e práticos para os enormes desafios, especialmente os inerentes à dignidade humana porque a economia justamente engloba essas questões e interfere no desenvolvimento social. No entanto, o que se percebe é uma quantidade de teorias econômicas isentas de valores e penetradas por crenças ideológicas que não questionam a realidade e que se distanciam do problema do subdesenvolvimento. A proposta da argumentação é defender que a economia precisa atender a todas as pessoas e não, ao invés disso, as pessoas viverem em função das suas leis cujo objetivo maior é a acumulação de riqueza.

Atualmente, as grandes corporações internacionais através dos seus especialistas, dos meios de comunicação, da sua publicidade, do seu capital, não descuidam do planejamento e

⁶⁶ STIGLITZ. *A globalização e seus malefícios*, p. 47.

da implementação dos “valores espirituais” do sistema.⁶⁷ Uma catequese bem arquitetada com uma linguagem cotidiana que transmite fatos corriqueiros da economia. Por exemplo, quando a publicidade de um banco afirma “ponha o seu dinheiro para trabalhar” e as pessoas começam a acreditar que o dinheiro “trabalha” é a concretização social da aparência.⁶⁸ A doutrina pregada pela elite é mais poderosa que a contra-ideologia criada pelos cristãos críticos. Normalmente, utilizam estratégias de intervenção brandas, contínuas e não agressiva. O método utilizado é permanente com formato vertical de cima para baixo. No entanto, nas situações de crise não relutam em utilizar a força e partem para a ofensiva como já foi possível observar em países da América Latina. É um antagonismo de mundo e valores. Para Assmann, “trata-se de teologias em conflito. Em outras palavras, está em jogo uma luta dos deuses.”⁶⁹

O que se percebe na contemporaneidade é um enfoque reducionista e fragmentado da economia.⁷⁰ Os economistas têm dificuldades de reconhecer que a economia precisa ser encarada como um sistema composto que envolve os seres humanos e a interação no contexto ecológico e social. É preciso dialogar com as realidades sociais e políticas levando em consideração o progresso da economia. A evolução do sistema econômico e da sociedade está ligada a alterações no conjunto de valores que servem de base para essa sociedade. Os valores é que determinam a visão de mundo das instituições religiosas e das ações políticas e econômicas.

No que está amparado a exigência da fidelidade na doutrina da economia burguesa? Uma linha de pensamento remete ao sistema internacional, ao enorme acúmulo de riqueza dos países ricos e outra linha remete à ciência econômica predominante que está comprometida com os interesses das grandes corporações internacionais. São poderosos interesses

⁶⁷ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 26.

⁶⁸ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 26.

⁶⁹ O critério da teologia defendido por Assmann é a “reprodução da vida humana real e concreta” por entender que é a mais coerente com o cristianismo, diferente das outras, cujo critério tendem a ignorar o custo social provocado pela prática das políticas econômicas. Cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado* p. 28-30.

⁷⁰ Para Fritjof Capra a economia se ocupa da “produção, da distribuição e do consumo de riquezas” cf. CAPRA. *O ponto de mutação*, p. 182. É uma ciência normativa e visivelmente dependente de valores. A tendência atual é entender os problemas econômicos, políticos e sociais através de soluções técnicas. Assim, surgem as análises que envolvem simplesmente o custo e o lucro, um modelo econômico quantitativo que não leva em consideração as opções sociais e morais. Essa metodologia amplia a distância entre a teoria e a realidade econômica. Apesar do esforço em quantificar a economia, atualmente passa por uma crise conceitual, pois os economistas não conseguiram resolver a inflação, o desemprego e a má distribuição de renda em escala global. Mesmo reconhecendo o fracasso, grande parte dos economistas continuam acreditando que as soluções para esses problemas podem ser encontradas dentro da estrutura vigente. O problema é que a estrutura vigente foi superada pelos avanços tecnológicos e pela estrutura social.

estabelecidos com particularidades de ordem religiosa que pregam a continuidade das regras existentes e não permitem o desvio de rota. Nesse sentido, a percepção de Assmann é válida:

Em termos teológicos, isto significa que existe uma idolatria solidamente estabelecida e que as divindades cultuadas não favorecem a criação de evangelhos (boas notícias) para a humanidade. Deuses estabelecidos são deuses endurecidos, sobretudo quando se originam de uma longa e difícil metamorfose anterior.⁷¹

É importante desvendar essa universalidade e autonomia da “racionalidade econômica”, caso contrário o poder criador da burguesia pode impor um novo idioma ecumênico no qual todos se entenderiam. Como por exemplo, a universalidade do dinheiro como linguagem, com um deus ecumênico e já expresso nas cédulas do dólar “em Deus confiamos”, do florim “Deus esteja conosco”, do cruzado brasileiro “Deus seja louvado” e outros. “No mundo moderno começaram a funcionar de fato como poderes que se pretendem universais, o ecumenismo da ‘ciência’ e o ecumenismo do mercado mundial. Nenhuma filosofia, arte, cultura, teologia ou religião chegou a tanto.”⁷² O caráter religioso da pretendida ecumenicidade da ciência econômica está diretamente ligado ao processo da globalização da economia e precisa ser questionado. O capital (*deus absconditus*), por operar numa esfera secularizada, invisível, consegue integrar à sua essência todos os fatores da produção, da circulação e do consumo. A realidade econômica tornou-se invisível e exige uma relação transcendental, “uma atitude devocional em relação à sua onipotência”⁷³, um deus oculto “apesar das aparências flutuantes dos muitos deuses; no fundo o que mudou – parece insinuar às vezes, sem chegar a expressá-lo nesta forma – foi o próprio monoteísmo porque reina um deus uno que se tornou endógeno no próprio capital.”⁷⁴

O sistema capitalista dominador é invisível e com aspecto enganador. Aquilo que é visível não é o que parece ser. Por outro lado, os deuses no nível da economia são

⁷¹ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 34. Nesse sentido, é válido e oportuno o comentário que Agamben proferiu ao se referir ao capitalismo como uma religião, que celebra um culto interrompido, “cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro”. “O Banco – com os seus cinzentos funcionários e especialistas - assumiu o lugar da Igreja e dos seus padres e, governando o crédito (até mesmo o crédito dos Estados, que docilmente abdicaram de sua soberania), manipula e gere a fé – a escassa, incerta confiança – que o nosso tempo ainda traz consigo. Isso mesmo, ‘salvar’ é um termo religioso, mas o que significa ‘a qualquer preço’? Até ao preço de ‘sacrificar’ vidas humanas? Só numa perspectiva religiosa (ou melhor, pseudo-religiosa) podem ser feitas afirmações tão evidentemente absurdas e desumanas”. Essa exposição ocorreu por ocasião da entrevista, “Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro” a Peppe Salvà e publicada por Ragusa News em 16-08-2012. <<https://www.ragusanews.com/articolo/28021/giorgio-agamben-intervista-a-peppe-sava-amo-scicli-e-guccione>>. Acesso em 12/06/18. Também, publicada na revista IHU ON-LINE de 30/08/2012, tradução de Selvino J. Assmann, professor de Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>.

⁷² ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 51.

⁷³ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 52.

⁷⁴ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 51.

inconfundíveis, transitam naquilo que é considerado óbvio na economia real. Se é óbvio é porque não há questionamento. Parecem tão reais e verdadeiros que dificilmente são chamados de falsos ou questionados. Estão escondidos sob a identidade da atividade econômica cuja presença não é notada transitando na rua, mas está presente nas casas, no comércio e sobretudo no mercado financeiro. São cultuados com uma naturalidade espantosa. “A economia no fundo é isto: a naturalização da história. Fazer aparecer como natural (natureza) aquilo que é produto histórico da ação humana (história).”⁷⁵ Discutir a idolatria no terreno da economia é denunciar esses deuses, trazê-los à luz para que se possa perceber a sua função opressora, e mostrar como são violentos e cruéis. Evidente que isso não é de interesse dos que estão protegidos pelos ídolos e foram criados à sua imagem e semelhança.

2.5 – Idolatria, opressão e violência contra a vida

A conexão entre idolatria e opressão encontra amparo na tradição bíblica. É o caso da criação das leis, das lutas dos profetas contra as injustiças, do combate à idolatria que se manifesta na forma de violência e contra a vida solidária e fraterna. A ideia da idolatria precisa ser lembrada e combatida sempre que a vida humana for ameaçada por símbolos que oprimem, símbolos estes facilmente reconhecidos nos modelos socioeconômicos e na degradação do meio ambiente. A aceitação de um mercado ilimitado como única opção para o desenvolvimento requer um consentimento incondicional e, sobretudo, uma fé ilimitada no sistema, pois toda fé pressupõe uma promessa. Um exemplo dessa promessa pode ser observado no texto de Francis Fukuyama ao afirmar que “as boas-novas chegaram” com o sistema capitalista liberal.⁷⁶

Fukuyama entende que a satisfação de todos os desejos humanos está ancorada no progresso ilimitado que permite a acumulação ilimitada da riqueza. O difícil de explicar é como o ser humano que é finito pode alcançar a acumulação infinita, considerando que a natureza também é finita. Essa carência de explicação racional da passagem do finito para o infinito faz parte do mito da mão invisível do mercado que Sung denomina de “discurso mítico-religioso. A partir dessa promessa grandiosa e a fé no mercado, visto como ‘o’

⁷⁵ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 83.

⁷⁶ “A conquista progressiva da natureza possibilitada pelo desenvolvimento do método científico nos séculos XVI e XVII processou-se de acordo com certas regras definidas, determinadas não pelo homem, mas pela natureza e pelas leis da natureza. [...] A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e, portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos cf. FUKUYAMA. *O fim da história e o último homem*. 1992, p. XIV.

caminho para a realização dessa promessa, todos os ‘sacrifícios necessários’ são legitimados.”⁷⁷

O mercado foi criado pelos homens, mas quando a classe dominante fez dele um ídolo, o ídolo-mercado se tornou real e passou a dominar e a submeter os homens. A idolatria está em transformar o empreendimento capitalista na encarnação da presença de Deus. Diante disso é possível questionar: se o sistema capitalista se julga tão próximo do projeto de Deus porque permite os graves problemas sociais enfrentados pela sociedade? Para Novak⁷⁸ isso não é problema moral porque as desigualdades (riqueza, poder), estão em sintonia com as desigualdades do cotidiano. Deus não tem compromisso com a igualdade de resultados. Entende que a competição e a desigualdade fazem parte natural da pessoa livre: “a natureza fez os seres humanos iguais em dignidade perante Deus e entre si, mas não os fez iguais entre si em talento, energia pessoal, sorte, motivação e habilidades práticas.”⁷⁹ Continua criticando os que não compreendem o mistério da encarnação: “a encarnação é uma doutrina de esperança, não de utopia. Se Deus desejou que seu Filho sofresse, por que iria poupar-nos? O combate à ilusão constitui a alta forma da consciência cristã e judaica.”⁸⁰ A afirmação é uma maneira de entender a lógica do mercado e a ordem social em nome do divino. Também acusa os bispos e a Igreja Católica, e não os Estados Unidos, culpados pela crescente pobreza na América Latina, por não compreender o valor do capitalismo e, sobretudo, por combatê-lo⁸¹. Diante dos argumentos fica transparente como o mercado se tornou ídolo, seja nas relações mercantis, seja na sua legitimação através das teorias e discursos econômicos e teológicos.

Uma certeza predominante na economia capitalista é a obsessão pelo crescimento. O crescimento econômico e tecnológico é considerado fundamental por todos os economistas e políticos. No entanto, parece claro que o crescimento ilimitado por um lado, com recursos naturais limitados por outro, só pode levar ao desastre. Assim, o que há de errado na atual concepção de crescimento econômico e tecnológico é a ausência de qualquer limitação num meio ambiente finito. Capra, por sua vez, entende que essa concepção é reflexo do pensamento linear “da crença errônea em que se algo é bom para um indivíduo ou um grupo,

⁷⁶ Sung entende que a legitimação do capitalismo “se dá mais pela imposição da lógica sacrificial (‘sem sacrifício não há salvação’) cf. SUNG. *Mercado religioso e mercado como religião*, p. 310.

⁷⁸ Michael Novak, chefe do departamento de teologia do Instituto Americano de Empresas, é um dos grandes “profetas” que prega a nova era do progresso e da tecnologia sob o designo do deus capital; escreve livros e artigos de teologia com a clara intenção de defender o sistema capitalista, considera o *business Corporation* como a própria encarnação do reino de Deus na história.

⁷⁹ NOVAK. *O espírito do capitalismo democrático*, p. 97.

⁸⁰ NOVAK. *O espírito do capitalismo democrático*, p. 398.

⁸¹ NOVAK. *O espírito do capitalismo democrático*, p. 318–326.

então quanto mais desse algo houver melhor será.”⁸² Essa abordagem é baseada na crença de que o bem comum será maximizado se todas as pessoas e empresas corporativas maximizarem sua própria riqueza material. Ou seja, em outras palavras, “o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos”. A consequência dessa falácia é facilmente percebida nas medidas econômicas que não levam em consideração a camada social mais pobre e a destruição do meio ambiente. O esforço pelo crescimento e pela expansão se tornou mais forte que as ideologias marxista e capitalista.

Se é questionável o crescimento ilimitado e se o sistema como um todo precisa crescer para atender às demandas das populações, o que fazer, então? A sugestão é canalizar o crescimento para áreas que possam melhorar as condições de vida do ser humano. Em vez da preocupação estar centrada apenas no crescimento da produção do setor privado, os investimentos e o crescimento podem ser canalizados para o serviço público. Por exemplo, melhorar a qualidade nas condições do transporte público, educação de qualidade para todas as pessoas, assistência à saúde e acesso à tecnologia para todos os indivíduos. O crescimento, nesse sentido, em vez de considerar apenas o aspecto material da produção, leva em consideração o crescimento do ser humano como um todo. Na verdade, a pessoa deve ser o centro de discussão e inclusão e não apenas o lucro.

Nesse sentido é interessante a interpretação de Hinkelammert⁸³ ao destacar que a reprodução da vida humana aparece como última instância das decisões econômicas e está fatalmente ligado à sua liberdade. É preciso viver materialmente para ser. A garantia da reprodução da natureza, mesmo que o meio ambiente não seja um fim em si, é condição imprescindível para a reprodução da vida humana. Como já foi dito, o mundo atual apresenta falhas nos fatores de produção em virtude da miséria, aumento do desemprego, explosão demográfica e destruição sistemática do meio ambiente. Este processo representa o fracasso nos fatores de reprodução que se encaminha para um processo calamitoso de grandes proporções. O desafio está em elaborar políticas que resolvam a problemática reprodução da vida humana, do desemprego e do meio ambiente.

Por outro lado, o mercado tem sua própria racionalidade e não se vê como responsável pela vida humana. A idolatria econômica ocorre nas relações sociais no âmbito dessa compreensão econômica. O mercado desenvolve e impõe as leis que regem as relações sociais e econômicas como sendo a única moral fazendo com que as pessoas vivam conforme

⁸² CAPRA. *O ponto de mutação*, p. 205.

⁸³ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 91-93.

suas regras, deixando as considerações éticas em segundo plano. Aí habita o caráter idolátrico.

O neoliberalismo é uma racionalidade política e econômica que se impõe e para combatê-lo é preciso construir uma política que promova uma nova racionalidade que substitua a racionalidade atual do mercado. Pessoas com o direito de deliberar sobre a apropriação privada, estatal e sobretudo sobre as normas que regem o uso dos recursos naturais. Isso não quer dizer exclusão total da propriedade privada e do mercado, mas a limitação do poder do capital que insiste em determinar as condições de sobrevivência dos seres humanos.

Como já foi dito anteriormente, uma das características do capitalismo atual é a busca pela acumulação ilimitada do capital. Por outro lado, as empresas capitalistas não têm outra saída senão a busca sistemática pelo acúmulo do capital. Correm o risco, caso não o façam, serem ultrapassadas pelos concorrentes. Além disso, conforme as dinâmicas do mercado, os dirigentes dessas empresas têm a obrigação de defender os interesses dos acionistas que demandam a maximização dos lucros. A ratificação do aumento do capital é medida em relação aos balanços contábeis anteriores cujo objetivo é sempre superar o resultado antecedente. O alvo do capital privado é o lucro imediato e não o bem-estar da população.

Para compreender esse imediatismo na economia é preciso voltar no tempo quando o livre-comércio começou a provocar as transformações do mundo no século XVIII.⁸⁴ A Revolução Industrial lenta no início e restrita à Grã-Bretanha e a alguns países do leste europeu, conduziu o mundo para um caminho de constante expansão econômica com níveis sem precedentes.

No final do século XX o desenvolvimento econômico com uma taxa de 2% de crescimento ao ano tanto nos Estados Unidos quanto na Europa foi considerado insuficiente para atender a demanda da sociedade. No entanto, durante a maior parte da história humana

⁸⁴ É importante nesse aspecto destacar o trabalho do economista francês Thomas Piketty (especialmente suas obras *O capital do século XXI* e *A economia da desigualdade*), que desenvolveu uma pesquisa sobre a evolução da desigualdade com dados históricos e comparativos de mais de três séculos e com mais de vinte países. Parte do princípio de que a “distribuição da riqueza é uma das questões mais vivas e polêmicas da atualidade”. Mesmo com o crescimento econômico moderno e a propagação do conhecimento, não foi possível alterar os profundos níveis de desigualdades no mundo. O capitalismo promove desigualdades que tornam a vida humana precária, que ameaçam os valores de meritocracia que fundamentam as sociedades democráticas. A questão da distribuição da riqueza deve ser amplamente debatida, até mesmo porque cada um tem sua própria concepção sobre as condições de vida de uns e de outros e do que é justo e o que não é. Todavia, a realidade concreta da desigualdade é perceptível, sobretudo para quem a vivencia.

para atingir um crescimento econômico de 2%, não era em um ano, mas um esforço de décadas. As flutuações na economia eram mínimas, dependiam em maior parte do clima que determinava os níveis de colheita e das incursões militares com expansões e pilhagens. O crescimento interno contínuo da economia e a acumulação do capital nessa época era muito lento.⁸⁵

O crescimento econômico nesse período provocou profundas transformações na sociedade praticamente impossível de reproduzir a extensão dessas mudanças, mas que podiam ser observadas por todos. Essa questão intrigou os estudiosos clássicos da economia, pois esse crescimento implicou as alterações tanto na economia quanto na sociedade. A amplitude desse crescimento não teve precedentes na história da humanidade e interferiu diretamente na explosão demográfica e na melhoria dos padrões de vida da população da época.

A ganância é um impulso humano que o encaminha para a prática do mal. É considerada um pecado que esconde, disfarça a injustiça e a exploração mesmo sob as melhores intenções. A ganância está na origem da idolatria econômica e se desenvolve na natureza humana ampliando a relação desigual e injusta nos processos econômicos e sociais. Mesmo as nações consideradas ricas onde a busca para ampliar a riqueza é uma constante, as riquezas não são universais, mas extensíveis apenas para quem está no topo da pirâmide, enquanto existe uma pobreza desesperadora na base.

O fator econômico, como já foi dito, é o foco da sociedade capitalista. A mensagem transmitida é que o poder econômico tem a capacidade de transformar a realidade social, pois a tendência é resolver o aspecto social a partir da economia. Funciona como uma hipnose na qual o mercado é tudo onde tudo se explica pelo dinheiro. O resultado é a dinâmica da realidade cada vez mais materialista.

O mercado não se submete a outros interesses, como a moral, a religião ou a política, apenas às suas próprias regras. O neoliberalismo é a proposta de mercado isento de preocupações com outras regras, senão a contínua e incessante busca do acúmulo de capital

⁸⁵ Um exemplo desse lento crescimento é a análise dos dados apresentados por Ormerod; segundo sua análise, durante mil anos de 500 a 1500 d.C. o PIB cresceu em média 0,1% ao ano. Isso quer dizer que no ano de 1500 o resultado econômico era entre duas vezes e meia a três vezes maior do que em 500. Apenas como elemento comparativo, considerando as taxas efetivas de crescimento econômico, entre 1950 e 1970 as economias ocidentais cresceram em termos percentuais tanto quanto entre o período de 500 a 1500. O desenvolvimento econômico começou a se tornar visível a partir de 1500, tanto que entre esse ano e 1700 a produção econômica no Ocidente praticamente dobrou. Cf. ORMEROD. *A morte da economia*, p. 20-21. Esses dados também estão disponíveis em: MADDISON. *Phases of capitalist development*. Oxford University Press, 1982.

amparado pelas regras do contrato e da propriedade privada. Está em constante evolução, é um sistema que se desenvolve e se recia por meio de novos métodos de produção, distribuição e, conseqüentemente, ampliação de novos mercados. É um sistema cuja meta é ilimitada com implicações no lado humano e social. O processo busca o máximo da exploração dos recursos naturais e da mão de obra e exclui os considerados ineficientes, isto é, aqueles que não estão preparados para essa racionalidade econômica.

Essa organização do sistema econômico que está na contramão dos valores comunitários está favorecendo o surgimento de um novo modelo de homem reduzindo-o a agente econômico cuja função é perseguir o interesse pessoal de poder, influência e riqueza. Nesse sentido Paul Ormerod faz uma análise desse homem reduzido a agente econômico no sistema capitalista dominante no qual atua de modo racional na procura da realização de seus interesses, ao afirmar: “o tijolo fundamental da economia é o Homem Econômico Racional [...]. A ideia de que a sociedade é constituída por indivíduos que agem a partir do cálculo racional de seus interesses impregna as teorias econômicas modernas.”⁸⁶

Economia de mercado⁸⁷ é aquela na qual o mercado ocupa o centro e é autorregulado. Isso quer dizer que no interior da economia somente admitem-se regras do próprio mercado. Portanto, nenhuma regra ou valores exteriores à lógica do mercado são aceitas como, por exemplo, a solidariedade humana.

Toda produção econômica de bens é utilizada para atender o mercado, ou seja, a produção atende os desejos e necessidades dos consumidores. Para quem produz, pouco importa se a sua mercadoria atende ou não a uma necessidade humana ou a uma utilidade social. O importante nesse caso é a compra porque o desejo e a necessidade das pessoas devem estar acompanhados pela capacidade de consumo. Logo, as necessidades e os desejos das pessoas não consumidoras – das que não possuem dinheiro e que estão fora do mercado – não são consideradas.

2.6 – O mercado e o deus-dinheiro

O movimento reformista que surgiu nos anos 60 e ganhou força nos anos 70 nos países da América Latina, especialmente no Chile, Uruguai, Brasil, Honduras e Guatemala

⁸⁶ ORMEROD. *A morte da economia*, p. 45.

⁸⁷ Karl Polanyi no seu clássico livro *A grande transformação* define a economia de mercado da seguinte forma: “uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comprometem de maneira a atingir o máximo de ganhos monetários” cf. POLANYI. *A grande transformação*, p. 81.

buscou com muita veemência a solução para problemas econômicos e sociais. A liderança dos Estados Unidos demonstra um nítido esforço em manter o capitalismo. O empenho está em implementar reformas, sobretudo para promover a estabilidade da sociedade burguesa em nome do capital e do mercado. O propósito é estabilizar a sociedade burguesa mediante políticas que resultam na renúncia das reformas sociais com a clara intenção de estabelecer um capitalismo excludente. Nessa concepção, a mensagem é que o mercado, e não o Estado, é capaz de resolver todos os problemas da sociedade. “É um Estado militante do mercado [...]”⁸⁸, salienta Hinkelammert. Nesse contexto, a função do Estado é se unir ao mercado e derrotar, eliminar os movimentos sociais e todos os que se opõem ao sistema. A proposta do projeto ideológico é estabelecer uma polarização entre o capitalismo e as reformas sociais: reino do bem e reino do mal, Deus e o Diabo, capitalismo e direitos humanos. Tudo com a clara intenção de destruir um dos polos: o das reformas sociais em benefício da estabilidade do mercado

Diante dessa lógica, o Deus glorificado é o que provoca a destruição do inimigo pelos insultos proferidos. O Diabo é identificado e comparado com a reivindicação dos pobres, com os movimentos sociais e com o direito à vida. Esse Deus é a personificação transcendental das leis do mercado, uma ação religiosa que passa a exigir sacrifícios em vez de misericórdia. Na concepção de Hinkelammert, “a divinização do mercado cria um Deus-dinheiro: *in God we trust*.”⁸⁹ Por conseguinte, o Deus criador criou o homem de tal forma que, ao se conhecer, reconhece no mercado o poder criador de sua alma e natureza. O Deus criador foi transformado em criador do valor e do mercado, criou o mundo para aplicar a sua lei: o dinheiro e o capital. Resistir a isso seria um ato de rebeldia humana.

Empregando um tom de deboche neoliberal, a mensagem polarizada tem a capacidade de dizer que a linguagem da “religião econômica” se resume, evangelicamente, na capacidade de fomentar o amor entre os homens. Ela conseguiu trazer dinamismo às verdades das religiões, especialmente a do cristianismo. Quem corresponder aos impulsos do interesse próprio e se adequar competitivamente às leis do mercado estará pronto para fazer o bem ao próximo. A mensagem é reconfortante e prazerosa. A caridade não é vetada na vida privada, embora deva obedecer a determinado critério: o gesto não pode ser objeto de prejuízo. O

⁸⁸ Segundo Hinkelammert essa polarização favorece a militância do mercado: “o mercado é visto como o caminho para o bem absoluto da humanidade, sua utopia fulminante que se realiza pela destruição e eliminação de todas as resistências contrárias a ele” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 102-105.

⁸⁹ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p.105.

religioso, neste sentido, idolatra um deus expansivo cada vez maior cuja vivência torna-se agradável e na qual a “liberdade de escolher” é justamente não precisar escolher, a não ser na racionalidade da lei do mercado. O interessante nesta “religião econômica” é que se opera com toda sua profundidade sem a necessidade de se apresentar como religião. Nesse sentido em tom irônico Assmann assevera:

Aliás, ela funciona muito melhor quando a gente nem se dá conta de que está realizando atos devocionais e tendo experiências de caráter religioso. O deus dessa ‘religião econômica’ detesta aparecer, é de uma infinita modéstia, apesar de estar ativo, tão poderosa e providencialmente, em tudo o que se refere à economia⁹⁰.

A ironia foi empregada para transmitir a ideia de que a economia que obedece aos critérios expostos é um claro processo de idolatria no qual os participantes não têm consciência de que é a plena teologização do núcleo econômico. Essas premissas ideológicas do mercado recebe o apoio de quase todos os meios de comunicação e está presente no discurso da maior parte dos partidos políticos de centro e direita; além disso, encontra acolhimento em alguns setores do cristianismo (fundamentalistas e movimentos de leigos). Elas fazem parte do cotidiano, com exceção da minoria, com a clara intenção de introduzir na mentalidade do povo estratégias que objetivam o conservadorismo.

É bastante claro o argumento econômico, especialmente dos países mais ricos, de que já foram encontradas as soluções econômicas para os problemas do mundo. O que está faltando é apenas a implementação técnicas dessas soluções. As promessas são acompanhadas do bem comum ilimitado. O capital será um benfeitor se for permitido que realize a sua essência que é “trabalhar” sem parar para sua autovalorização. Com isso, os males e os atrasos sociais são atribuídos a causas socioculturais e a questões de ordem política.⁹¹

O capitalismo assume condição de “religião econômica” quando as pessoas que participam das relações comerciais estão de tal forma mergulhadas no processo de fetichização que geralmente não se dão conta; são contaminadas pela lógica mercantil. O fetichismo transforma as “coisas em sujeito e os sujeitos em coisas”⁹², ou seja, os elementos

⁹⁰ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 177.

⁹¹ Agamben aborda o pensamento político contemporâneo, falando da biopolítica como luta da vida contra o poder instituído, em determinados casos um poder ilegítimo. A biopolítica se concretizou no domínio sobre a vida e o capitalismo como religião tornou-se o improfanável absoluto perante o mundo.

⁹² ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 409. Sobre o caráter fetichista da mercadoria ver *Idealismo Realista ou Realismo Idealista: Hegel & Marx*, no qual Bavaresco estrutura o texto marxiano da teoria do fetichismo em vinte e dois parágrafos que sintetizam os desdobramentos de *O Capital*. Na sua concepção “o fetiche incorpora-se ao objeto sensível que se torna, misteriosamente, um objeto suprassensível e eleva-se

mercantis tragaram para dentro de si o trabalho (homem) e a terra (natureza) transformando-os em acessórios do mercado, um mecanismo autônomo. É um evangelho diferente da tradição cristã, mas sem dúvida também se apresenta como “boa nova”. Da mesma maneira que a teologia, a economia está baseada em dogmas e, relacionado a isso, Galbraith afirma que a defesa do neoliberalismo atual é centrada em “fundamentos teológicos mais profundos. Assim como é preciso ter fé em Deus, é preciso ter fé no sistema; em certo sentido, ambos são idênticos.”⁹³ Por conseguinte, o mercado apreendeu e adulterou o que existe de mais efetivo no cristianismo que é a concepção de amor ao próximo e a Deus.

A vida humana deixou de ter espaço no centro do pensamento econômico porque as pessoas ficaram condicionadas a ter preferências no mercado, quando na realidade o ser humano tem reais necessidades, um mínimo vital, não apenas gostos e preferências e, também, os que não têm poder de compra, não têm poder de consumo, portanto, permanecem à margem da “lei” da oferta e da procura. A participação econômica não pode ser condicionada a níveis de sobrevivência na qual o ser humano é privado da sua possibilidade de viver, especialmente numa economia que produz excedentes. O mesmo é válido para o mercado mundial no qual os países economicamente menos desenvolvidos dependem e não têm acesso aos benefícios sociais dos países ricos.

Se as pessoas acreditam que seus desejos de riqueza e consumo podem ser realizados apenas pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, existe a forte tendência a acreditar que esse sistema que gera progresso e desenvolvimento seja o único caminho para a felicidade. Quando isso acontece tudo passa a ser justificado em nome do mercado. Admite a condição de ser o “caminho e a verdade que nos leva à vida em abundância.”⁹⁴ No entanto, a lógica do mercado não segue esse caminho, ela exige sacrifício, cortes nos gastos sociais, demissões em nome da retomada econômica e aumento do capital. O sacrifício é uma imposição criado pela lei do mercado, no sentido de se adquirir uma recompensa no futuro.

teologicamente como a deusa mercadoria”. Cf. BAVARESCO, *Idealismo Realista ou Realismo Idealista*: Hegel & Marx, p. 368.

⁹³ Para Galbraith, o que provoca ameaça ao contentamento é a instabilidade, a recessão no capitalismo, cujos efeitos mais imediatos são sentidos nos níveis de emprego, sobre o salário e sobre o lucro das empresas. É consonância, nessa cultura, que desde a Grande Depressão dos anos 30 os governos devem controlar as manifestações de instabilidade na economia com ações políticas macroeconômicas. No entanto, esse consenso não chega a ser unânime porque todo início de recessão traz consigo a previsão dos economistas de que será rápida e se corrigirá a si própria. A mensagem é que tudo se resolverá por si mesmo ao longo do tempo com a ideia de que o longo prazo jamais chegue. Para esse tipo de argumento, a frase mais citada de John Maynard Keynes faz todo sentido: “a longo prazo estaremos todos mortos”. Assim, continuando a oratória teológica de que é preciso ter fé em Deus, é preciso ter fé no mercado. Aliás, atualmente a fé no mercado parece estar mais forte do que antes ou maior do que qualquer crença cf. GALBRAITH. *A cultura do contentamento*, p. 53.

⁹⁴SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 30.

Ele tem endereço certo: sempre recai sobre a população mais pobre e beneficia os ricos com o aumento da riqueza. O sofrimento do desempregado, do doente e do pobre é interpretado como sacrifício necessário para continuar com o crescimento econômico. Por conseguinte, o processo entra num círculo vicioso legitimando o sacrifício e exigindo fé no mercado⁹⁵. Pela lógica do mercado, se o sacrifício ainda não deu resultado, significa que ainda não houve sacrifício suficiente e para que o sacrifício anterior não tenha sido em vão, exige-se mais sacrifício.⁹⁶

A ideia do sacrifício está muito presente na vida das pessoas, especialmente no Ocidente e nas religiões onde quase todas mantêm a tradição e o discurso de que a salvação exige algum tipo de sacrifício. Essa doutrina confere sentido para o sofrimento das pessoas quando não é possível suportá-los e, também, serve para legitimar a exigência do mercado. Por meio dessa consciência sacrificial é possível entender por que as pessoas não se rebelam contra as cobranças do mercado. Na maior parte das vezes entendem como normal a reivindicação do sacrifício e até serve de conforto por não ter alcançado o paraíso.⁹⁷

⁹⁵ Nesse caso é importante uma reflexão a partir da preocupação de Benjamin, se o capitalismo é uma religião, como é possível defini-lo em termos de fé? Qual é a crença do capitalismo? Para auxiliar no argumento é oportuno o texto de Agamben, (*Em que crê o capitalismo?*), serve de base referencial. Ele comenta que o estudioso de ciência das religiões, David Flusser (primo de Vilém Flusser) desenvolvia estudos sobre a *pistis*, que em grego significa “fé”. Certa vez o estudioso encontrava-se numa praça em Atenas, quando observou um prédio em cuja fachada estava escrito: *Trapeza tes pisteos*. Surpreso com a coincidência, percebeu que estava em frente de um banco. *Trapeza tes pisteos*, em grego significa “Banco de crédito”. Sobre esse episódio é adequado e faz todo sentido a interpretação de Agamben: “eis o sentido da palavra *pistis* – fé – é simplesmente o crédito de que gozamos junto a Deus e de que a palavra de Deus goza junto de nós a partir do momento em que cremos nela. Por isso Paulo pode afirmar, em famosa definição, que a ‘fé é substância de coisas esperadas’: ela é aquilo que dá crédito e realidade àquilo que ainda não existe, mas em que cremos e temos confiança, em que colocamos em jogo o nosso crédito e a nossa palavra. *Creditum* é o particípio passado do verbo latino *credere*: e aquilo em que cremos, em que colocamos a nossa fé, quando estabelecemos uma relação fiduciária com alguém tomando-o sob a nossa proteção ou emprestando-lhe dinheiro, confiando-nos à sua proteção ou tomando de empréstimo dele algum dinheiro.” Cf. AGAMBEN <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057--e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em 22/06/2018. Traduzido por Selvino J. Assmann, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e publicado IHU. O título original do artigo é *Benjamin e il capitalismo* publicado na revista mensal italiana *Lo Straniero*. Então, segundo exposto por Agamben, se para Benjamin existe uma estreita ligação entre capitalismo e religião, também é possível inferir que o capitalismo é uma religião fundamentada na fé. O partidário “crê no puro fato de crer, no puro crédito”, em outras palavras deposita sua fé no dinheiro. Nesta religião o crédito passa a ocupar o lugar de Deus, “uma religião em que Deus é o dinheiro”. Portanto, faz todo sentido que a instituição bancária responsável por fabricar e administrar o dinheiro, ao ocupar o lugar da igreja, administre o crédito e gere a fé de seus adeptos.

⁹⁶SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 31-32.

⁹⁷ “Paraíso” geralmente tomado como expectativa, algo que foi deslocado para o futuro, teve forte participação nas discussões da Idade Média, quando o paraíso era uma esperança escatológica ancorada no pós-morte e na intervenção divina. Na modernidade o paraíso foi deslocado para o futuro, não foi mais visto como intervenção divina, mas fruto do progresso econômico e tecnológico. As pessoas acreditam que o mercado “escreve direito por linhas tortas”. Sobre essa questão Sung entende que “é negar a legitimidade de qualquer exigência de sacrifícios de vidas humanas, seja em nome do mercado, do Estado, do Partido ou da Igreja”, afirma isso porque acredita que as exigências de sacrifícios são geralmente feitas em nome de alguma instituição que se apresenta como o caminho para o “paraíso” e, “como o paraíso não cabe na história, nenhuma instituição humana é

A destruição do meio ambiente e o sofrimento humano surgem como sacrifício para o qual resulta a glória. Na concepção do mercado, proteger o meio ambiente é uma forma de se rebelar contra a natureza, caso as leis do mercado sejam limitadas. Mesmo que todas as árvores sejam derrubadas, a natureza estará protegida se a destruição for em conformidade com as necessidades do mercado, ou seja, o lucro. Ainda que o mundo termine em função da lealdade às leis do mercado, Deus promete a recompensa, independente da terra. Essa é a perspectiva apocalíptica do deus dinheiro, cujo centro é o mercado e não o ser humano. A destruição da vida na terra aparece como sacrifício para a libertação dos homens, para sua redenção, com a implícita finalidade de continuar com o sistema econômico destruidor.

O indivíduo não reconhece outros valores senão a relação com o mercado balizado pela propriedade privada e pelo cumprimento dos contratos. Os direitos humanos e o direito à vida são transformados em direito de propriedade privada da mesma forma que fora do mundo dos contratos não há obrigações. A lei estabelece o reconhecimento destes contratos como base da ética, por conseguinte, a relação entre ética e mercado se fundem. A justiça fica reduzida à propriedade privada e ao cumprimento dos contratos. A ordem é permitir o mercado agir sem interferir nele. Mesmo quando o trabalhador perde o emprego em vez de exigir soluções e de garantir o direito às necessidades básicas a partir do seu trabalho, deve aguardar pacientemente que algum dia o mercado resolva a situação. É possível dar esmolas, mas ela nunca pode ser exigida. O mesmo pode ser dito em relação à miséria: é preciso suportá-la até que o mercado encontre alguma medida, mas jamais abordar o problema em si.

Chegar a tratar o ser humano desta forma é um problema muito difícil de se resolver. É complicado solucionar a questão do desemprego quando não é permitido nenhuma ação, a não ser a estabelecida pela ética do mercado, uma ética impiedosa diante do resultado e contra qualquer ato de compaixão e misericórdia; da mesma forma, ver o pobre entregue à sua condição de miséria, sem se abalar. A doutrina do individualismo pregado pelo mercado parece que conseguiu que o homem não sinta nada diante do sofrimento e da condição de miséria do outro. É uma completa inversão de valores, se for considerado aqueles adquiridos espontaneamente de ajudar o próximo e de prestar solidariedade humana. O que está faltando é uma mudança no coração e no sentimento de solidariedade e compaixão humana, uma retomada dos valores éticos contra o autoritarismo devastador do mercado.

portadora desse paraíso. Logo, não se pode fazer exigência de ‘sacrifícios necessários’. A crítica à idolatria na tradição bíblica consiste exatamente nisso” cf. SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 42.

Na visão burguesa toda produção é fruto do capital. O resultado é divinizado e o olhar se debruça somente sobre variáveis econômicas. O processo está dominado por uma religião com características novas, objetivos claros e muitas vezes mal compreendidos: uma religião econômica. Os pressupostos conceituais dessa economia quando necessita explicar os custos sociais e ambientais da sua operação tendem a ignorar esses custos, afirmando que são variáveis externas e que não fazem parte do modelo teórico.

A economia política utiliza uma linguagem cada vez mais difícil de se entender, envolvida em cálculos matemáticos e abstrações que dificultam sobretudo o discernimento dos seus conceitos. É a quantificação dos resultados econômicos. É preciso refletir sobre as limitações das abordagens econômicas, especialmente aquelas baseadas apenas na matemática aplicada. É claro que se bem diligenciada tem suas vantagens, especialmente na organização e compreensão dos problemas e para proteger a economia do amadorismo. O lado negativo em empregar somente a matemática é quando utilizada apenas para analisar e comparar problemas humanos e sociais.⁹⁸ Justamente num período em que a humanidade padece com o sofrimento é urgente que essa ciência fale uma linguagem que o povo possa entender, que seja aplicada à realidade, que ajude amenizar suas necessidades. O aumento da riqueza não pode ser calcado no sofrimento dos seres humanos que produziram essa riqueza.

No despontar da modernidade a sociedade descobriu que a transformação da cultura, os aspectos da organização social e a produção de riquezas são perfeitamente possíveis ao ser humano. Junto com esta descoberta aparecem também as ideologias como possíveis e necessárias.⁹⁹ O comerciante até então visto como usurpador passa a ser social e amigável. Essa alteração no pensamento econômico representou uma transformação importante na concepção da vida e no convívio entre as pessoas. Por exemplo, a descoberta e a conquista dos enormes territórios na América. Sabe-se que não foi pacífico, mas através da violência e extermínio de milhões de índios com total tranquilidade de consciência dos exploradores amparados pelo sentimento de direito pelas conquistas. A matança dos indígenas não

⁹⁸ Galbraith no seu ensaio de 1962, *The Language of Economics*, apresentou ressalvas ao padrão determinante de teorizar a economia apenas através da matemática e econometria. Defende a posição de que é necessário levar em conta a informação de outras disciplinas e também a realidade política, não se prestando facilmente ao tratamento altamente técnico e matemático. A crítica é especialmente dedicada aos economistas que têm a tendência de excluir da análise econômica fatores mais difíceis de abordar quantitativamente como, por exemplo, a qualidade de vida e a satisfação dos mais necessitados.

⁹⁹ Para Assmann, a transformação da organização social, aliada a produção de riquezas, desponta e favorece todo tipo de ideologia. Assim, “o entesourador de riquezas mortas torna-se um idiota obsoleto e começa a predominar o dinheiro ‘que trabalha’”. Cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 142.

encontrou eco nem na Igreja¹⁰⁰ que minimizou o desastre humano e social permitindo que o pensamento econômico criasse uma versão teológica de amor ao próximo.

Adorno e Horkheimer abordam a questão do sacrifício na lógica das relações mercantis do capitalismo.¹⁰¹ Segundo eles o fetichismo nas relações comerciais está cheio de aparências e abstrações que escondem as incoerências “encobertas por um véu reconciliador”. Ou seja, as relações de mercado conseguem esconder o problema do poder porque o mais rico é visto apenas como o mais capaz, o mais ativo. A conquista da América é um bom exemplo. Durante o período predominou um disfarce ideológico violento utilizado pelos conquistadores por meio de procedimentos cruéis e legitimados pela expansão missionária do cristianismo. A legitimação estava na proposta de civilizar e evangelizar ou no ouro e na prata? É evidente que ambas estão associadas e que sem o apoio da justificação o emprego da violência pelos conquistadores não teria funcionado como funcionou. A violência praticada era amparada por uma justificação e uma legitimação para implantação dos ideais da civilização e evangelização de tal forma que para os autores era um modo “normal” e “natural” de proceder.¹⁰² A ideologia e a prática da violência mantêm uma ligação tão estreita que se torna difícil de desvincular a consciência dos atos praticados.

A veiculação da nova mensagem sobre a maneira mais apropriada de amor ao próximo no plano econômico está vinculada ao conceito de liberdade. A teoria econômica se apropria deste conceito e passa a dominá-lo para o interesse próprio. Após domesticar o conceito de liberdade, o interesse aparece na forma de termos como: (i) livre iniciativa, proprietários com interesses próprios sem ser atrapalhados por ninguém; (ii) livre concorrência, acesso fácil guiado à competitividade; (iii) livre mercado, uma economia baseada na livre iniciativa.¹⁰³

¹⁰⁰ A matança dos indígenas não encontrou espaço no Concílio de Trento. Inclusive, os bispos latino-americanos não puderam participar do evento por imposição da coroa espanhola cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 143.

¹⁰¹ ADORNO; HORKHEIMER. *Dialética do esclarecimento*, p. 99–138.

¹⁰² Assmann comenta o esforço teórico de Marx sobre este “disfarce estrutural”. “O fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do Capital implicam uma introjeção da legitimação da opressão no interior dos próprios procedimentos e mecanismos que constituem o paradigma econômico” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 305.

¹⁰³ Sobre a teoria econômica se apropriar do conceito de liberdade, é oportuno o pensamento de Assmann: “a ‘racionalidade econômica’ se entronizou no seio da ‘liberdade’” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 153.

O lucro passou a ser um conceito limpo, fruto da criatividade e do livre comércio. O caminho está liberado para o bem de todos. Agora, querer outro caminho é ir contra essa racionalidade. A “racionalidade econômica” impede essa alternativa declarando-a não realista. Nesse sentido, outro exemplo expressivo é a articulação clássica de Adam Smith: “quem quer que seja que ofereça a outrem uma barganha de qualquer tipo, propõe o seguinte: ‘Dê-me o que eu quero, e você terá o que quer’; eis o significado de cada oferta como esta. E é desta

A implantação deste modelo econômico burguês é um exemplo de reducionismo excludente. Método no qual a iniciativa econômica é reduzida à iniciativa privada dos que já detêm os privilégios e que impedem o acesso dos demais à atividade econômica. A promessa inicial é que o apoio gera rápido crescimento e, conseqüentemente, maior riqueza. A eficiência produtiva por meio de argumentos falaciosos como maior riqueza e maior crescimento é igual ao desenvolvimento; ou ainda, quanto maior a riqueza entre os países, maior é o bem-estar de seus habitantes. Se, por ventura, os fatos não reproduzirem a realidade, utiliza-se a premissa conhecida de que não adianta dividir o bolo, é preciso, antes de mais nada, aumentá-lo. Ou seja, a eficiência distributiva virá no seu devido tempo.

Este exemplo de eficiência produtiva pode ser derrubado pela evidência do aumento da pobreza, pela diferença de renda e consumo entre pobres e ricos, no endividamento dos países. Mesmo assim é necessário admitir que todos estes argumentos não foram suficientes para descaracterizar esta promessa que permanece pregando a mensagem messiânica de ser o caminho necessário com a finalidade de proporcionar o bem a todos.

2.7 – A dignidade do trabalho e do trabalhador no plano da economia

Ao se referir à teoria do valor, Assmann ao mesmo tempo em que se utiliza da simplicidade para abordar o tema, o descreve com necessária profundidade: “o custo da produção determina a oferta, a oferta determina o grau final da utilidade, o grau final da utilidade determina o valor que depende inteiramente das preferências de um sujeito de puros desejos prazerosos.”¹⁰⁴ Diante do argumento, o trabalho depois de executado não é considerado e não tem autoridade sobre um futuro valor. Simplesmente passou, está perdido, assim como qualquer consideração pelo trabalhador no plano da economia.¹⁰⁵

O capitalismo fundado na eficiência econômica dispensa critérios morais ou procura estabelecer o mínimo de imposições de ordem moral. A defesa deste projeto cuja teoria é

forma que obtemos uns dos outros a maior parte dos bons ofícios de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do fabricante de cerveja ou do padeiro que esperamos o nosso alimento, mas de sua preocupação com seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, senão de suas vantagens. Só um mendigo opta por depender basicamente da benevolência de seus semelhantes” cf. SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nation*, p. 14. *Apud* ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 154.

¹⁰⁴ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 160.

¹⁰⁵ Nesse sentido, Assmann argumenta que “o suor do trabalhador só vale enquanto é necessário para produzir; uma vez que escorreram, o suor e o sangue não valem absolutamente nada.” A remuneração ao trabalhador não é pelo que trabalhou, mas para que receba alguma compensação para tornar-se consumidor, concretizar a função produtiva e retornar novamente ao trabalho. Esta teoria baseada supostamente no prazer de consumir é uma teoria trágica, cheia de sacrifícios que anula a dignidade do trabalho e trabalhador cf. ASSMANN, HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 160.

sólida está centrada a partir do interesse próprio e no seu desdobramento: iniciativa privada, direito de propriedade, autorregulação do mercado. A racionalidade econômica se baseia nas variáveis da economia por meio de critérios valorativos definidos. Portanto, falar em justiça social, solidariedade, defesa dos desamparados, satisfação das necessidades básicas, alude caminhar em outra direção com outro conceito de racionalidade econômica.¹⁰⁶ Existe uma blindagem ideológica que dificulta qualquer tentativa de colocar no interior da discussão econômica, outros critérios valorativos, como por exemplo, metas sociais.¹⁰⁷

O desemprego é um problema que preocupa e está na agenda política econômica da maioria dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, responsáveis por uma pobreza crescente e que aparece como ameaça ao sistema capitalista mundial. O direito à vida tem se tornado uma busca prioritária numa sociedade que exclui e condena à morte muitos dos seus membros. Este direito implica ações contra a truculência e excesso da polícia, do aparelho do Estado e, sobretudo, o direito de viver numa sociedade em que as necessidades básicas possam ser atendidas através do trabalho. Um desenvolvimento econômico capaz de garantir o direito à vida no qual as condições materiais da existência humana promovam uma sociedade livre. Este direito, no entanto, na maioria das vezes é incompatível com as exigências da sociedade capitalista orientada à produção e à maximização do lucro. O lucro pode ser compreendido mediante dois critérios: quando é resultado quantitativo da atividade empresarial e em função do crescimento que é resultado quantitativo da economia como um todo, revelado em termos de dinheiro e preços.

A flexibilidade capitalista pode estar presente na produção de um determinado produto ou na tecnologia desenvolvida. Agora, quando se refere ao emprego e à distribuição de renda, o sistema econômico é inflexível. O exemplo está na atual crise econômica mundial na qual o capitalismo é incapaz de garantir emprego e distribuição de renda ao trabalhador.

¹⁰⁶ Para Assmann, a adoração fixa dessa “racionalidade econômica” pode se apresentar como um mistério teológico: “a fé ilimitada na validade exclusiva de um determinado paradigma econômico para chegar a realizar da maneira mais eficiente a felicidade dos homens neste mundo, pelo menos no tocante aos problemas econômicos que afligem a humanidade” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 198.

¹⁰⁷ Torna-se oportuno transcrever algumas citações do ex-Ministro do Planejamento do início do regime militar no Brasil, Roberto Campos, no qual deixa visível a racionalidade econômica da cultura capitalista da economia de mercado competitiva. As declarações são um veto às metas sociais, ditas de forma consciente e assumida. Intitula a Teologia da Libertação de Frei Leonardo Boff como “uma ingênua e beata admiração pelo sistema coletivista de distribuição de renda” cf. CAMPOS. *Guia para os perplexos*, p. 169. Acrescenta: “o que vejo nas discussões eclesiais no Brasil é uma profunda ignorância dos mecanismos de mercado sobre os quais assenta o capitalismo” cf. CAMPOS. *Guia para os perplexos*, p. 171. Sobre o “preço justo” e a opção pelos pobres: “quando ouço falar em preço justo, lucro razoável, fico horrorizado porque já se dizia na Idade Média: só a Deus é lícito conhecer o preço justo” cf. CAMPOS, *Guia para os perplexos*, p. 138. “A rigor ninguém pode optar diretamente pelos pobres. A opção que se tem que fazer é pelo investidor que cria emprego para os pobres” cf. CAMPOS. *Guia para os perplexos*, p. 142.

Ou seja, o sistema não trabalha com metas garantidoras de emprego e renda e justifica o desemprego por diversos fatores. Por exemplo, os altos salários, a falta de flexibilização das leis trabalhistas, a pobreza como fator de baixo consumo, os sindicatos são acusados de intolerantes e perturbadores diante das reivindicações, a proteção ao meio ambiente como um entrave ao desenvolvimento econômico. Estes argumentos aumentam em tempos de crise e a ideologia procura transformar o desespero pela perda do trabalho em ataque aos sindicatos, aos órgãos de proteção ambiental, às leis trabalhistas. O movimento ideológico acaba criando um conflito não mais originado pelo sistema capitalista, mas entre trabalhadores receosos de perder o emprego de um lado e os que defendem o trabalho, o meio ambiente, a paz, do outro. Para atingir os resultados a ideologia exige fé e aceitação no mercado, fazendo crer que é a falta de mercado a causa do desemprego. Por conseguinte, o aumento do desemprego está diretamente relacionado com o crescimento econômico resultando na flexibilização das leis em nome de mais empregos.¹⁰⁸

O crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva considerando a produção de bens e serviços de um país ou área econômica. O aumento da capacidade produtiva é resultado do investimento realizado pelos que detêm a propriedade e os meios de produção: os capitalistas. O Estado também participa do processo econômico atuando em áreas estratégicas como infraestrutura, segurança, saúde, educação. O investimento é resultado do lucro ou de empréstimos cuja finalidade é a geração de novos lucros. O lucro por sua vez é o resultado da venda do produto, descontado o custo de produção (matéria-prima, energia, imposto, salário). A busca constante do lucro amplia o capital e o capital procura rentabilidade, movimento que faz girar a economia.

Uma das formas de aumentar o capital é se apropriar de uma parte do valor produzido pelo trabalho. Na visão capitalista, o emprego concedido ao trabalhador se justifica

¹⁰⁸ Esta ênfase aos direitos concretos à vida e, segundo Hinkelammert, ao trabalho é a base e a origem de todos os outros direitos que permite uma crítica da ideologia burguesa. Esta exalta o capitalismo e o mercado como provedores da vida porque ninguém pode viver sem o capital. A doutrina neoliberal prega que o capital dá o emprego, a renda, o desenvolvimento. Por isso, onde o capital não consegue dar o trabalho, a renda, o desenvolvimento, é justamente pela falta do capital. É exigida a confiança no capital, pois sem confiança, o capital foge e, conseqüentemente, ocorre a fuga do emprego, do desenvolvimento, necessitando que o capital encontre novamente a confiança e regresse. Esta é a ideologia apresentada na sua forma mais radical pelos ideólogos neoliberais. É oportuno apresentar o argumento de Hinkelammert sobre esta questão: “é preciso contrapor os direitos concretos à vida a esta ideologia ilusória da vida que na realidade não é mais do que uma ideologia da morte. A lógica do capital é a morte, e a mística do capital é a mística da morte. Por trás da lógica do mercado total aparece a mesma mística da morte que anteriormente esteve por trás da lógica da guerra total dos estados fascistas. A vida não pode ser afirmada a não ser concebendo-a e vivendo-a a partir do que é sua base real: os direitos concretos à vida de todos os seres humanos” cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do Mercado*, p. 197.

mediante a proporção de quanto ele vai contribuir para o aumento da rentabilidade do capital. O salário pago ao trabalhador é menor que o valor produzido pelo trabalho, ou seja, o trabalhador dá mais do que recebe. Portanto, nem todo crescimento econômico gera uma distribuição justa da riqueza porque a economia não é só produção, ela envolve também a distribuição e consumo. Dentro da lógica do capitalismo, maior lucro significa menor salário, menos educação e saúde e mais miséria. Mas, se for comparado crescimento econômico que aumenta o nível de emprego e renda produzindo algum benefício ao trabalhador com a recessão econômica que provoca inflação, desemprego, aumento da miséria, é preferível as “migalhas” dos ricos, mesmo sendo fruto da injustiça que diminui a fome do povo.

Quando o ritmo do desenvolvimento econômico não é crescente os trabalhadores são demitidos para estabilizar os lucros. “A vida dos trabalhadores depende do ritmo da acumulação do capital.”¹⁰⁹ Aqui o capital aparece como o que dá “vida” ao trabalhador. No entanto, essa relação do capital que dá “vida” só ocorre se ele puder sugar essa mesma vida do trabalhador pagando um salário sempre menor que o produzido pelo trabalho. A demissão do trabalhador equivale à sua morte, é excluído da sociedade, ao mesmo tempo que dá vida ao capital fazendo-o crescer e se tornar mais poderoso. Para não pressionar o aumento do salário do trabalhador, o mercado mantém uma massa de desempregados como “reserva”, condenando uma grande quantidade de pessoas à morte pelo desemprego. Atualmente, o Brasil vive essa realidade com aproximadamente de 12 milhões de desempregados. Com a justificativa da crise, o capital faz corte em investimentos, especialmente os sociais, exige novo equilíbrio, produz uma legião de desempregados, suga a vida de milhões de pessoas condenando-as à morte. O capital se torna idolatria exigindo o sacrifício humano, retirando das pessoas sua dignidade, autonomia e negando os direitos fundamentais.

Considerar a natureza e o homem como mercadoria significa que ambos foram incorporados ao capital e à sua lógica. Até mesmo quando não utilizados, os recursos humanos e recursos naturais não se “pertencem”, estão coligados ao capital. É utilizado apenas o que é do seu interesse, o restante fica na reserva. O trabalhador não tem mais o trabalho, quando muito tem um emprego e quem não é empregável fica à margem, sacrificado. O que mantém o sistema ativo é o medo da fome dos que se apresentam para o trabalho, e o lucro dos que comandam o trabalho. As teorias econômicas utilizam determinados conceitos que implicam o recorte da realidade. O que não consta neste recorte não é tido como real e nem considerado. O mesmo vale para a teoria da distribuição. A crença

¹⁰⁹ SUNG. *A idolatria do capital e a morte dos pobres*, p. 127.

é que o benefício do crescimento econômico dar-se-á espontaneamente dentro da própria lógica. A concorrência e a iniciativa empresarial desenvolvem mecanismos que, aos poucos, todos ficarão integrados aos benefícios desde que nada se oponha ao crescimento econômico e aumento da riqueza.

Nesse sentido, Assmann¹¹⁰ faz uma advertência para não confundir conceitos éticos com conceitos econômicos. A justificativa é que todas as categorias da economia burguesa são fetichizadoras e não são expressões variáveis da economia; apresentam-se como econômicas, mas na verdade expressam relações sociais como a ideia que confunde produção de riqueza com bem-estar social para todos. O caráter fetichizador das categorias econômicas consente em aplicar a objetivação de um discurso universalizante que uma vez posto em prática presume uma neutralidade, mas que já havia incorporado. Por exemplo, a inversão que validou a mercadoria, o dinheiro, o capital como delegados personalizados rebaixando as pessoas a coisas. A mudança na concepção do dinheiro como entesouramento morto, a categoria de dinheiro vivo que “trabalha”, se reproduz e se autovaloriza em direção ao infinito. Os economistas não gostam de discutir a relação entre a racionalidade econômica e as esferas autônomas dos critérios éticos e religiosos. Assim, é inútil e descabida a discussão entre a esfera da ciência econômica e categorias de valores éticos. Esta é uma maneira da ciência econômica lavar as mãos diante dos efeitos danosos que diante da visão científica não são atribuídas à economia enquanto ciência, mas do uso incorreto que outros fazem dela.

2.8 - O sistema econômico: da idolatria ao sacrifício humano

O que se procura sustentar é que os aspectos da moral foram incorporados no processo econômico, transformados em interesse próprio do mercado, originando a idolatria¹¹¹ da economia. Um processo marcadamente moderno no qual o mercado exige uma adesão incondicional, uma confiança plena dos participantes no processo lógico dos benefícios da economia. A idolatria convive e se nutre da prática dos critérios de mercado. Para Assmann, a essência da idolatria do mercado consiste “na teologia intrínseca e endógena do próprio paradigma em sua versão econômica; e os atos idolátricos correspondentes

¹¹⁰ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 220-221.

¹¹¹ Assmann adverte que existe uma certa dispersão na literatura que aborda o tema da idolatria tornando-a aplicável em muitos planos, correndo o perigo de perder o eixo principal da abordagem sobre a injustiça e opressão presentes claramente na Bíblia. “Certos escritos sobre as ameaças da idolatria, no mundo de hoje, dispersam de tal modo o conceito de idolatria que ele se torna aplicável, na prática, a todo tipo de distorções no plano das ideias, dos sentimentos, do comportamento moral e das formas organizativas da vida religiosa e civil, contanto que se possa estabelecer um mínimo de conexão com a manipulação de símbolos religiosos.” Cf. ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 252.

consistem na prática devocional cotidiana dos que executam as exigências desse paradigma.”¹¹² *É preciso ter o cuidado em não reduzir a idolatria a expressões teóricas e práticas vinculadas apenas ao vocabulário religioso.* Ela está presente nas relações sociais e na lógica do mercado, um fenômeno que envolve as relações mercantis; portanto, deve estar relacionada às teorias econômicas. Neste contexto, a ritualização religiosa deve ter apenas função complementar.

No liberalismo moderno a realidade e o mercado estão intimamente ligados. Quando surgem as crises econômicas e diminui o acesso à satisfação das necessidades, a economia precisa ser corrigida. No entanto, as reformas e alterações de rumo são impostas pelo mercado e por eventuais intervenções de governo. As crises econômicas se repetem com frequência necessitando constantemente de intervenções do mercado. É comum o neoliberalismo afirmar que as crises não são consequências do automatismo do mercado. O argumento é que o mercado deve sofrer intervenção e correção, pois as medidas implantadas ainda não foram suficientes. “Já não se deve corrigir o mercado em nome da realidade e do mundo da satisfação das necessidades, mas agora a realidade deve se adaptar às necessidades do mercado”¹¹³, diz Hinkelammert. Ou seja, para melhorar a realidade é necessário aperfeiçoar o automatismo do mercado, torná-lo instituição perfeita. Os elementos da realidade como a pobreza, o desemprego e a destruição do meio ambiente devem se adaptar ao mercado e não o mercado a eles.

A ideologia transforma em promessa vazia a solução destes problemas e não tem nada a dizer sobre a realidade. Para os problemas concretos há apenas uma solução: mais mercado; o que é uma falácia, pois o que se percebe no processo é que, quanto mais mercado operando, maior é o número de crises e maior é a sua profundidade. As resistências deflagradas pelos sindicatos e organizações de proteção ao meio ambiente são tidas como irresponsáveis, mal-intencionadas, arbitrárias, uma irracionalidade utópica contra o realismo do mercado. Neste aspecto é preciso concordar, o mercado é eficiente em realizar as suas funções, em dar o que as pessoas querem e não o que um grupo de pessoas imagina que deve querer.

Como viver sem acesso às condições concretas? O automatismo do mercado retira as possibilidades concretas de viver, especialmente dos mais vulneráveis, transformando grupos inteiros de humanos em marginalizados com aparência de seres não completamente humanos.

¹¹² ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 254.

¹¹³ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 265.

Para viver supõe-se condições materiais para tal. O homem como ser vivente necessita suas energias, precisa atender suas necessidades, pois isso faz parte da dinâmica da vida. Para Dussel, “a necessidade é uma falta do necessário para a vida: fome, frio, falta de habitação, doença. Necessitar de algo é abrir-se ao mundo desejando aquilo que pode satisfazer.”¹¹⁴ Está no centro da ideologia do mercado impedir o acesso, especialmente dos mais necessitados, às condições materiais. A justificativa é que depende das condições do mercado para atender a demanda, o que demonstra um claro mecanismo de regulação. Por esta razão, é preciso superar o automatismo do mercado a fim de conceder a todos os seres humanos uma condição humana digna mediante a integração econômica de todas as pessoas.

O mercado através dos seus paradigmas econômicos procura direcionar o caminho para um sentido único e exclusivo. Geralmente isso ocorre através do discurso messiânico da promessa na realização do bem comum com a intenção de esvaziar o sentido do sacrifício humano. Com isso, se procura invalidar qualquer rediscussão sobre metas sociais que não esteja de acordo com aquilo que já foi previamente acertado. Um discurso de via única ornamentado com promessas que jamais serão cumpridas.

Os disfarces utilizados nos enunciados da lei do mercado como economia aberta, sociedade aberta, economia de livre mercado, escondem na linguagem um maniqueísmo rígido de polarização bem-mal mediante o suporte da famosa “lei da oferta e da procura”. Ela propõe na sua base que a necessidade do ser humano não importa para a economia, mesmo considerando as diferenças de cultura e circunstâncias históricas. Dá-se a entender que o ser humano só tem preferências e gostos e não tem necessidades. Aquele que por falta de trabalho não consegue “procurar”, está fora das intenções do mercado e com suas necessidades sacrificadas. Somente quem tiver poder de compra pode ter necessidade. Por conseguinte, fica difícil o economista convencer que a demanda é o único meio de perceber as necessidades reais. Relacionar as necessidades com demanda é como afirmar que “ter necessidades é ter poder aquisitivo para poder manifestar necessidades.”¹¹⁵

No mundo contemporâneo, o poder está mais alinhado às estratégias do mercado do que à esfera política. Essa dinâmica capitalista é percebida pela força das grandes corporações internacionais e dos governos dos países desenvolvidos ao impor sua hegemonia neoliberal. A busca incessante da riqueza é o desejo da maioria das pessoas que estão integradas no sistema. Transferiram para o mercado a função de atender os anseios pessoais e da sociedade. O

¹¹⁴ DUSSEL. *Ética comunitária*, p. 130.

¹¹⁵ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 310.

sistema todo está centrado no desejo das pessoas. Não apenas no desejo do lucro das empresas. O lucro é uma consequência de que o desejo do consumidor foi efetivado. Esse projeto de conferir desejo às pessoas e de saber manipular com tamanha eficiência faz com que o capitalismo consiga tamanha visibilidade e aceitação.

O que parece razoável para dar conta dos problemas sociais é a necessidade de melhorar a redistribuição de renda. O quadro social é representado por pessoas que têm muito mais do que necessitam e outras que não têm o necessário. No entanto, quando o discurso parte para a “redistribuição” e “divisão” não se chega a um acordo, mesmo percebendo ser uma alternativa para resolver um dos graves problemas sociais que assolam o país.¹¹⁶

O problema em resolver o que é “ter demais” e “ter de menos” está em identificar qual é o limite que separa ambos. Cada lado tem seu argumento. Para quem defende a redistribuição de renda o limite seria o necessário para ter uma vida digna. Aí surge um novo problema, o de distinguir necessidade de desejo. As teorias econômicas neoliberais, como já foi dito anteriormente, estão centradas no desejo dos consumidores por uma razão bastante simples. Os desejos são ilimitados enquanto as necessidades são limitadas. Entender essa diferença é muito importante para discutir a redistribuição de renda. Para deixar mais claro, Sung apresenta o seguinte exemplo:

Uma pessoa que mora numa casa de 250 mil dólares, possui uma casa de praia de 100 mil dólares, um carro importado de 80 mil dólares e o equivalente a 500 mil dólares em aplicações financeiras, tem demais ou de menos? Depende do critério utilizado. Se for o de necessidade, ela tem mais do que necessita e, por isso, também algo para partilhar. Mas ela pode contrapor dizendo que ainda falta muito para realizar o seu desejo de morar numa casa de 1 milhão de dólares, ter uma ilha e um carro importado de 400 mil dólares e um jato particular.¹¹⁷

Ficou transparente que quando se aborda os desejos das pessoas não há limites, eles crescem na medida em que são atendidos, ou utilizando uma expressão de Sung, “se busca o ilimitado”. E se o desejo é ilimitado, nunca sobra nada para dividir e não se vai adiante com a redistribuição de renda. As leis do mercado trabalham com essa realidade priorizando o desejo ilimitado e negando o acesso às necessidades para os mais pobres. A justificativa é que não é possível satisfazer os desejos de todas as pessoas. Em outras palavras, a produção econômica prioriza os desejos dos mais ricos porque esses desejos são constantemente

¹¹⁶ Sung entende que o grande entrave está na maneira de como fazer isso, “pois, quase todos estão de acordo que eles não têm demais e que por isso políticas econômicas que signifiquem a diminuição de sua renda ou riqueza em benefício dos mais pobres, em particular dos excluídos do mercado, são inaceitáveis” cf. SONG. *Desejo, mercado e religião*, p. 48.

¹¹⁷ SONG. *Desejo, mercado e religião*, p. 50.

renovados fazendo girar a roda do consumo. Para os pobres a promessa é que no futuro quando surgir os sinais de progresso econômico os desejos poderão ser realizados. Aqui serve muito bem a famosa frase do ex-ministro Delfim Neto: “é preciso esperar o bolo crescer para depois dividir”. Pela lógica, o caminho que conduz ao paraíso passa pelo progresso econômico e tecnológico. Nem todos têm acesso, muitos são excluídos da dinâmica econômica, especialmente os tidos como “incompetentes”. O mercado exige o sacrifício desses “incompetentes”, aqueles que não conseguiram se adequar às leis do mercado para se desenvolver.

Como já foi mencionado, o desejo é ilimitado e isso atrai e move as pessoas. O capitalismo moderno soube aproveitar essa condição humana para incentivá-lo constantemente.¹¹⁸ Portanto, para se falar de necessidade como condição de possibilidade é preciso considerar a necessidade básica (vida) e a necessidade social (pertencer a um grupo). O primeiro objetivo do ser humano é permanecer vivo porque pessoa morta não deseja. Isso quer dizer que satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência é a condição primeira. No entanto, por estar viva e ser social, precisa pertencer a um grupo, ser reconhecida como pessoa. É nesse aspecto que entra a necessidade social, explorada de maneira tão competente pelo mercado.

A realidade deixa transparente o grande contingente de pessoas excluídas do mercado e do desenvolvimento, pessoas estas colocadas à margem das condições de dignidade humana e, até mesmo, da sobrevivência. Por um lado, os meios de comunicação se encarregam de estimular o desejo de produtos sofisticados e supérfluos nos jovens, nos pobres e, por outro, negam o acesso às necessidades básicas para a sobrevivência.

Existem várias outras abordagens entre mercadoria, produto e o ser humano, como por exemplo o fetiche, o tabu e questões psicológicas, mas não é intenção focar no

¹¹⁸ Os apelos publicitários são de toda ordem, como por exemplo, os sexuais que incentivam o “você deve”, o econômico com o apelo de “compre”, melhor ainda quando for possível comprar mercadoria de *griffe*. A compra de um objeto de *griffe* que esteja na moda, em muitas situações, passa da condição de desejo para a categoria de necessidade. Para o indivíduo pertencer a determinado grupo social “necessita” adquirir o objeto da moda como possibilidade de reconhecimento por outras pessoas nas relações sociais. Diante do exposto, do desejo passar para a categoria de necessidade, implica um novo problema. Por isso, é necessário estabelecer critérios objetivos para as necessidades básicas ao ser humano, como comer e beber, e a de pertencer a determinado grupo social. A pessoa não morre se não comprar e usar determinada *griffe*, mas morre se não se alimentar, independente de desejar ou não desejar comer. Sung diz que “um dos aspectos da relação entre necessidade e desejo é a relação entre o objeto ou objetivo desejado e a condição de possibilidade para alcançá-lo” cf. SUNG. *Desejo, mercado e religião*, p. 68. Por conseguinte, quando um indivíduo deseja ser aceito por determinado grupo e necessita de um produto de *griffe* para isso, o fato de tê-lo não significa que já pertença ao grupo, é uma mera possibilidade, é uma pré-condição.

momento. A proposta foi chamar a atenção para esse mecanismo sacrificial perverso de apropriação do desejo que permanece oculto na cultura do consumo. Além disso, a intenção foi a de trazer para o debate o principal sentido do desejo que não pode ser direcionado somente para o ter, mas sobretudo para o ser, no sentido da dignidade humana.

Continuando, o próximo enfoque é sobre os indicadores econômicos na realidade perversa e sacrificial. Todo levantamento de dados estatísticos precisa de um modelo indicador que reúna estes dados, o que não é problema. O problema está na forma como são concebidos estes indicadores porque na maioria das vezes os dados econômicos são camuflados e não representam a realidade. Inventam explicações sobre a necessidade do sacrifício “natural” para todos, prometem soluções de forma gradual e benéficas, sempre sob a lógica da economia, e através do discurso populista ancorado nas promessas sociais.

A falsidade é amplamente desvendada quando são apresentadas estatísticas com indicadores sociais mediante os quais se percebe uma insensibilidade social assustadora. Quando são expostos critérios econômicos com determinados interesses, como a diminuição dos gastos em educação, saúde, segurança, infraestrutura e o aumento dos impostos, a fim de atender à solicitação do mercado, o modelo econômico se faz ainda mais cruel. Como pode, por exemplo, o Brasil se orgulhar de ser o maior exportador de suco cítrico, um dos maiores exportadores de frango, de soja, de minério de ferro, de carne bovina, enquanto mais da metade da população apresenta alguma carência alimentar, sem mencionar as outras realidades vitais?

2.9 – O Capitalismo como religião e o espírito do capitalismo

O fragmento “Capitalismo como religião” escrito por Walter Benjamin em 1921 e publicado em 1985, foi inspirado no livro de Ernst Bloch sobre Thomas Münzer e é um texto radicalmente anticapitalista. A linha geral do argumento desse pequeno texto é criticar o “capitalismo como religião”. Embora o capitalismo e a religião pertençam a esferas diferentes, o estudo encontra espaço para contribuir para com uma crítica de caráter teológico no sentido de superar o modelo capitalista globalizado. O capitalismo mostra sua força não apenas no sentido econômico, mas sobretudo a partir das relações sociais na qual deixa inscrita e marcada o seu “espírito” que o fundamenta. O aludido “espírito” que move a sociedade do mundo moderno não se expressa apenas nas instituições religiosas historicamente constituídas, mas no capitalismo, sistema econômico racional que não exige motivação religiosa para se desenvolver.

O fragmento de Benjamin é contundente no que se refere ao surgimento do capitalismo. Considera-o resultado de uma transformação da ortodoxia cristã¹¹⁹ cuja estrutura básica continua a operar na forma secular no interior do capitalismo, passando a impressão que o capitalismo é uma religião de procedência cristã, agindo de maneira secular. Max Weber pensa de forma diferente sobre o surgimento do espírito do capitalismo. Weber entende que o cristianismo, especialmente no sentido calvinista, favoreceu o surgimento do capitalismo que denomina o espírito do capitalismo. Depois de surgir como sistema, o capitalismo se reproduz de maneira independente e reproduz seus próprios valores através de um processo de secularização. A proposta neste item da pesquisa consiste em apresentar o ponto de vista desses dois pensadores, ainda que de forma resumida, considerando o valor teórico dos argumentos.

Hinkelammert entende que não é possível limitar a “transformação da ortodoxia cristã em capitalismo”¹²⁰ conforme defendeu Benjamin. Caso isso ocorresse o cristianismo se esgotaria na origem do capitalismo. O cristianismo é muito mais que isso. Assim como o capitalismo, toda a modernidade a partir do século XVI resulta de uma transformação do cristianismo e reproduz através da secularização¹²¹ os desdobramentos que no cristianismo já havia acontecido anteriormente. A mensagem passa a ser secular a partir do mundo secular e o cristianismo passa a ser parte do processo, não seu centro.

O primeiro argumento provocativo de Benjamin no manuscrito *O capitalismo como religião* é a afirmação de que o capitalismo não é um sistema secularizado, mas funciona como uma religião. Com isso, o filósofo rompe com a visão tradicional do mundo moderno e do capitalismo como secularizados, como se estivessem apartados do mundo dominado pela religião. Outro aspecto a considerar, quando se passa a ver o capitalismo como religião, é o conceito moderno de religião, porque o seu sentido oposto à secularização e reduzido ao mundo privado, dificulta a relação entre a esfera econômica e religiosa.

A segunda justificativa é quando afirma que “o capitalismo está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim

¹¹⁹ No século III e IV o cristianismo iniciou sua aliança com o Império Romano, período em que se impõe a ortodoxia. “Quando se cristianiza o império, o império imperializa o cristianismo” cf. HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 37. A cristianização do império resultou da imperialização do cristianismo. Por conseguinte, tornou-se um outro cristianismo no qual Deus deixa de ser o Deus dos pobres e passa para o lado do sistema e da propriedade. “Substituiu-se o Reino de Deus na terra pelo céu *post mortem*” cf. HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 217.

¹²⁰ HINKELAMMERT. *A maldição que pesa sobre a lei*, p. 22.

¹²¹ A secularização abordada por Benjamin trata das transformações que ocorrem a partir do processo histórico concreto.

chamadas religiões quiseram oferecer resposta.”¹²² Com essa afirmação Benjamin quer chamar atenção para o fato de que as religiões de hoje não respondem mais ou que as propostas não são mais aceitas, diferente das religiões passadas que costumavam resolver. Ou seja, as religiões do passado davam conta das grandes questões sociais e políticas da época, enquanto as religiões modernas não conseguem resolver mais essas funções em razão da separação entre a igreja e o secular, e a privatização da religião.

Outra questão presente é que a teoria weberiana que analisa o papel da religião, especialmente a do cristianismo calvinista na formação do espírito capitalista, não é suficiente para compreender a formação da estrutura do capitalismo. Benjamin compreende que o capitalismo além de estar condicionado pela religião apresenta um culto religioso. Ou seja, o capitalismo se organiza com uma estrutura religiosa e funciona como uma religião. É uma discussão que ainda gera muita polêmica. Sung, por sua vez, alerta que é um tema muito polêmico e que precisa ser melhor desenvolvido pelos estudiosos do campo religioso. Inclusive, acredita que é necessário repensar o conceito de mundo moderno e a relação que se estabelece entre o secular e o religioso. Na sua concepção,

O capitalismo não é uma religião no sentido moderno do conceito, mas se ele realiza as funções que no passado pertencia ao que hoje chamamos indevidamente de religião – projetando no passado o conceito moderno de religião -, também não basta dizer que o capitalismo funciona como uma religião. Já que o conceito moderno de religião está consolidado na nossa linguagem, talvez seja necessário encontrar uma outra palavra para a Religião que cumpria no passado as funções mencionadas acima e que hoje é exercida [...].¹²³

Nos estudos desenvolvidos sobre o tema, especialmente a crítica à “idolatria do mercado” por Assmann e Hinkelammert, é possível perceber uma grande proximidade com a tese de Benjamin. Sobre isso, torna-se oportuno o comentário de Michael Löwy:

Seria interessante comparar “o capitalismo como religião” de Benjamin com os trabalhos de teólogos da libertação latino-americanos que, sem conhecer o excerto de 1921, desenvolveram, a partir dos anos 1980, uma crítica radical do capitalismo como religião idólatra. Assim, de acordo com Hugo Assmann, é na teologia implícita do próprio paradigma econômico e na prática devocionista fetichista cotidiana que se manifesta a ‘religião econômica’ capitalista.¹²⁴

Esses teólogos desenvolveram uma poderosa crítica do capitalismo como religião idolátrica e, sobretudo, um alerta sobre as hipóteses teológicas implícitas às práticas e discursos econômicos no capitalismo. Utilizaram o campo da teologia para desenvolver um

¹²² BENJAMIN. *O capitalismo como religião*, p. 21.

¹²³ SUNG. *Mercado religioso e mercado como religião*, p. 305.

¹²⁴ LÖWY. *O capitalismo como religião*, p. 189-190.

estudo teórico das relações econômicas, fundamentado no fetiche da mercadoria, do capital e do dinheiro que invertem a relação do sujeito e do objeto, cujo resultado é a exigência do sacrifício humano em decorrência do acúmulo de capital.

Se antes nas sociedades pré-modernas uma das funções sociais mais importantes da religião era balizar as relações de ordem social, atualmente o que se percebe é que o mercado assumiu essa função tradicional da religião ao interpretar e conduzir todos os aspectos da vida social, inclusive a própria religião, através do discurso econômico. Em outros termos, antes, quando as pessoas se sentiam pecadoras elas iam à igreja para se redimir e recuperar a pureza. Atualmente, quando estão tristes, para se humanizar, elas vão ao shopping, as igrejas modernas.

Por sua vez, como já foi comentado anteriormente, Weber entende de forma diferente o surgimento do espírito do capitalismo. A clássica obra *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, considerado um livro inaugural no qual aborda uma nova forma de compreender o capitalismo, identificando nos primórdios da cultura capitalista moderna, passagem do século XIX para o XX, os fundamentos da moral puritana. Weber procurou articular conceitos da sociologia alemã com a teologia protestante, a fim de apresentar o capitalismo não em termos econômicos ou como modo de produção, mas como um "espírito", como uma cultura e uma conduta de vida de todo dia, enraizados na tradição religiosa protestante puritana.

Agamben, ao comentar o texto *Capitalismo como religião*, entende que para Benjamin, "o capitalismo não representa apenas, como em Weber, uma secularização da fé protestante, mas ele próprio é, essencialmente, um fenômeno religioso que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo".¹²⁵

Max Weber fala do *espírito do capitalismo* e ao tentar definir e dar uma designação ao termo diz que inicialmente é preciso que ele seja compreendido por meio da "*individualidade histórica*". Um intrincado sistema com ramificações que precisa ser

¹²⁵ AGAMBEN. *Profanações*, p. 70. Ainda, na sua concepção o capitalismo é a religião da modernidade e pode ser definida por três características. "1. É uma religião cultural, talvez a mais extrema e absoluta que jamais tenha existido. Tudo nela tem significado unicamente com referência ao cumprimento de um culto, e não com respeito a um dogma ou a uma ideia. 2. Esse culto é permanente; é 'a celebração de um culto *sans trêve et sans merci*'. Nesse caso, não é possível distinguir entre dias de festa e dias de trabalho, mas há um único e ininterrupto dia de festa em que o trabalho coincide com a celebração do culto. 3. O culto capitalista não está voltado para a redenção ou para a expiação de uma culpa, mas para a própria culpa". Cf. AGAMBEN, *Profanações*, p. 70. O capitalismo age não para atingir a redenção, mas para abranger a culpa, não está interessado em transformar o mundo, mas disposto a destruir o mundo.

decomposto na realidade histórica e ancorado conceitualmente na sua “*significação cultural*.”¹²⁶ O “espírito” do capitalismo está ligado ao *dever* que o indivíduo sente em ganhar dinheiro e aumentar suas posses. Weber salienta que essa busca não se dá apenas como uma “técnica de vida”, mas sobretudo de uma “ética” que consiste em ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro como um fim em si mesmo. “O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais.”¹²⁷

Max Weber foi um liberal em economia e a sua abordagem social era representada pelo marxismo, embora sua influência marxista não estivesse atrelada ao marxismo ortodoxo, o que o tornou conhecido como “mercadista”. Segundo Polanyi, Weber contribuiu para a criação do

significado substantivo e o significado formal na sua definição de “econômico” (em conformidade com o uso comum). Afirmou que “econômico” significava a provisão dos meios de satisfação das necessidades materiais, mas insistiu também em que o *comportamento* intrinsecamente *econômico* era “puramente racional” [*zweckrational*] e em que dele encontramos a mais típica forma nas bolsas de valores. Graças a essa ambiguidade, os termos weberianos revelaram-se um instrumento muito útil de investigação da economia capitalista na qual prevalece a mesma conjunção de significados.¹²⁸

O significado substantivo de “econômico” está diretamente ligado à dependência que o homem tem da natureza para sobreviver. É a procura dos meios que para satisfazer as suas necessidades materiais decorre da realidade. Enquanto o significado formal está vinculado à situação de escolha entre os diversos usos dos recursos, ou seja, uma relação racional de escolhas de meios em relação aos fins. Está implícito um conjunto de regras que se referem à escolha entre usos de recursos.

Outra importante contribuição de Weber foi a distinção entre os significados de bens e serviços. Segundo ele, “os serviços úteis, quando nos são prestados por *coisas*, serão sucintamente chamados de ‘bens’; quando prestados por seres humanos, serão chamados de serviços.”¹²⁹ Esse argumento projeta uma semelhança entre homem e objeto, ou seja, é tratado como coisa que desempenha determinado serviço. O que determina uma desvinculação das pessoas e das coisas é a expressão “serviços úteis” que nas instituições econômicas devem estar claramente distinguidas e colocadas em categorias diferentes: “os serviços úteis”

¹²⁶ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 41.

¹²⁷ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 46.

¹²⁸ POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 289.

¹²⁹ POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 289-290.

prestados pelas coisas (objetos mortos) e pelo homem (pessoas vivas). Para Polanyi, “equiparar as duas coisas na categoria de serviços úteis seria um disparate. As motivações para a prestação de serviços encontram-se numa categoria diferente das motivações para a transferência de bens.”¹³⁰ Mesmo porque, como já foi dito, uma é pessoal e a outra categoria é impessoal.

O sistema econômico capitalista é um mundo no qual o indivíduo nasce dentro. Isso é um fato, não pode ser alterado, é uma realidade. Essa condição faz com que esteja preso ao mercado e às suas leis econômicas. Para deixar mais claro a ligação de interdependência que existe, Weber apresenta o seguinte exemplo: “o fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado.”¹³¹ É o “espírito” do capitalismo na categoria de sobrevivência que educa o indivíduo e o projeta como criação para si mesmo por via da “seleção” econômica, os agentes econômicos, no caso, o empresário e o operário.

Na concepção de Weber, um adversário do “espírito” do capitalismo que se relaciona com um estilo de vida e comportamento, especificamente dos trabalhadores, é denominado de *tradicionalismo*. A técnica utilizada pelos empresários para obter dos operários o máximo de rendimento possível no trabalho e aumentar a sua intensidade é o *salário por tarefa*. Expõe o exemplo do trabalho na agricultura que promove uma maior intensidade no período da colheita em virtude do clima que muitas vezes pode ser o divisor sobre o lucro ou prejuízo. O aumento do lucro, nesse caso, decorre da aceleração do trabalho e, por isso, o costume de atribuir salário por tarefa. É do interesse do empresário acelerar a colheita para aumentar seus lucros. Por conseguinte, com o propósito de aumentar o interesse do operário em acelerar a colheita, eleva-se o rendimento do trabalho através do aumento da taxa de remuneração por tarefa, por consequência, uma possibilidade maior de ganho ao trabalhador. No entanto, aí surgiram as dificuldades, pois a elevação do pagamento por tarefa não resultou em aumento de produtividade no mesmo período de tempo, ao contrário, houve uma diminuição. Eis a justificativa:

O homem que, por exemplo, à razão de um marco por jeira na ceifa do trigo estivesse acostumado até ali a ceifar duas jeiras e meia por dia, depois que a remuneração por jeira foi aumentada em 25 *Pfennige* ele passou a ceifar não as três jeiras como seria de esperar a fim de aproveitar a oportunidade de um ganho maior;

¹³⁰ POLANYI. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, p. 290.

¹³¹ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p.48.

em vez de ganhar 3,75 marcos – o que seria perfeitamente possível – o que ele fez foi passar a ceifar menos, só duas jeiras por dia, já que assim ganhava diariamente os mesmos 2,50 marcos de antes e, como lá na Bíblia, ‘com isso se contentava’¹³².

O que Weber quer propor é que o fato de ganhar mais atrai menos que o fato de trabalhar menos. O que estava em questão para o operário não era o quanto ele poderia ganhar produzindo o máximo, mas quanto teria que trabalhar para ganhar a mesma quantia, ou seja, 2,50 marcos que habitualmente recebia e que cobria suas necessidades *tradicionais*. Defende essa postura do “tradicionalismo” de maneira clara quando afirma: “o ser humano não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto.”¹³³

Desde o princípio do capitalismo moderno, quando o foco foi aumentar a produtividade do trabalhador mediante o aumento da sua intensidade, houve resistência do operário e quanto mais atrasada fosse a mão-de-obra, segundo Weber, maior era a resistência. Também é possível fazer uma análise ao contrário, já que o apelo à oferta de maior salário não prosperou. Propor a redução dos salários com o propósito do trabalhador produzir mais do que anteriormente, porém mantendo o mesmo ganho. Essa possibilidade reflete diretamente no lucro, pois existe uma relação íntima entre salário menor e lucro maior. Tudo que for pago a mais em salário resulta na diminuição dos lucros. Para Weber, o capitalismo sempre trilhou esse caminho e vigorou desde sempre como uma declaração de fé “que os salários baixos eram ‘produtivos’, que eles aumentavam o rendimento do trabalho”. Conclui fazendo uma citação de Pieter de la Cour, “em plena concordância, nesse ponto, com o espírito do antigo calvinismo, conforme veremos: o povo só trabalha porque é pobre e enquanto for pobre.”¹³⁴

Como tudo, existe um limite; uma regra utilizada pelo capitalismo para ampliar os seus limites é manter um excedente de mão-de-obra para contratar a preço baixo no mercado de trabalho. Agora, se um excesso de contingente em certas ocasiões favorece a ampliação quantitativa, por outro lado, Weber entende que prejudica, sobretudo quando for considerado o aspecto qualitativo.

Salário baixo não é de modo algum idêntico a trabalho barato. Mesmo de uma perspectiva puramente quantitativa, a produtividade do trabalho cai em quaisquer

¹³² WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 52-53.

¹³³ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p.53.

¹³⁴ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p.53.

circunstâncias com um salário fisiologicamente insuficiente e, a longo prazo, vai significar uma verdadeira ‘seleção dos mais incompetentes’.¹³⁵

Na sequência afirma que o salário baixo não é uma alternativa adequada quando estiver relacionado a um trabalho qualitativo que exige uma formação técnica para operar máquinas delicadas e de alto custo ou, de modo geral, quando é exigido do operário um certo grau de atenção e iniciativa. Nessa situação, o salário baixo torna-se o oposto do benefício pretendido. Além da responsabilidade na realização do trabalho e na remuneração adequada, é fundamental realizar o trabalho como um “fim absoluto em si mesmo”, como uma “vocação”. No entanto, a “vocação” não está dada na natureza humana, muito menos depende do salário alto ou salário baixo. Executar um trabalho “como um fim absoluto em si mesmo” requer um longo processo educativo.¹³⁶

A revolução do capitalismo moderno ocorreu não apenas em virtude da ampliação do volume de compra e venda de produtos ou na quantidade de dinheiro (capital) disponibilizado no mercado, mas sobretudo pelo novo “espírito” que nada mais é do que uma mudança de atitude na maneira de encaminhar e realizar negócios. Abandonar o tradicionalismo em nome de uma nova forma competitiva e de novas alternativas que atendam os anseios de quem produz, de quem vende e de quem compra. “Para saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista.”¹³⁷ Sobre a questão do dinheiro nesse novo “espírito”, conclui: “por toda parte onde emerge e se efetiva, ele *cria* para si as provisões monetárias como meios de sua efetivação, não o contrário.”¹³⁸

É evidente que, como todo processo de mudança, essa não foi pacífica, causou ódio e indignação nos agentes econômicos que estabeleceram o novo espírito. Na maioria das vezes essa guinada foi protagonizada não por aventureiros econômicos, especuladores, mas por

¹³⁵ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p.54.

¹³⁶ No sentido de esclarecer essa imagem atrasada e tradicionalista e, também, justificar a importância da formação como aliada ao processo produtivo, Weber apresenta dois exemplos: as mulheres operárias solteiras e as moças com educação religiosa de origem pietista. As primeiras têm dificuldades em abandonar rotinas do trabalho tradicional em favor de novas práticas; mesmo que o trabalho se torne mais fácil e com maior possibilidade de remuneração, esbarra “contra a muralha do hábito”. As moças com educação religiosa pietista, por sua vez, têm maior capacidade de concentração e formam a mão-de-obra que mantêm o espírito do *dever* no trabalho. Aliado a isso, desenvolvem “um rigoroso espírito de poupança que *calcula* o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que eleva de maneira excepcional a produtividade”. Essa atitude supera a rotina “tradicionalista *em consequência* da educação religiosa”. Fica claro com o exemplo acima a capacidade de adaptação do capitalismo a fatores religiosos cf. WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 55-56.

¹³⁷ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 61.

¹³⁸ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 61.

peças formadas na escola da vida, “a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo *sóbrios e constantes*, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e ‘princípios’ rigorosamente burgueses.”¹³⁹ Essas qualidades dos indivíduos a que Weber se refere, nada tem a ver com qualidades morais ou religiosas. O novo fundamento na conduta dos negócios é “*se livrar* da tradição herdada”. O “espírito” capitalista passou a ser senão hostil à Igreja, indiferente a ela. “A ideia do piedoso tédio do paraíso pouco tem de atraente à sua natureza ética, a religião lhes aparece como um meio de desviar as pessoas do trabalho sobre a face da terra.”¹⁴⁰ Weber questiona qual o “sentido” dessa busca desenfreada e sem descanso que nunca consegue satisfazer as necessidades dos homens. Para alguns a resposta é a “preocupação com filhos e netos”. Para outros, e com maior frequência, afirmam que os negócios e o trabalho se tornaram “indispensáveis à vida”. Essa última expressão indica a motivação que em certo sentido chega a ser irracional na vida do ser humano na qual ele existe para o seu negócio e não o contrário. É como se o objetivo final da vida fosse trabalhar, adquirir bens materiais e dinheiro com a finalidade de um dia carregá-los à sepultura.

O sistema capitalista moderno necessita dessa entrega de si à “vocação” de ganhar dinheiro, prática reprovada em épocas passadas. Não é mais necessário se ancorar em princípios religiosos cuja influência se tornou obstáculo à regulamentação da economia pelo Estado. Weber clarifica essa nova “visão de mundo” ao afirmar que “aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições de sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe.”¹⁴¹ No entanto, é importante salientar que nessa fase o capitalismo moderno já havia se libertado das antigas regulamentações medievais e da influência dos poderes eclesiásticos que já não condenavam, mas mantinham uma certa condescendência com as atividades dirigidas para o consumo e ganho de dinheiro. “Como atestam as fontes, por ocasião da morte das pessoas endinheiradas somas formidáveis afluíam para os institutos eclesiásticos à guisa de ‘legado de consciência’, vez por outra eram também restituídos a antigos devedores como *usura* sacada injustamente.”¹⁴²

A economia moderna, segundo Weber, encontra-se ancorada no “racionalismo econômico”; no aumento da produtividade do trabalho mediado pela nova estruturação dos processos produtivos através da aplicação das técnicas científicas.

¹³⁹ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 61.

¹⁴⁰ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 61.

¹⁴¹ WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 64.

¹⁴² WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 65.

Ora, esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos ‘ideais de vida’ da moderna sociedade burguesa: o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do ‘espírito capitalista’, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida.¹⁴³

A “racionalização econômica” encontra espaço no processo da gestão empresarial, no planejamento que persegue o resultado financeiro com base na técnica e em cálculos matemáticos. Isso difere da vida do camponês cuja maior preocupação é a subsistência, e da vida do artesão que prioriza a rotina do trabalho, e do “capitalismo aventureiro” que se alimenta do oportunismo político e da especulação. Para Weber, “racionalismo” é um conceito histórico que se originou de uma nova maneira de pensar e de viver a vida, um estilo “racional”. Desse conceito resultou a ideia de “vocação profissional”, a dedicação irracional de si ao trabalho profissional, cujos elementos caracterizam nossa cultura capitalista.¹⁴⁴

Portanto, mesmo que Benjamin e Weber tivessem pontos-de-vista diferentes sobre o tema, o que realmente importa no momento é a crítica lançada ao capitalismo. O fragmento de Benjamin é um texto radicalmente anticapitalista no qual critica o “capitalismo como religião”. Um sistema que se desenvolve a partir das relações sociais que move a sociedade do mundo moderno. Não é um sistema secularizado, mas funciona como uma religião. É a transformação da ortodoxia cristã que continua a operar de forma secular no interior do capitalismo, passando a impressão de que o capitalismo é uma religião de procedência cristã, agindo de maneira secular. Max Weber pensa de maneira diferente ao abordar o surgimento do capitalismo ao qual denomina de “espírito do capitalismo”. Ao operar como sistema, o capitalismo se reproduz de maneira independente, inclusive os valores através do processo de secularização. O “espírito” do capitalismo está ligado ao *dever* que o indivíduo sente em ganhar dinheiro, ou como afirma Weber, trata-se de uma “ética” de ganhar sempre mais dinheiro como um fim em si mesmo.

A seguir, será abordado o tema da crítica filosófica da idolatria, tendo como fundamento a filosofia flusseriana¹⁴⁵. Vilém Flusser (1920 – 1991) foi um filósofo Tcheco de origem judaica, naturalizado brasileiro. Durante a segunda Guerra Mundial, fugiu do nazismo

¹⁴³WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 67.

¹⁴⁴WEBER. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, p. 69.

¹⁴⁵ Além das referências bibliográficas citadas, consultar FlusserBrasil: <http://www.flusserbrasil.com/> e Flusser Studies: <http://www.flusserstudies.net/>

e se estabeleceu no Brasil (1941 -1972). Autor contemporâneo¹⁴⁶, com uma ampla bibliografia, desenvolveu, entre outros enfoques, um diálogo filosófico sobre o *aparelho* em função do qual vive a sociedade, tomando por pretexto o tema da fotografia.

¹⁴⁶ Para uma leitura complementar sugere-se o texto *Vilém Flusser: pós-história e biopolítica*, que procura aproximar o conceito de *pós-história* de Vilém Flusser e *biopolítica* de Michael Foucault. Cf. FARIAS, André Brayner. *Vilém Flusser: pós-história e biopolítica*. Aurora: Curitiba, 2015.

3 - A QUESTÃO DA CRÍTICA DA IDOLATRIA EM FLUSSER

*“Idolatria: incapacidade de decifrar os significados da ideia, não obstante a capacidade de lê-la, portanto, adoração da imagem”
(FLUSSER).*

3.1 – Imagens: mapas do mundo ou biombos?

As imagens são inscrições, símbolos em superfícies, que procuram retratar o espaço, o tempo e representar alguma coisa da imaginação.¹⁴⁷ O significado da imagem pode ser captado pelo sentido da visão. A forma mais adequada de compreender o seu significado, segundo Flusser, é observar atentamente a superfície com um olhar circular, do eterno retorno, como um *scanning*, a fim de identificar a síntese proposta entre as intenções do emissor e o receptor. O olhar circular sobre a superfície identifica a preferência do observador, elementos de significados cujo tempo estabelecido na relação é mágico, diferente do tempo linear que “estabelece relações causais entre os eventos”¹⁴⁸ As imagens, através dos códigos, procuram fazer a mediação entre os homens e o mundo, traduzindo eventos em cenas, representando o mundo. No entanto, Flusser chama atenção para o fato que as imagens não possuem a capacidade de eternizar os eventos; elas simplesmente substituem os eventos por cenas, ou seja, “elas imaginam os objetos que apresentam.” O propósito inicial das imagens é auxiliar o homem como mapa do mundo, mas para Flusser no decorrer do tempo, passaram a ser biombos.

O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. Tal inversão da função das imagens é idolatria. Para o idólatra – o homem que vive magicamente -, a realidade reflete imagens.¹⁴⁹

As imagens técnicas são as que atualmente projetam essa *magicização* da vida, pois estão presentes em todos os espaços do cotidiano. Apesar das imagens tradicionais terem sido inventadas com a intenção de orientar o homem pela sua sobrevivência e bem-estar, em determinados momentos elas mais alienavam do que auxiliavam. A invenção da escrita seria

¹⁴⁷ No *Glossário para uma futura filosofia da fotografia*, Flusser define Imaginação como a “capacidade de compor e decifrar imagens” cf. FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 12.

¹⁴⁸ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 16-17. As diferentes relações de tempo entre o método circular e linear é exemplificado por Flusser da seguinte forma: “no tempo linear o nascer do sol é a causa do canto do galo; no circular, o canto do galo dá significado ao nascer do sol, e este dá significado ao canto do galo”. Esse exemplo é novamente citado por Flusser no livro *O mundo codificado*, p. 141.

¹⁴⁹ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 17.

uma consequência em reconhecer que a idolatria pela imagem consistia numa forma de alienação que poderia ser resolvida com a explicação das imagens através dos textos. O homem tornou-se alienado diante dos seus próprios instrumentos, na medida em que já não se lembrava do motivo pelo qual as imagens foram produzidas, a saber, que era para servir de orientação no mundo. Nesse caso, é possível afirmar que a idolatria é um sintoma grave de alienação. A imaginação toma dimensão de alucinação fazendo com que ele não tenha condição de decifrar o significado da imagem. Cronologicamente, o ápice desse processo ocorreu aproximadamente no segundo milênio a. C. quando surgiram pessoas comprometidas em manter a função original das imagens e, para isso, passaram a ampliar a visão do mundo até então escondido pelas imagens. O método empregado foi o de desenrolar as superfícies das imagens em linhas através da invenção da escrita. Na interpretação de Flusser, “tratava-se de transcodificar o tempo circular em linear, traduzir cenas em processos. Surgia assim a *consciência histórica*, consciência dirigida contra as imagens.”¹⁵⁰ O surgimento da escrita representou uma nova maneira de compreender a *conceituação* que eliminou o sentido mágico das imagens tradicionais, fato que permitiu a passagem da pré-história à história.

Assim, as imagens técnicas imaginam textos que por sua vez desenvolvem imagens que imaginam o mundo. Diante da complexidade das imagens técnicas é possível ocorrer uma nova alienação, tendo em vista que produzem a ilusão de serem objetivas e que apresentam valor semelhante ao que é possível conferir com os próprios olhos. Em outras palavras, a confiança nas imagens técnicas é semelhante a confiança destinada aos próprios olhos. A sua decifração é difícil, até mesmo porque não há necessidade de serem decifradas. Flusser entende que o significado das imagens técnicas “se imprime de forma automática sobre suas superfícies, como se fossem impressões digitais onde o significado (o dedo) é a causa, e a imagem (o impresso) é o efeito.”¹⁵¹ Esse fato, alerta Flusser, produz consequências perigosas no qual as imagens se preparam para eliminar textos.

Enquanto nas imagens tradicionais existia a facilidade de se constatar o símbolo, nas imagens técnicas isso não fica tão evidente em razão de haver um aparelho e um homem que o manipula. Flusser entende que

tal complexo ‘aparelho-operador’ parece não interromper o elo entre a imagem e seu significado. Pelo contrário, parece ser canal que liga imagem e significado. Isso porque o complexo ‘aparelho-operador’ é demasiadamente complicado para que possa ser penetrado: é *caixa preta* e o que se vê é apenas *input* e *output*. Quem vê *input* e *output* vê o canal e não o processo codificador que se passa no interior da

¹⁵⁰ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 18.

¹⁵¹ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 24.

caixa preta. Toda crítica da imagem técnica deve visar o branqueamento dessa caixa. Dada a dificuldade de tal tarefa, somos por enquanto analfabetos em relação às imagens técnicas. Não sabemos como decifrá-las.¹⁵²

No entanto, esse “branqueamento” sugerido por Flusser é muito difícil de se conseguir, pois as imagens técnicas não são janelas para ver o mundo, mas superfícies nas quais são transcodificados processos técnicos em imagens e que possuem o mesmo efeito mágico em que o observador tende a projetar a magia sobre o mundo. O fascínio mágico que está em discussão, não é o das imagens tradicionais representadas nas paredes das cavernas, mas a magia das imagens técnicas percebidas na tela de cinema, na TV. Essa magia ritualiza com outro tipo de modelo, denominado por Flusser de programas: “programa é modelo elaborado no interior mesmo da transmissão, por ‘funcionários’. A nova magia é ritualização de programas visando programar seus receptores para um comportamento mágico programado.”¹⁵³ A inclinação atual é no sentido das imagens técnicas, pois o desenvolvimento científico, o artístico e o político visam se perpetuar em imagens, mediadas pela fotografia, pelo filme e pela TV.

O período histórico contemporâneo é o do desenvolvimento e proliferação de imagens com o propósito de orientar e converter os sentimentos e as percepções das pessoas. As reações e as percepções sobre elas e o mundo não são mais produtos da própria experiência, mas das imagens fabricadas pelo sistema social, imagens estas que tomam conta do futuro, do imaginário e dos desejos. As recordações, os sonhos, os pensamentos são o resultado das imagens que penetraram na existência da pessoa, colocando-a à margem da vida real, lançando-a em uma dimensão virtual na qual os sentidos e as linguagens do corpo são trocadas pelas imagens produzidas pelas máquinas.

As imagens técnicas, que sintetizam o mundo contemporâneo revelam uma sociedade cada vez mais estranha na qual a família, a política e a arte adquirem um novo significado. O interesse humano não está depositado num futuro inimaginável, mas se desenvolve no presente. A sociedade vive uma experiência utópica, considerando que não está mais vinculada a um lugar geográfico ou histórico, encontra-se no sentido flusseriano “sem chão” (*bodenlos*). Uma ausência de lugar, de suporte no qual os indivíduos enfrentam inseguros o futuro emergente. A característica principal dessa sociedade é a capacidade de dissipar os grupos sociais e transformar a humanidade em massa amorfa na qual o medo do isolamento existencial é justificável. Por exemplo, a família em frente da TV e com seus

¹⁵² FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 26.

¹⁵³ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 27.

celulares está perdendo os laços intra-humanos, está se desintegrando. Os frequentadores das salas de cinema, ordenados geometricamente pelas poltronas, não constituem mais um grupo de pessoas, mas de massa informe. As crianças que brincam com o computador, dando as costas umas às outras, ao chegar à fase adulta, possivelmente não apresentarão uma consciência social, nem de família e classe, pois os valores se desintegraram no caminho.

O que se percebe é que essas imagens irradiadas pela TV, pelo filme ou pelo computador, estruturam cada vez mais a sociedade. A concentração do olhar está sobre as imagens e não sobre os humanos que permanecem cada vez mais dispersos nessa sociedade emergente e idolátrica. A estrutura social está ordenada por cabos, pela rede, que transportam a imagem ao indivíduo solitário que acredita que as imagens o tornam mais feliz. Esse circuito fechado entre imagem e homem é que forma o núcleo da sociedade informática. O desafio é precisamente estancar esse problema de dispersão, de desintegração social, de idolatria e fazer com que os fios e a rede transportem novos valores para a sociedade a fim de criar um homem politizado, agregador e digno, “capaz de elevar as técnicas novas e os métodos novos ao nível de novos valores.”¹⁵⁴ É necessário ultrapassar a barreira da contemplação passiva das imagens divertidas e utilizar as imagens como “trampolim” nas relações humanas. Elas devem assumir a mediação na troca de informações (criar informações com a colaboração de todos com todos) entre os homens dispersos no mundo. Todavia, isso exige consenso de que a dispersão não é desejável.

As imagens técnicas podem apresentar duas tendências diferentes na sociedade: uma relativa à sociedade totalitária, programada por receptores e funcionários das imagens, porém utópica e com características negativas; a outra tendência é concernente à “sociedade telemática”¹⁵⁵ que dialoga com os criadores dessas imagens, com intenções positivas. O factível é que cada vez mais os homens concentrem os interesses nas imagens de TV, nos monitores de computadores, filmes, fotografias, que assumem o papel da informação, antes desempenhado pelos textos lineares. O mundo passa a ser conhecido e vivenciado enquanto

¹⁵⁴ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 93.

¹⁵⁵ O termo “Telemática” praticamente está em desuso na atualidade, mas era comum na França até meados da década de 1980. Uma sociedade telemática, para Flusser, “é uma sociedade em que tudo aquilo que pode ser automatizado está automatizado e todo o resto é ‘tele’” cf. FLUSSER. *Comunicologia*, p. 321. O prefixo “tele” (*télos*) tem a ver com meta que é o processo de trazer alguma coisa que está longe para perto, mas não no sentido geográfico ou histórico. Um exemplo de “tele-instrumento” é o telescópio, primeiro passo para compreender o significado de telemática, cuja intenção é trazer o que está longe para perto, ou no caso do microscópio, trazer o pequeno para perto. Todos os aparelhos que começam com o prefixo “tele” têm um significado semelhante, como por exemplo, o telefone, televisão, telégrafo. É importante salientar o que agora é trazido para perto não são apenas objetos, mas também pessoas, colocadas lado a lado, unidas por meio de cabos. Tornar as pessoas próximas através da conexão, mesmo mantendo a distância, é a essência da rede.

plano, cena, contexto, graças as superfícies imaginadas e mensagens que interferem no conhecimento e nos valores.

3.2 – O fascínio mágico pelo aparelho: o programa e o programado

No prefácio da edição brasileira do livro *Filosofia da caixa preta*, Flusser deixa muito clara a sua intenção que “é contribuir para um diálogo filosófico sobre o *aparelho* em função do qual vive a atualidade, tomando por pretexto o tema *fotografia*.”¹⁵⁶ Portanto, a intenção é tomar a câmera fotográfica como exemplo para os demais aparelhos que podem ser eletrônicos, econômicos e, inclusive, instituições da sociedade pós-industrial. A preocupação é fazer uma análise a fim de compreender o funcionamento dos aparelhos¹⁵⁷ da atualidade e também do futuro, desde os de grande porte, como os administrativos até os bem pequenos, como os chips. A questão é saber até que nível a sociedade atual está programada pelos aparelhos? As escolhas são todas programadas? Os aparelhos vão resolver os problemas, funcionar em função da sociedade?

Ontologicamente, aparelhos são objetos produzidos, que obedecem a determinadas intenções humanas, características do período pós-industrial portadoras de programas, diferentes dos instrumentos tradicionais, como as máquinas. Especificamente, em relação à câmera fotográfica, Duarte comenta:

Quando constatamos que a câmera fotográfica é proposta como aparelho originário da época pós-industrial, isso ocorre porque ela é evidentemente dotada de um programa, a saber, um grande (porém limitado) número de potencialidades de registro fotográfico, tendo em vista as características técnicas a partir das quais ela foi construída.¹⁵⁸

Justamente por estar programado é que caracteriza o aparelho fotográfico. As imagens produzidas são como que previstas, inscritas, programadas por quem produziu o aparelho. Nesse sentido, Flusser entende que as fotografias “são realizações de algumas das potencialidades inscritas no aparelho. (...) O *fotoógrafo age em prol do esgotamento do*

¹⁵⁶ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 8.

¹⁵⁷ Flusser faz uma análise etimológica da palavra *aparelho*, algo importante para entender o que está implícito na raiz do termo. “A palavra latina *apparatus* deriva de verbos *adparare* e *praeparare*. O primeiro indica prontidão para algo; o segundo, disponibilidade em prol de algo. O primeiro verbo implica o estar à espreita para saltar à espera de algo. Esse caráter de animal feroz prestes a lançar-se, implícito na raiz do termo, deve ser mantido ao tratar-se de aparelhos” cf. FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 31-32. Também, no mesmo livro, no *Glossário para uma futura filosofia da fotografia*, define aparelho como “brinquedo que simula um tipo de pensamento”. E, o aparelho fotográfico como “brinquedo que traduz pensamento conceitual em fotografias” cf. FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 11.

¹⁵⁸ DUARTE. *Pós-história de Vilém Flusser*, p. 324.

programa e em prol da realização do universo fotográfico.”¹⁵⁹ Considerando a extensão do programa, existe um esforço do fotógrafo em descobrir e revelar o maior número de potencialidades contidas no aparelho. No entanto, as potencialidades do programa são maiores que a capacidade do funcionário¹⁶⁰ tem em esgotá-las, ou seja, a competência do aparelho é maior que a competência do funcionário. O fotógrafo apenas pode fotografar o que está inscrito no aparelho, de maneira que o aparelho programa o fotógrafo, ou dito de outra maneira, o fotógrafo funciona em função do aparelho. O programa do aparelho não permite que o fotógrafo revele todas as potencialidades, caso contrário, segundo Flusser, “seria o fim do jogo”.

De outro modo, o operador da câmera fotográfica é um funcionário que apenas obedece ao que está inscrito no programa do aparelho, com improvável condição de esgotar todas as virtualidades. Duarte entende que o “fotógrafo que tem condições de agir ‘em prol do esgotamento do programa’ é um *homo ludens*, na medida em que revela a natureza de *brinquedo* do aparelho”.¹⁶¹ É o caso do fotógrafo criativo que procura desafiar todas as potencialidades do programa do aparelho onde funcionário e aparelho se confundem.

Esse sistema complexo que jamais pode ser plenamente esgotado, Flusser chama de “caixa preta”, ou seja, aparelhos são “caixas pretas” que permutam símbolos contidos em seu programa. O jogo do fotógrafo se estabelece em função da “pretidão” da caixa, no qual o aparelho funciona em função da intenção do fotógrafo. Isso porque, segundo Flusser,

o fotógrafo domina o *input* e o *output* da caixa: sabe com que alimentá-la e como fazer para que ela cuspa fotografias. Domina o aparelho, sem no entanto, saber o que se passa no interior da caixa. Pelo domínio do *input* e do *output*, o fotógrafo domina o aparelho, mas pela ignorância dos processos no interior da caixa, é por ele dominado. Tal amálgama de dominações – funcionário dominando aparelho que o domina – caracteriza todo o funcionamento de aparelhos.¹⁶²

O valor do aparelho fotográfico não está apenas no aspecto instrumental (plástico e aço), mas sobretudo no aspecto do “brinquedo” (das virtualidades) ou, em outra forma de distinguir, entre o *hardware* (aparelho fotográfico) e *software* (programa). Nesse caso, o símbolo vale mais que o objeto. Flusser quer chamar a atenção para a desvalorização do objeto e a valorização da informação, pois entende que esses dois programas (*objeto duro* e

¹⁵⁹ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 36.

¹⁶⁰ No *Glossário para uma futura filosofia da fotografia*, Flusser define funcionário como “pessoa que brinca com aparelho e age em função dele” cf. FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 12.

¹⁶¹ DUARTE. *Pós-história de Vilém Flusser*, p. 324.

¹⁶² FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 38.

coisa mole) se co-implicam e que além desses existem outros cuja hierarquia está aberta para cima, como por exemplo:

O da fábrica de aparelhos fotográficos: aparelho programado para programar aparelhos. O do parque industrial: aparelho programado para programar indústrias de aparelhos fotográficos e outros. O econômico-social: aparelho programado para programar o aparelho industrial, comercial e administrativo. O político-cultural: aparelho programado para programar aparelhos econômicos, culturais, ideológicos e outros. Não pode haver um “último” aparelho, nem um “programa de todos os programas”. Isto porque todo programa exige um metaprograma para ser programado.¹⁶³

Flusser tem a convicção de que programadores que elaboram programas são funcionários de um metaprograma e que não programam conforme suas intenções, mas em função do metaprograma. Algo funciona em função do interesse de alguém e assim *ad infinitum*.

O ser humano no seu íntimo é uma criatura produtora de imagem. Difícil permanecer neutro nessa questão: ou reflete o Criador, como visto no primeiro capítulo, ou outros elementos, como o aparelho, o programa e a imagem. Os aparelhos produtores de imagens foram inventados não apenas para tornar visível as virtualidades, mas, sobretudo, para computarem essas virtualidades em situações improváveis, ou seja, em imagens. Assim, os “aparelhos são programados para transformar possibilidades invisíveis em improbabilidade visíveis.”¹⁶⁴ Os aparelhos são produtos humanos que contêm programas, produtores de imagens. Seu propósito é criar, preservar e transmitir informações. De outro modo, o homem desde o princípio sempre procurou preservar as informações herdadas e as adquiridas e, também, criar informações novas. Tal capacidade também é reservada a outros organismos vivos da natureza. No entanto, o homem parece ser o único fenômeno capaz de produzir informações deliberadamente, capaz de transmitir e guardar informações não apenas as herdadas, mas também as adquiridas. Esse argumento implica em variáveis que serão discutidas no decorrer da tese, considerando que a teoria da comunicação humana ocupa posição de destaque na atualidade, algo como uma nova crença, como por exemplo, foi a teologia na Idade Média.

Os aparelhos que ainda não são inteiramente automatizados precisam da intervenção humana para funcionar. Por exemplo, o fotógrafo parece conduzir o aparelho a fazer imagens segundo sua intenção. No entanto, uma análise mais atenta indica que a ação do fotógrafo se

¹⁶³ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 40.

¹⁶⁴ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 27.

desenvolve no interior do programa do aparelho. O fotógrafo apenas pode fotografar o que consta no programa do aparelho. Importa aqui o fato que a imagem técnica não é o que ela mostra, mas a maneira como foi programada. Ou de acordo com Flusser, “o aparelho faz o que o fotógrafo quer que faça, mas o fotógrafo pode apenas querer o que o aparelho pode fazer. De maneira que não apenas o gesto, mas as próprias intenções do fotógrafo são programadas.”¹⁶⁵

Portanto, as imagens que o fotógrafo produz são prováveis para quem calculou o programa do aparelho. Elas são produtos dos aparelhos que têm o propósito de informar; mesmo sendo uma produção provável e previsível, significam programas calculados. As imagens técnicas escondem o programa que se processa no interior dos aparelhos, são projeções de programas que visam a programar os seus receptores. A função da crítica é tornar transparente os programas que são impalpáveis e invisíveis e que estão por trás das imagens que visam programar a sociedade. A idolatria origina-se justamente quando não se consegue decifrar essas imagens, como ocorreu com as imagens tradicionais, antes da invenção da escrita. Caso o ser humano não desenvolva essa consciência que resista ao comportamento do fascínio mágico, estará fadado a uma sociedade¹⁶⁶ programada com indivíduos apertadores de tecla, cujo dispositivo foi produzido pelo próprio homem. O problema gira em torno da descoberta da intencionalidade e não da automaticidade, da inteligência humana e da inteligência artificial. Portanto, a excelência não se encontra no ato de acionar a tecla, mas na produção das teclas. No caso, quem é livre é o programador, o inventor na máquina e não o indivíduo que aperta a tecla. Flusser ao tratar desse assunto pretende derrubar uma crítica da cultura atual que é a de responsabilizar os programadores pela situação que a sociedade vive. A base que serve de argumento é que os programadores também são programados. Essa questão da sociedade idólatra programada e a falta de liberdade implicam a submissão humana, com também exige sacrifício e sofrimento humano.

¹⁶⁵ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 30.

¹⁶⁶ As imagens técnicas são projetores que transferem sentido sobre as superfícies, vital para seus espectadores. Assim, surge uma nova estrutura social denomina por Flusser de “sociedade informática” que agrega as pessoas em torno das imagens, com um novo enfoque sociológico e com novos critérios. Por exemplo, “a sociologia futura partirá da imagem técnica e do projeto dela imanente”. Os critérios serão elaborados a partir de uma classificação segundo os tipos de imagens (telespectador, jogador com computador, público de cinema). Uma das características dessa sociedade é a de não reunir as pessoas em seu entorno, mas espalhar, cada uma no seu canto, programada a viver, a valorizar e agir apertando teclas. Os indivíduos estarão ligados uns aos outros no mundo inteiro por meio das imagens técnicas que os estarão programando, considerando que tal imagem estará disponibilizada para todos indistintamente e da mesma forma. Outra característica dessa “sociedade informática” será a solidão massificante dos indivíduos na qual as imagens passam a ser o interlocutor na solidão a que foram condenados. Pessoas solitárias e unidas pela identidade do programa. Cf.. FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 70-73.

Uma parte crescente da sociedade é constituída de funcionários que simplesmente apertam teclas em aparelhos cada vez menores e mais rápidos, alimentados por programas que comandam o comportamento da sociedade. É consenso que a realidade cultural e educacional atual suprime a aprendizagem e a capacidade imaginativa¹⁶⁷ em favor da programação dos seus participantes, pois tudo está inscrito no interior do programa. Essa realidade também atinge a questão do trabalho. Flusser entende que uma parcela cada vez menor da sociedade “trabalha”, enquanto a outra parte apenas “funciona” (no sentido de apertar teclas, obedecer ao programa e fazer os aparelhos trabalharem).¹⁶⁸ Na verdade, o trabalho que exige esforço físico está perdendo espaço, pois os aparelhos o fazem de maneira mais eficiente e rápido. Esse movimento implica em desemprego na sociedade contemporânea, sobretudo daqueles sem formação que desempenhavam o trabalho “pesado”, agora destinado às máquinas.

Também é possível abordar a perda da capacidade criativa humana sob outro ângulo. Flusser questiona se é possível falar em criatividade, especialmente quando envolve a produção coletiva de informações, continuamente reproduzidas pelos computadores. Graças aos aparelhos, as informações podem ser copiadas, armazenadas em memórias praticamente eternas e disponibilizadas na rede. O receptor das informações reproduzidas pelos aparelhos, participa do processo sem a possibilidade de requerer o direito de autoria, assim, parece que o termo “criatividade”, nesse caso, perde o sentido. Flusser emite uma crítica contundente sobre as máquinas copadoras tipo “xerox” que multiplicam “originais” por tornarem “redundantes todo esforço de querer reproduzir informação já produzidas”. No mundo contemporâneo essa prática está disponível na função “copiar” e “colar” dos aparelhos eletrônicos. Inclusive, implica em redundantes os autores e os direitos autorais como o *copyright*, esvaziando o conceito do “autor”. Em razão disso, diz que a “tradição vai se automatizando”, criando uma “crise de autoridade.”¹⁶⁹ Contudo, é possível salvar o conceito de criatividade, mas para tal, a situação deve ser radicalmente reformulada.

¹⁶⁷ Flusser chama atenção para a perda da capacidade imaginativa das pessoas ao afirmar que “a dificuldade da nossa imaginação é negativa”. O argumento está baseado no sentido de que a dificuldade não está em imaginar coisas novas, mas em imaginar a perda das coisas antigas. Por exemplo, o desaparecimento das cartas, do jornal, dos livros, dos cinemas. A lista pode ser ampliada com o crescente desaparecimento das escolas, das lojas, dos escritórios, dos cheques, do dinheiro e do próprio tecido social em que se vive. É tendência que toda revolução paralise a capacidade imaginativa das pessoas. A justificativa histórica que Flusser menciona é que “a aristocracia francesa não imaginava as consequências da Revolução, nem os judeus as consequências no nazismo” cf. FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p.110. É possível perceber que a sociedade atual é vítima dessa revolução que está em curso.

¹⁶⁸ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 98.

¹⁶⁹ FLUSSER. *Pós-História*, p. 130-134.

Uma hipótese formulada por Flusser é tornar o *homo ludens* um artista criativo. “[...] o *homo ludens* será jogador que, em diálogo com outros, computará os *quanta* e os *bits* do universo vazio a fim de criar *estrata* de informações e encobrirem o abismo do nada com a pele do significado.”¹⁷⁰ O processo está em curso e a esperança é que o futuro jogador não perca o jogo, deixe de ser apenas um apertador de teclas e seja tomado por essa criatividade de modo disciplinado, com plena consciência do ato, a fim de suportar a aventura. O momento decisivo da criatividade reside na capacidade de filtrar as memórias dos dados processados, tanto faz se elas são humanas ou artificiais. Mesmo que no futuro as memórias humanas fossem substituídas por artificiais, mas se os censores críticos continuassem humanos, “a situação seria ‘positiva.’” Para Flusser, caso isso ocorresse, “os homens teriam sido emancipados do aspecto ‘mecânico’ da criatividade, emancipados, portanto, para o momento decisivo da criatividade.”¹⁷¹ Assim, o homem emancipado, livre da esquizofrenia, pode se sentar na frente de um terminal e decidir quais as computações são informativas, preservando o direito do “não”, de revogar as decisões tomadas automaticamente, de vetar, tronando-se um crítico criativo.

Os funcionários, por sua vez, sejam operadores de computadores, gerentes de bancos, presidentes de nações, manipulam as teclas dos seus aparelhos. No entanto, a escolha está pré-programada, todos apertam teclas segundo o programa contido no interior do aparelho. Nesse caso, a vontade humana deixa de existir e, inclusive, a autonomia independe da superioridade do cargo, pois tudo opera automaticamente, conforme o programa pré-estabelecido. A liberdade humana reside na capacidade de fazer parar o aparelho quando desejar. No entanto, o que se percebe é o aperfeiçoamento progressivo dos aparelhos, cada vez mais rápidos, tornando praticamente impossível do ser humano acompanhar o seu curso. “Os aparelhos funcionam sempre mais independentemente dos motivos dos seus programadores”¹⁷², alerta Flusser. Perdeu-se o controle, eles se automatizaram das decisões humanas e estão funcionando em todas as frentes: aparelhos administrativos, políticos, econômicos, culturais e de guerra. Se inverteu a relação “homem-aparelho”.

Os homens, enquanto elementos de massa programada, estão funcionando em função dos aparelhos, são funcionários que reprogramam aparelhos, perderam definitivamente o controle dos aparelhos. Assim, são postos de lado intenções e desejos, pois as decisões humanas atendem a programas pré-estabelecidos. O interessante é que a maioria dos

¹⁷⁰ FLUSSER. *Pós-História*, p. 139.

¹⁷¹ FLUSSER. *Pós-História*, p. 159.

¹⁷² FLUSSER. *Pós-História*, p. 44.

apertadores de teclas, quando consultados, negam que perderam o controle. A inércia dos aparelhos os deixaram inconscientes. Aceitam ingenuamente a realidade, não passam de funcionários programados. O certo é que o funcionário sempre apertará a tecla segundo o programa do aparelho, algo que já é possível perceber na cultura de massa programada¹⁷³ e quanto menor for o nível intelectual e moral da sociedade, mais potente será o totalitarismo dos aparelhos.

Se no sistema informático, as decisões são tomadas automaticamente, não existindo mais autoridade e nem decisões a tomar, que tipo de estrutura social, política e administrativa terá essa sociedade emergente? O caminho mais lógico e observável é tornar-se uma sociedade ciberneticizada.¹⁷⁴ Mesmo que o processo já esteja ocorrendo é muito difícil interpretar e entender a coisa.

Por exemplo, é transparente que as trocas de informação através das linguagens naturais estão em declínio, perdendo espaço para a comunicação em grande escala, comandados pelos aparatos tecnológicos sofisticados. O domínio dos aparelhos não conseguiu ampliar o tempo de relações e proximidade humana. Assim, os pais não dispõem de tempo para seus filhos e nem para o círculo de amigos. Os contatos de proximidade, como o bate-

¹⁷³ Flusser desenvolve uma hierarquia de programação cuja tendência é levar os aparelhos rumo a um metaprograma cósmico (essa descrição de metaprograma também é abordada por Flusser no livro *Filosofia da caixa preta*, p. 40): “Essas imagens programam o comportamento dos receptores e são, por sua vez, programadas por funcionários que apertam teclas. Os funcionários, por sua vez, são programados por aparelhos a programarem as imagens que programam os receptores, enquanto os aparelhos são, por sua vez, programados por outros aparelhos a programarem funcionários que programam imagens que programam os receptores” cf. FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 104. A crítica da idolatria visa inverter o fluxo: os aparelhos e não os homens devem ser programados; conquistar o controle sobre os aparelhos para programá-los segundo decisões humanas. Ou seja, a decisão deve ser humana em prol da liberdade humana. Tal desejo não seria utópico? O próprio Flusser faz o mesmo questionamento e entende que o engajamento deve partir de toda sociedade em direção a uma democracia na qual o ser humano deve assumir a decisão. Escolher se continua homem ou passa a ser robô. No entanto, de forma resignada, afirma que “toda *futuração* atualmente é utopia”.

¹⁷⁴ Flusser imagina e descreve como será essa sociedade ciberneticizada na qual os participantes do futuro – os netos e os bisnetos – viverão. O tom empregado, no mínimo, é sombrio. “Os nossos netos serão gente que fitará terminais, portanto gente fascinada. Tudo que se passará às costas dessa gente acontecerá no horizonte do seu interesse. Por certo, nossos netos continuarão mamíferos e como tal terão ‘necessidades biológicas’ demandando satisfação, sobretudo terão de procriar e de se alimentar. Mas tudo isso se reduzirá ao mínimo e será devidamente robotizado. A procriação se desligará da libido, automatizada por *gadgets* do tipo ‘banco de espermas’ e ‘incubadoras’. A alimentação será sintética e automaticamente administrada. As ‘infraestruturas econômicas e sexuais’ serão minimizadas e empurradas para o horizonte do interesse, para as costas dos telespectadores. Essa gente emancipada em alto grau da sua condição mamífera, essa gente de corpo atrofiado, será possuída por avidez insaciável (se incorporárea) e viverá aventuras imaginárias sempre renovadas. Ela sugerá ininterruptamente as situações improváveis, as informações que se derramarão sobre ela a partir dos terminais, e nisto se mostrará incansável. Sua sucção, porém, não será meramente passiva. Tal gente disporá de teclados que permitirão às pontas de seus dedos produzir em conjunto com todos os demais participantes da sociedade sonhos sempre mais aventureiros e sempre mais incríveis. Os nossos netos serão possuídos por paixão ativa, por atividade apaixonante, por ‘calor frio’ (para contrabandear, nesta descrição futurológica, terminologia mcluhaniana); os nossos netos serão sonhadores ativos, ‘artistas puros e criativos’” cf. FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 270-271.

papo, a prática de esportes e a diversão em conjunto estão perdendo espaço para a chamada diversão eletrônica, liderada por aparelhos eletrônicos que ampliam cada vez mais a distância entre as pessoas. Outro exemplo é a alteração no processo educacional que vem sofrendo significativas modificações com a modalidade de ensino chamada de “educação à distância”. As Universidades passaram a transferir o espaço e o tempo das salas de aula para o “espaço virtual” das redes, designando o professor a transformar seu computador em sala de aula, através do atendimento virtual. Está cada vez mais claro o crescente uso dos sentidos de distância, enquanto ocorre a diminuição dos sentidos de proximidade, ocasionando um desequilíbrio gerador de inúmeros problemas comunicacionais e sociais da nossa era.

3.3 – Idolatria: conexão entre o aparelho, programa e imagens técnicas

Flusser faz uma análise do sufixo “mática”¹⁷⁵ cujo significado abrange qualquer tipo de escravidão, tanto as relacionadas ao poder quanto ao âmbito político que podem ser transferidos às máquinas. Na sua concepção, a função do homem seria politizar as máquinas e elas ficariam encarregadas de fazer a política, de fazer guerras, de pagar impostos. No entanto, alerta que infelizmente a palavra “automatização” encerra a palavra “autonomia” que, por sua vez, significa “achar um lugar por si só”. Com isso, um autômato poderia vir a se tornar um autônomo cujo significado é “corre por si mesmo, por inércia”. Pensadores antitécnicos encaram com preocupação o fato de colocar uma máquina em movimento que funciona por inércia, cujo motor da máquina é o ser humano, entendendo que o ser humano estaria perdendo o controle da situação.

O problema não são as máquinas se tornarem autônomas. Flusser não tem nada contra as máquinas, inclusive acredita que “são, sim escravas.”¹⁷⁶ Que elas continuem a trabalhar com rapidez e eficiência conforme foram planejadas. O problema real são as pessoas que estão envolvidas com as máquinas, os funcionários que estão perdendo a condição de seres humanos e, por isso, é urgente retirá-los dessa condição. O mesmo ocorre quando o homem é dominado pelo aparelho burocrático, cujo trabalho consiste numa repetição contínua de tarefas, tornando-se um homem-*software*. Para ilustrar, Flusser apresenta o exemplo do funcionário, cuja função é emitir passaporte mediante a apresentação de documentos. Sua vida está condicionada a permanecer atrás do balcão manipulando símbolos e sua carreira depende da eficiência de como manipula esses símbolos. Ele recebe os papéis, confere e emite o passaporte. Antes, porém, cola a fotografia e preenche as instruções até estar tudo na mais

¹⁷⁵ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 318.

¹⁷⁶ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 319.

perfeita ordem. Quando entrega o passaporte, olha para fora pela abertura e compara a fotografia com quem está lá fora. Isso inverte a ordem das coisas, pois “isso não significa que o passaporte seja um símbolo para o ser humano, mas o contrário, que o ser humano é um símbolo para o passaporte.”¹⁷⁷ O real é o passaporte e o que está fora, o ser humano, o símbolo. O homem como sujeito do processo não apenas se torna seu objeto, como também transfere ao programa do aparelho todo o seu poder, abrindo mão de seu próprio corpo. É imperioso questionar esses cenários, considerar os impactos positivos e negativos a fim de devolver a dignidade aos seres humanos, enquanto ainda é possível, alerta Flusser, “já que 75% da humanidade atual *funciona*, em vez de *viver*, já que 75% do mundo chamado desenvolvido faz carreira em vez de adquirir informações, ele funciona.”¹⁷⁸ No entanto, a massa não quer essa mudança, ela funciona em função dos símbolos (dinheiro, papel, imagens) e assim quer permanecer, consolidando o processo idolátrico.

Esse sentimento de funcionar em função de símbolos está na raiz do ser humano que o acompanha ao longo da história provocando catástrofes. Numa das conferências de Flusser no Kornhaus¹⁷⁹, “Reflexões nômades”, ele expôs a evolução da vivência humana através do argumento segundo o qual o homem vivenciou três grandes catástrofes ao longo da sua história, considerando a percepção do espaço e da ocupação do mundo: a primeira foi a hominização ocorrida em função da utilização e manejo da ferramenta de pedra. Como nômade, persegue sua caça como o vento e ao andar, apreende o mundo; a segunda, foi a civilização decorrente da sua sedentarização. Constrói casas, domestica, cria animais, começa a possuir coisas. Decorrente disso, permanece fixo em determinado lugar, não apreendendo mais o mundo. Nesse período, também desenvolve as imagens tradicionais e a escrita, que substituem o mundo e seus caminhos; a terceira catástrofe, está em andamento e ainda não tem nome, é caracterizada pela volta do nomadismo, no qual as casas se tornaram inabitáveis, porque em todos os buracos entra o vento da informação. As imagens técnicas continuamente transmitidas pelas tomadas da eletricidade invadem todos os espaços. É importante ressaltar que nesse novo estilo de nomadismo não é mais o corpo que se desloca e caminha, mas o espírito.

¹⁷⁷ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 320.

¹⁷⁸ FLUSSER. *O universo das imagens técnicas*, p. 320.

¹⁷⁹ Os chamados *Internationale Kornhaus Seminare* (Seminários Internacionais do Celeiro) foram organizados por Harry Pross, em uma pequena aldeia de Weiler nos alpes alemães de 1984 a 1993. Os debates, sempre calorosos, ocorriam em um celeiro de aproximadamente 200 anos com duração de uma semana no qual pessoas como Abraham Moles, Lev Kopelev, Vicente Romano, Carlos Mongardini, Vilém Flusser, discutiam e pensavam a comunicação, a mídia, suas projeções e rumos. O público participante era de umas 150 pessoas e, também, eram convidados importantes jornalistas alemães. Ao total foram 10 seminários e Flusser participou ao todo de 8 seminários até 1991 ano em que veio a falecer.

Na primeira catástrofe, o homem vivia caminhando no espaço, no tempo e a caça era sua referência móvel. Na segunda, mantinha uma residência fixa, possuía terras e coisas. Na terceira, o nomadismo, favorecido pelo vento da informação e dos valores simbólicos. O vento a que se refere é o sopro do espírito não visível, da imaterialidade que caracteriza as imagens técnicas. O que se percebe é que a cada degrau ocorreu uma redução até o surgimento das não coisas cujo tema foi tratado por Flusser em 1989 por meio do artigo “A caminho das não coisas”.

A história da imagem se constrói de abstração de degrau a degrau. No princípio, o entorno do homem era composto por objetos. A partir do momento em que começou a registrar suas marcas na construção de objetos e nas representações imagéticas nas paredes das cavernas, ocorreu uma revolução. As imagens permitiram um novo olhar, uma nova percepção do tempo, denominado por Flusser de “tempo circular” que admite ao observador retornar sempre ao ponto inicial, um período mágico de eterno retorno. No entanto, a dimensão da profundidade que dá a materialidade da coisa se perdeu nas imagens planas, nas representações imagéticas sobre as superfícies.

O próximo degrau foi quando as imagens foram transformadas em representações lineares (pictogramas, ideogramas, letras) por ocasião do surgimento da escrita e da leitura. Em vez do olhar ser circular sobre a imagem, passou a seguir uma linha. Mais uma dimensão espacial se perdeu com a invenção da escrita, o tempo foi linearizado, permitindo o aparecimento do tempo histórico. É possível descrever o mundo através do pensamento lógico e linear.

A História, na concepção flusseriana, caracteriza-se pela luta da consciência histórica (escrita), contra a consciência mágica (imagens). A escrita está baseada na capacidade de codificar superfícies em linhas retas que torna o pensamento conceitual mais abstrato que o pensamento imaginativo. Ao desenvolver a consciência histórica o homem acabou se afastando ainda mais do mundo concreto. Em vez de aproximá-lo do mundo, a escrita deu um passo aquém das imagens, pois os textos não significam o mundo diretamente, mas através de “imagens rasgadas”. O esforço em decifrar os textos implica primeiramente em descobrir o significado das imagens pelos conceitos porque a função dos textos é fundamentalmente explicar as imagens.

A relação do texto-imagem é utilizada por Flusser como exemplo para compreender a história do Ocidente. Na Idade Média o combate ocorreu entre o cristianismo textual (textos

bíblicos) e o paganismo imaginístico (culto às imagens). Na Idade Moderna a luta se estabeleceu entre a ciência e a ideologia. No entanto, alerta que essa luta é dialética porque enquanto o cristianismo lutava contra o paganismo, ele mesmo absorvia as imagens do processo e se paganizava. Por outro lado, enquanto a ciência combatia as ideologias, absorvia as imagens e se ideologiza. Isso ocorreu, segundo o filósofo, porque “embora textos expliquem imagens a fim de rasgá-las, imagens são capazes de ilustrar textos, a fim de *remagicizá-los*. Graças a tal dialética, imaginação e conceitualização que mutuamente se negam, vão mutuamente se reforçando.”¹⁸⁰ Em outras palavras, o que Flusser quer dizer é que as imagens estão se tornando cada vez mais conceituais e os textos cada vez mais imaginativos. Isso pode ser identificado atualmente na capacidade conceitual de certas imagens e na força imaginativa de determinados textos científicos.

Os textos são mediações, semelhante às imagens, cujo propósito é interceder entre o homem e a imagem. Acontece que eventualmente, devido a contradições internas, os textos podem esconder o que as imagens realmente representam, tornando o homem incapaz de decifrá-los a partir das imagens abstraídas. Quando isso acontece, Flusser alerta que o homem “passa a viver não mais para se servir dos textos, mas em função destes. Surge a textolatria, tão alucinatória como a idolatria.”¹⁸¹ Exemplo de textolatria seria a exagerada “fidelidade ao texto” nas ideologias cristã e marxista, como também nas ciências exatas cujos textos passaram a ser inimagináveis. A crise dos textos que na verdade é a recodificação de imagens em conceitos é que provocou o fim da História. Na concepção de Flusser, “História é a explicação progressiva de imagens, *desmagicização, conceituação*. Lá, onde os textos não mais significam imagens nada resta explicar e a história para.”¹⁸² É justamente nesse mundo que são inventadas as imagens técnicas tornando a fotografia protagonista com o claro propósito de superar a crise dos textos.

O ponto de partida após o impasse gerado pela escrita é o sentido das “imagens produzidas por aparelhos” no qual aparelhos são produtos dos textos científicos empregados na sua criação fazendo com que as imagens técnicas sejam históricas, “produtos indiretos de textos”¹⁸³, no entanto, diferentes das convencionais.

O pensamento linear e conceitual também criou condições para o surgimento dos aparelhos, responsáveis pelas imagens técnicas. As tecnoimagens são diferentes das imagens

¹⁸⁰ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 19.

¹⁸¹ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 20.

¹⁸² FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 20.

¹⁸³ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 23.

tradicionais, pois são resultado da etapa seguinte no degrau da abstração, são formadas por cálculos, fórmulas, projetadas sobre um suporte qualquer. Embora sejam diferentes, as tecnoimagens passam a sensação de imagem tradicional, da circularidade do olhar, operando da mesma forma mágica. Para Baitello Júnior, “as tecnoimagens não são mais uma superfície, mas a construção conceitual de um plano por meio da constelação de grânulos, de pontos de dimensão desprezível, mas que reunidos oferecem a ilusão de uma superfície, um mosaico de pedrinhas.”¹⁸⁴

Este último degrau tem consequência direta na vida das pessoas porque as coisas (toda matéria bruta) perderam valor, enquanto as não-coisas (símbolos, *software*, fama) ganharam importância e valor. É um novo mundo no qual somente o sopro da imaterialidade que caracteriza as imagens técnicas tem espaço. O mundo das não-coisas desafia a humanidade ao desmaterializar a existência transformando-a em cálculos, pontos e números. O universo todo está composto de coisas e até pouco tempo atrás o valor estava depositado nas casas, móveis, veículos, máquinas. Viver em um mundo de coisas tornava a tarefa mais fácil, pois era possível estabelecer uma relação sobre como proceder para poder viver. Inclusive, o ser humano também foi convertido em objeto pela ciência, tornando-se como as demais coisas, admissível de ser calculado, mensurado e possível de manipular.

Houve uma mudança de rumo e atualmente as não coisas (informações) estão invadindo todos os espaços, ultrapassando as coisas. No entanto, Flusser alerta que as informações sempre estiveram presentes, pois todas as coisas contêm informações, como por exemplo, livros, latas de conservas, cigarros. A informação torna-se clara quando é possível decifrá-la. O tipo de informação que está em discussão e que invade constantemente o mundo é algo que até então não existia: “são as informações imateriais (*undingliche Informationen*).”¹⁸⁵ Trata-se da imagem eletrônica da televisão, os dados contidos no computador, os hologramas, os programas, todos “impalpáveis”, mas possíveis de serem decodificados.

A base material (as coisas – *hardware*) está com o preço em declínio, cada vez mais barato e cada vez menor em tamanho, enquanto que as não coisas (informações – *software*), cada vez mais valorizados. O que se percebe é um deslocamento de interesse das coisas para a informação, uma cultura imaterial. A produção industrial das coisas tende a ficar em segundo plano, enquanto uma parcela maior da sociedade se dedica à produção de informações.

¹⁸⁴ BAITELLO JUNIOR. *A serpente, a maçã e o holograma*, p. 54

¹⁸⁵ FLUSSER. *O mundo codificado*, p. 54.

Flusser pensa que a classe trabalhadora, ou seja, “os produtores de coisas, está se tornando minoria, enquanto os funcionários e os *apparatchiks*, esses produtores de não-coisas, tornam-se maioria.”¹⁸⁶ A tendência é que as coisas percam o seu valor e que sejam transferidas para as informações. Já é possível perceber esse movimento sem precedentes na história quando países ou grupos financeiros que dispõem de informações privilegiadas (armas atômicas, engenharia genética, farmacêutica, aviação, sistema bancário) dominam e exploram as pessoas, cobrando preços altíssimos, subjugando a humanidade.

Ainda sobre o deslocamento de interesse das coisas para as informações, o que se intui é que os atributos imagéticos estão sendo mais consumidos do que as coisas. O consumo de imagens ocorre de todas as formas: marcas, tendências, moda, ídolos, logomarcas. Inclusive, a comida está sendo consumida por meio das imagens. Em vez de alimentos come-se imagens de alimento através das embalagens, das cores, dos formatos. É o processo idolátrico das imagens que transforma as pessoas em sombras das imagens, presas ao desejo de imortalidade. Quando o homem não consegue mais decifrar as imagens, as imagens o devoram.

A questão a saber é como se comportará o novo homem que se ocupará de símbolos, códigos, sistemas e como será a sua vida nesse ambiente imaterial. Não deverá ser tarefa fácil, ponderando que não irá lidar mais com as coisas; isso implicará o desenvolvimento de suas ações concretas em seu trabalho. O trabalho será realizado pela ponta dos dedos, digitando símbolos no teclado. Flusser não tem dúvida de que o “novo homem não é mais uma pessoa de ações concretas, mas sim um *performer (Spieler): Homo ludens*, e não *Homo faber*. Para ele, a vida deixou de ser um drama e passou a ser um espetáculo: “não se trata mais de ações, e sim de sensações.”¹⁸⁷ O certo é que a invasão das não coisas está provocando uma mudança radical na existência humana. Não é possível ver claramente, o processo ainda está invisível, mas a impressão é que a humanidade caminha para um totalitarismo programador, uma sociedade composta de programadores e programados.

Considerando esse novo fato, Flusser atribui à fotografia um *status* especial em sua filosofia ao abordar as imagens técnicas, pois são elas que inauguram o mundo das tecnoimagens: “a fotografia é para Flusser o primeiro objeto pós-industrial ao qual não se dá valor por sua materialidade (como folheto, como pedaço de papel), mas por sua informação,

¹⁸⁶ FLUSSER. *O mundo codificado*, p. 55.

¹⁸⁷ FLUSSER. *O mundo codificado*, p. 58.

pelo seu teor semiótico.”¹⁸⁸ A fotografia é produto de um aparelho que programa a imagem que capta, portanto, um sistema complexo na sua avaliação. A complexidade pode ser entendida ao comparar as ferramentas com as máquinas. Por exemplo, na relação com as ferramentas o homem era o sujeito da ação, ocupava o centro. O contrário ocorreu na era industrial quando as máquinas ocuparam o centro e o homem passou a operar as máquinas e, em função do elevado custo da máquina, quem as possuía também controlava quem nelas operava.

Com o surgimento dos aparelhos, inverteu novamente a lógica industrial. No caso da câmera fotográfica, o maior valor está no programa alocado dentro do aparelho, ou seja, a coisa perdeu valor, a valorização está na não-coisa. Dentro dessa perspectiva, Baitello Junior acredita que “é impossível trabalhar (no sentido da era industrial) com o aparelho, pois seu programa já trabalha previamente em lugar do fotógrafo. Com ele só é possível jogar, brincar com suas potencialidades.”¹⁸⁹ É um brinquedo complexo que sinaliza a “vitória do aparelho sobre homem”. Assim, como num ritual de magia, os símbolos passam a operar o homem em vez de o homem operar os símbolos, concluindo o programa da terceira catástrofe que para Flusser está em curso e que “não tem nome e tornou as casas inabitáveis”. Assim, no curso da história a pessoa humana transforma-se em funcionário obediente às prescrições do programa do aparelho.

A fotografia é produto do aparelho fotográfico que também é produto de outro aparelho. Os aparelhos podem ser industriais, administrativos, políticos, econômicos. Todo aparelho é alimentado por outro aparelho que se programam mutuamente. Uma produção humana complexa do século XIX e XX em desenvolvimento, objetivando descobrir novas intenções humanas para levar à construção de novos aparelhos. Flusser alerta para o fato de que atualmente os aparelhos “obedecem às decisões de seus proprietários e alienam a sociedade. Quem afirmar que não há intenção dos proprietários por trás dos aparelhos está sendo vítima dessa alienação e colabora objetivamente com os proprietários dos aparelhos.”¹⁹⁰ O que quer destacar é que na invenção dos aparelhos estão contidos os interesses dos detentores do poder denominados de proprietários.

3.4 – O vento da comunicação: informação e conexão em rede

¹⁸⁸ BAITELLO JUNIOR. *A serpente, a maçã e o holograma*, p. 56.

¹⁸⁹ BAITELLO JUNIOR. *A serpente, a maçã e o holograma*, p. 56.

¹⁹⁰ FLUSSER. *Filosofia da caixa preta*, p. 89.

A revolução da comunicação que atinge nossa consciência e nosso ambiente é radical. O sentido de morar, ter casa como há dez mil anos atrás não existe mais, não faz mais sentido. O vento da comunicação sopra através das paredes levando junto tudo o que é público e privado. Quando se fala do desaparecimento do espaço público se quer dizer desaparecimento do diálogo, da opinião pública. As estruturas sociais como a família, sindicato, classes, também começam a desaparecer.

O propósito das mídias é criar e misturar conteúdos propositalmente para que as mensagens surjam como modelos de vida que na verdade transformam-se em modelos de comportamento, pois as pessoas se comportam de acordo com esses modelos, por exemplo, nas escolhas políticas e na educação dos filhos. Encobertos pelos modelos de comportamentos estão os de conhecimento que permitem acesso ao saber graças aos programas. Se todas as pessoas são abordadas pelos mesmos programas e, por isso, igualmente programadas, não existe diálogo, troca de ideia, pois a mensagem emitida foi a mesma para todos. Outra situação, claramente presente na atualidade, é a inflação de informações, seguido do contínuo aparecimento de novos aparelhos é a brevidade da validade das informações. Isso compromete a comunicação humana, cuja função é receber informações, armazená-las e transmiti-las. Para processar uma informação é necessária uma estratificação das informações recebidas e nessa circunstância pós-histórica não existe estratificação, o que compromete sobremaneira o processamento e a elaboração de nova informação.

A revolução tecnológica contemporânea se difundiu justamente num período histórico da reestruturação do capitalismo no mundo, e especialmente a partir de 1980 tornando-se decisivo. O processamento da informação é centrado na ampliação do desenvolvimento tecnológico como resultado da produtividade num círculo que abrange o intercâmbio entre as bases do conhecimento tecnológico. Todo avanço em algum campo específico da tecnologia amplia os efeitos em outros processos tecnológicos. O conjunto de todas essas tecnologias de comunicação levou à criação da internet, possivelmente o meio tecnológico mais revolucionário do mundo contemporâneo.

Diante do exposto, torna-se oportuno perguntar: como é possível pessoas e países permanecerem desconectados da rede de internet, tornando-se excluídos ou marginalizados? As novas tecnologias da informação através das redes globais de instrumentalidade estão integrando o crescente número de comunidades virtuais. Por outro lado, a questão é saber como integrar novas tecnologias, a ciência universal e as culturas comunitárias na tendência oposta do distanciamento provocado pela globalização e a identidade das pessoas.

Na atualidade o que se percebe em determinadas áreas da atividade econômica e política é uma enorme centralidade no uso da informação através da internet. Para os indivíduos que não têm ou possuem um limitado acesso à internet permanecem à margem, distanciados dos benefícios ofertados pela rede. Ao mesmo tempo em que se exige um maior desempenho na produtividade e na comunicação percebe-se a exclusão provocada pela desigualdade de possibilidade no acesso à rede. Portanto, a impossibilidade desse acesso amplia o processo de desigualdade social comprometendo o desenvolvimento de uma grande parcela da população. O desafio é encontrar condições necessárias a fim de incluir esses marginalizados na agenda das oportunidades, pois essas desigualdades sociais interferem no âmbito do desenvolvimento global, dos países e das regiões.

Nos países em via de desenvolvimento um dos problemas relativos à desigualdade no acesso à internet está na infraestrutura de telecomunicação que segue uma lenta e ineficiente modernização, amiúde dependente de privatização e regulamentação. O papel do Estado na relação entre tecnologia e sociedade, seja promovendo, interrompendo o fluxo ou liderando inovações tecnológicas, tem fator decisivo no processo porque possui a capacidade de organizar as forças sociais de um país e de uma época. Agora, as novas tecnologias não determinam a sociedade, mas acabam incorporando-a. Por outro lado, a sociedade não determina a inovação tecnológica, mas se utiliza dela. Diante disso, Castells¹⁹¹ mantém uma relativa cautela ao afirmar que a internet é “uma tecnologia da liberdade, mas pode servir para libertar os poderosos e oprimir os desinformados e pode conduzir à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor.”¹⁹² É evidente que apenas o acesso à rede não é requisito para superar todas as desigualdades numa sociedade cada vez mais conectada cujos sistemas políticos e econômicos estão cada vez mais organizados em relação à internet.

O surgimento da internet gerou oportunidades nunca antes imaginadas nos meios de comunicação e informação. No entanto, as exigências para sua utilização geraram um novo problema: a exclusão digital. As diferenças sociais provocadas pela dificuldade de acesso à

¹⁹¹ Manuel Castells (1942), autor dos clássicos *A galáxia internet* e *A sociedade em rede*, analisa as mudanças ocorridas na sociedade, as inovações na economia e política a partir da utilização da internet como sistema de comunicação global. Castells convida a refletir sobre a responsabilidade dos seres humanos no controle da tecnologia, no qual o direcionamento tecnológico deveria ser para ampliar a democracia participativa, a abertura política, imprescindíveis para enfrentar os novos desafios da sociedade conectada em rede. Assim como Flusser, respeitando o período histórico e contexto cultural, Castells também foi um crítico no que se refere à absolutização das redes de comunicação. Destaca que o controle da informação e da comunicação sempre foi a forma fundamental de exercício de poder.

¹⁹² CASTELLS. *A galáxia internet*, p. 317.

internet podem estar relacionadas a diversos fatores. Castells¹⁹³ entende que podem estar vinculadas ao salário, à condição étnica, ao *status* familiar, à educação, tendo como base a pesquisa desenvolvida nos EUA, o país que demonstra clara vantagem sobre os demais. O fato é que a exclusão atinge sobretudo a camada mais pobre e discriminada da população, aumentando ainda mais o hiato da marginalidade e desigualdade social e cultural.

Por outro lado, nos últimos anos, os preços dos computadores caíram, favorecendo a aquisição do computador pessoal para os indivíduos de baixa renda. Outros fatores que também contribuíram para aceder à internet foram os equipamentos móveis, as escolas, as bibliotecas, o trabalho, ao permitirem o acesso à rede, potencializando oportunidades às minorias. Ainda assim, percebe-se um elitismo cultural e uma valorização comercial da internet, beneficiando setores prósperos da sociedade ocidental. O sistema econômico mundial no qual a internet é referencial contribui para com o desenvolvimento desigual ao aumentar simultaneamente a riqueza e a pobreza nas diferentes partes do mundo.

A comunicação, já expresso anteriormente, é a essência da atividade humana e a comunicação em rede é o novo instrumento que pode estabelecer mudanças na estrutura social. Castells entende que a internet “não é apenas uma tecnologia: é o instrumento tecnológico e a forma organizativa que distribui o poder da informação, a geração de conhecimento e a capacidade de ligar-se em rede em qualquer âmbito da atividade humana.”¹⁹⁴ No entanto, historicamente, toda mudança provoca medo no ser humano e o desafio diante da realidade tecnológica é encontrar determinadas garantias de proteção social.

Tendo em vista que a internet é uma rede que facilita uma comunicação global de muitos para muitos, a preocupação está na condição de garantir a liberdade para os indivíduos. A perplexidade é justificada no sentido de que a infraestrutura da qual a internet depende para permitir o acesso é uma propriedade que pode ser controlada e influenciada por interesses econômicos, políticos e ideológicos. Não obstante, a liberdade na internet está diretamente relacionada à sua comercialização. Como garantir a ausência dessas influências no controle do acesso à rede?

Outro desafio numa economia global e numa sociedade conectada é o problema gerado pela exclusão dos indivíduos cujo resultado de estar desconectado equivale à marginalidade. A exclusão pode se dar pela ineficiente infraestrutura tecnológica, questões

¹⁹³ CASTELLS. *A galáxia internet*, p. 288-296.

¹⁹⁴ CASTELLS. *A galáxia internet*, p. 311.

econômicas, educacional e cultural. O resultado da exclusão é a divisão desigual dos indivíduos que estão conectados à rede e a geração de valor e os que não estão permanecendo em desvantagem no processo global.

Também é desafiador a necessidade de processar a informação disponibilizada transformando-a em ganho de conhecimento, sobretudo na educação das crianças e jovens. Nesse sentido, Castells chama atenção para a mudança na capacidade intelectual “para aprender a aprender durante toda a vida, obtendo informação armazenada digitalmente, recombinao-a e utilizando-a para produzir conhecimentos para o objetivo desejado em cada momento.”¹⁹⁵ Essa proposta envolve a reestruturação de todo o sistema educacional. Poucos países estão aptos a aplicar isso, pois envolve uma pedagogia interativa que permita o desenvolvimento da capacidade de aprender a pensar diferentemente do sistema educativo tradicional.

Portanto, é de fundamental importância levar a sério as mudanças introduzidas pelas transformações tecnológicas e econômicas centradas na tecnologia da informação que produzem impactos e interferem nas relações entre os indivíduos da sociedade que estão marcados por mudanças confusas e incontroladas pelas inovações tecnológicas. As alterações na vida social tornaram-se mais explícitas no final do século XX adquirindo novo sentido às realidades como as observadas na arquitetura, na telefonia, na internet, nas operações financeiras do mercado internacional. A sociedade contemporânea encontra-se globalizada, marcada por processos complexos de redes interligadas que comandam a riqueza global, o poder, a informação e a imagem. Por isso, é importante conhecer adequadamente o processo a fim de que a ação humana seja responsável, pois a maneira de lidar com as novas tecnologias de forma hábil ou não, especialmente aquelas que fazem parte do período histórico, podem provocar as transformações sociais. É imperioso que a sociedade humana encontre uma nova identidade social através de uma racionalidade, mas sem idolatrar sua deusa.

Assim, cremos ter sido possível perceber que a concepção e crítica da idolatria de Flusser nessas obras maduras se articula de modo extremamente coerente com as concepções de idolatria que foram exploradas nos capítulos anteriores.

¹⁹⁵ CASTELLS. *A galáxia internet*, p. 320.

CONCLUSÃO

O objetivo central da tese consistiu em demonstrar cenários críticos filosóficos sobre a questão da idolatria, tendo como correlatos de análise a religião, o mercado e a técnica, com a finalidade de comprovar que a idolatria se constitui uma divindade que oprime e exige o sacrifício humano.

O problema da idolatria na revelação bíblica, cuja interpretação não pode estar ancorada no fundamentalismo e na intolerância, está em camuflar a nobreza entre Deus, o Criador e a criatura. Todo poder atribuído a Deus acabou por legitimar o poder absoluto do autoritarismo, da ditadura e dos impérios na terra. Serviu para justificar o poder e o desejo ilimitado dos homens. Um processo que culminou na dominação e na exploração do povo por reis dominadores que se utilizaram da criação de uma divindade para legitimar a opressão. Assim, foi enfatizado nesta tese que a idolatria pode ser qualquer realidade divinizada pelo homem; ela se constitui ao substituir o divino por algo que se possa manipular e usar. À sombra da idolatria se esconde e se legitima a opressão, especialmente dos mais pobres, e oculta-se a justiça trazendo consequências imediatas e reais como a ganância, a maldade e a exclusão.

No decorrer do primeiro capítulo desta pesquisa procurou-se demonstrar que a idolatria é uma divindade que oprime e exige a entrega e o sacrifício humano; outro ponto analisado foi que os ídolos são deuses que legitimam a opressão, apoiam poderes dominadores, interferem na comunidade humana e são incapazes de ouvir o clamor dos pobres. O sacrifício exigido não é mais em nome de Deus, mas de uma instituição que foi “transcendentalizada”. É o caso do mercado que se utilizou da religião como instrumento para justificar e legitimar o projeto econômico de expansão, dominação e opressão.

Foi possível concluir que a economia é uma ciência normativa visivelmente dependente de valores, e o mercado, ao mesmo tempo que fascina e seduz, envolve a sociedade num caráter sacrificial e sedutor. Outra apreensão é que os problemas econômicos, políticos e sociais são balizados por soluções técnicas. A partir disso emergem processos e análises que envolvem apenas o custo e o lucro, ou seja, um modelo econômico quantitativo que não leva em consideração os aspectos sociais e morais. Essa metodologia distancia a teoria da realidade econômica já superada pelos avanços tecnológicos e pela estrutura social vigente.

A questão sobre a liberdade de decidir a forma de viver quando estiver ancorada na técnica e no resultado (na quantidade) remete ao mito do progresso; ela se transforma em valor absoluto e sacraliza os meios fazendo com que o bom seja aquilo que serve ao progresso e às taxas de crescimento. Ao servir unicamente do progresso como meta absoluta perde-se a liberdade porque o ser humano transforma-se em meio para atingir a um determinado fim, ou seja, ele se converte em capital humano. Já não é mais possível escolher ou decidir, pois a meta o limita a uma relação instrumental meio-fim. O mito do progresso é a negação da liberdade humana, e, quando a convicção perde força, as estruturas de dominação encarregam-se de apresentar um falso futuro, oprimindo os seres humanos que vivem no presente.

É necessário desenvolver um projeto que contemple uma sociedade em que os seres humanos e também a natureza possam produzir as riquezas para todos, de tal forma que suas fontes não sejam ameaçadas. A terra e os seres humanos devem ser preservados num projeto democrático realista de integração humana no qual o mercado seja regulado a partir de intervenções sistemáticas e o Estado seja colocado a serviço da vida humana real tendo como finalidade o êxito social e a autorrealização de todos os indivíduos. O contrário disso, é um discurso antiquadamente romântico, ou nas palavras de Flusser, “conversa fiada”.

A pobreza pode ser erradicada, aliás deveria ser um imperativo moral. O mercado não pode ser idolatrado e continuar sendo o instrumento de decisão sobre a morte e a vida do homem. É preciso direcionar a economia para programas de redução da pobreza e para o crescimento econômico em benefício dos pobres. No entanto, diante da realidade econômica vigente é improvável que isso aconteça porque o modelo econômico apesar de formalmente globalizado é concentrador de renda, utiliza-se de recursos tecnológicos para reduzir o custo da mão-de-obra e é excludente. O contraste impressiona pela dor que causa: por um lado a riqueza e o desenvolvimento tecnológico; do outro, a fome, a pobreza, a miséria em níveis cada vez maior. É urgente encontrar uma solução; não se pode esperar passivamente que a própria lógica do mercado equilibre os problemas sociais e atenuar as desigualdades, tal como sugerem economistas que defendem a tese da autorregulação do capitalismo. A fome não espera; ela exige uma melhor distribuição de renda e da terra. Enquanto não se encontra uma solução eficaz e a riqueza adquirida seja contra o outro, o mundo caminha para um desfecho já alertado por Hinkelammert no qual “uns não podem dormir porque têm fome e os outros

não podem dormir porque têm medo dos que têm fome. A agressividade se generaliza e a mística da dor interpreta os fatos.”¹⁹⁶

A vitória do capitalismo democrático sobre o bloco comunista foi celebrada como uma grande conquista do ocidente. A democracia liberal está centrada na igualdade entre os cidadãos através do voto individual. O mercado, por sua vez, na concorrência entre os indivíduos, na lei da sobrevivência do mais forte ou daquele que estiver melhor adaptado às regras do mercado. Essa política econômica favorece a formação da desigualdade social, a concentração da riqueza, criando na atualidade uma legião de excluídos e marginalizados.

Diante desse problema caberia ao Estado contornar e cuidar do bem-estar da população. Promover uma política a fim de diminuir as diferenças sociais e criar condições justas para disputar as oportunidades de trabalho. No entanto, o que se percebe é um afastamento planejado cada vez maior do Estado das políticas públicas de inclusão social, transferindo para o mercado a incumbência de estabelecer os parâmetros de ajuste. A alternativa para inverter esse ciclo dominante do mercado é a pressão social; é preciso não aceitar a exclusão, não permitir o desmonte do Estado. A presença do Estado é fundamental na reconstrução econômica e na intervenção no campo social.

É inaceitável que a riqueza pessoal adquirida pela concorrência no mercado para usufruir de um padrão de consumo cada vez maior seja merecida e enaltecida, enquanto que a pobreza seja tomada como um castigo justo. Isso remete à ideia de que as pessoas diante da realidade da fome irão se esforçar para sobreviver no mercado e que irão ser integradas a ele por meio do próprio esforço. Isso pode ser traduzido como a cultura da ameaça e do medo e como a cultura de insensibilidade dos mais ricos diante dos mais pobres.

Diante dessa perspectiva descarada, a acusação é que os programas sociais não trazem resultados positivos e, acima de tudo, provocam déficit público. Fazem mal aos pobres porque os leva a não assumir a sua responsabilidade e a se tornar dependentes, mal-acostumados, e que tais programas sociais prejudicariam o desenvolvimento das suas potencialidades. Resta saber até quando uma sociedade suporta viver a realidade do desemprego, da exclusão social e da fome. O individualismo extremado corrói a noção de sociedade cujo resultado é a revolta social. Assim, justifica-se a proposta da tese em denunciar a idolatria do capital no sentido de devolver à economia sua atividade principal de promover a vida humana e a inclusão para todos.

¹⁹⁶ ASSMANN; HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*, p. 454.

Através da filosofia flusseriana foi possível demonstrar que os aparelhos e os programas interferem na vida e na escolha das pessoas e da sociedade direcionando a humanidade para um totalismo programador. O ser humano funciona em função do aparelho e obedece ao que está inscrito no programa. É um sistema complexo no qual aparelhos programam aparelhos com interferência na economia, na indústria e na sociedade. Os programadores e os programas são dominados por um metaprograma. Ou seja, aparelho programado para programar aparelho com a clara finalidade de funcionar em função do interesse de alguém *ad infinitum*. Essa nova magia do mundo contemporâneo é a ritualização de programas com o propósito de programar a sociedade em vista de um comportamento idolátrico programado. A função da crítica é justamente tornar transparente os programas políticos, sociais e econômicos que são impalpáveis e invisíveis e que visam programar a sociedade.

Novas maneiras de comportamento e de pensar estão surgindo na sociedade informatizada. As relações constituídas pelas pessoas estão cada vez mais atreladas aos dispositivos da informática, o que também ocorre com a escrita, com o aprendizado e sobretudo com a pesquisa científica. A técnica criada pelo homem está transformando a vida social, cultural e econômica, alterando as bases da vida social e do conhecimento numa velocidade difícil de acompanhar. Esses processos tecnológicos raramente são objetos de discussões coletivas ou de decisões por parte dos cidadãos envolvidos. É possível verificar um projeto político equivocados, a saber, o de introduzir computadores nas salas de aula a fim de produzir uma imagem de modernidade e não se obter nada mais do que imagens, porque o processo não foi acompanhado e não se deu a devida atenção à criação dos projetos educacionais. Quando se aborda o tema das novas tecnologias intelectuais é possível afirmar que o processo está em aberto e nada está decidido e fechado. Na elaboração das estratégias tecnológicas é preciso o cuidado com os elementos políticos e culturais, e as exitosas são aquelas estratégias que valorizam os mínimos detalhes.

A principal característica dessa sociedade emergente é a capacidade de dissipar os grupos sociais e transformar a sociedade em massa amorfa e isolada. A concentração do olhar está sobre as imagens e o desejo pelos aparelhos, e não sobre os homens que permanecem cada vez mais dispersos nessa sociedade idolátrica. Esse circuito fechado composto por cabos e pela rede tornam o homem solitário, crente que as imagens o tornam mais feliz.

O grande desafio da tese foi o de fazer uma crítica filosófica à idolatria em seu formato contemporâneo apropriado pelo mercado e, conseqüentemente, aos seus impactos

geradores de desintegração social. É imperioso que os fios que conectam todos com todos transportem novos valores para a sociedade a fim de criar um homem politizado e agregador que ultrapasse a barreira da contemplação passiva das imagens e que elas possam assumir o papel de mediadora na troca de informações entre os homens dispersos no mundo.

Isso implica que o homem possa sentar-se na frente de um terminal eletrônico e decidir quais as computações são informativas, preservando o direito do “não”, e o direito de revogar e vetar as decisões tomadas automaticamente, tornando-se desta forma um crítico criativo. Quando o homem assume a passividade de ser um apertador de tecla segundo o programa contido no aparelho, a autonomia é deixada de lado e tudo passa a operar automaticamente conforme o programa pré-estabelecido. A liberdade humana consiste na possibilidade de parar o aparelho quando desejar. Portanto, a crítica da idolatria visa exatamente inverter o fluxo: os aparelhos – e não os seres humanos – devem ser programados a bem da sociedade e da vida.

BIBLIOGRAFIA

ADIÑACH, Pablo R. *O livro do Êxodo*. Um comentário exegético-teológico. São Leopoldo: EST, 2010.

ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Em que crê o capitalismo?* Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057--e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em: 22/06/2018.

_____. *Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro*. Disponível em <<https://www.ragusanews.com/articulo/28021/giorgio-agamben-intervista-a-peppe-sava-amoscicli-e-guccione>>. Acesso em: 12/06/2018.

ANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

ARISTÓTELES. *Política* – Edição bilíngue. Tradução: António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa, Vega: 1998.

ASSMANN, Hugo. *Desafios e falácias*: ensaios sobre a conjuntura atual. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. *Crítica à lógica da Exclusão*: ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. *Teología desde la praxis de la liberación: ensayo teológico desde la américa dependiente*. Salamanca: Ed. Sígueme, 1976.

_____. *René Girard com teólogos da libertação*: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *A Teologia da Libertação se opõe aos ídolos da opressão*. In: ALVES, Rubem et al. *Fé cristã e ideologia*. São Bernardo do Campo: Unimep Imprensa Metodista, 1981.

_____. *Deus em nós*: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres. São Paulo: Paulus, 2010.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do Mercado*: ensaio sobre Economia e Teologia. Série V: desafios da vida na sociedade. São Paulo: Vozes, 1989.

BAITELLO JUNIOR, Norval. *A serpente, a maçã e o holograma*: esboços para uma teoria da mídia. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. *A era da iconofagia: reflexões sobre a imagem, comunicação, mídia e cultura*. São Paulo: Paulus, 2014.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. *Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAVARESCO, Agemir. *Idealismo ou realismo idealista: Hegel & Marx*. Porto Alegre: Veritas, v.63, n.1, jan-marc, 2018.

BEALE, G, K. *Você se torna aquilo que adora: uma teologia bíblica da idolatria*. São Paulo: Vida Nova, 2014.

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO XVI, Papa. *Discurso do Papa Bento XVI: V Conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida.html>. Acesso em 28/10/2018.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BERNARDO, Gustavo; GULDIN, Rainer. *O homem sem chão: a biografia de Vilém Flusser*. São Paulo: Annablume, 2017.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BÍBLIA DE TRADUÇÃO ECUMÊNICA, TEB. São Paulo: Loyola, 1994.

BÍBLIA DO PEREGRINO. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA SAGRADA – Tradução da CNBB. Petrópolis: Vozes, 2001.

FARIAS, André Brayner (Org.). *Vilém Flusser: Filosofia do desenraizamento*. Porto Alegre: Editora Clarinete, 2015.

_____. *Vilém Flusser: pós-história e biopolítica*. Revista Filosofia, Aurora, Curitiba, v. 27, n. 42, p. 917-937, set/dez. 2015.

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOULDING, Kenneth. *The Economics of Knowledge and the Knowledge of Economics*. In: *American Economic Review*, maio/1996, p. 12

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAMPOS, Roberto. *Guia para os perplexos*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988.

_____. *Ensaio imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. *Além do cotidiano*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CHAMPLIN, Russel Norman. *O Antigo Testamento interpretado*. Versículo a versículo. São Paulo: Candeia, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 2004.

CLÓVIS, Benedito; BERNARDINO, Orides. *Os “íolos” no cristianismo primitivo*. Petrópolis: Vozes, 2015. In: ESTUDOS BÍBLICOS. *Idolatria*. A questão é ter ou não ter imagens? Vol. 31, N. 124, Out/Dez 2014, Petrópolis: Vozes, 2015.

COLE, R. Alan. *Êxodo*. Introdução e comentário. São Paulo: Edições Vida Nova; Mundo Cristão, 1981.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CROCETTI, Guisepp. *1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis*. Pequeno Comentário AT. São Paulo: Paulus, 1994.

COELHO, Allan da Silva. *O Capitalismo como Religião: Uma crítica a seus fundamentos mítico-teológicos*. Tese de doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIETRICH, Luiz José. *Quando as imagens viram íolos*. Petrópolis: Vozes, 2015. In: ESTUDOS BÍBLICOS. *Idolatria: a questão é ter ou não ter imagens?* Vol. 31, N. 124, Out/dez 2014, Petrópolis: Vozes, 2015.

DUARTE, Rodrigo. *Pós-história de Vilém Flusser: gênese-anatomia-desdobramentos*. São Paulo: Annablume, 2012.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSEL, Enrique. *Ética comunitária*. Série III: A libertação na história. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Filosofia da libertação: Crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1995.

FELINTO, Erick; SANTAELLA, Lúcia. *O explorador de abismos: Vilém Flusser e o pós-humanismo*. São Paulo: Paulus, 2012.

FERREIRA, Franklin. *Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política*. São Paulo: Vida Nova, 2016.

FLUSSER, Vilém. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro: as conferências de Bochum*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

_____. *A escrita – Há futuro para a escrita?* São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *Ser judeu*. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

_____. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Ficções filosóficas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *O último juízo: gerações I: culpa & maldição*. Organização Rodrigo Maltez Novaes, Rodrigo Petronio. São Paulo: É Realizações, 2017.

_____. *O último juízo: gerações II: castigo & penitência*. Organização Rodrigo Maltez Novaes, Rodrigo Petronio. São Paulo: É realizações, 2017.

FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1984

_____. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992.

GULDIN, Rainer. *Pensar entre línguas: a teoria da tradução de Vilém Flusser*. São Paulo: Annablume, 2010.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *O Deus da vida*. São Paulo: Loyola, 1990.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HINKELAMMERT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei: As raízes de pensamento crítico em Paulo de Tarso*. São Paulo: Paulus, 2012.

_____. *Mercado versus direitos humanos*. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. *Crítica a la razón utópica*. San José: DEI, 1984.

_____. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.

_____. *La fe de Abraham y el Edipo Occidental*. San José: DEI, 1989.

_____. *Sacrifícios Humanos e Sociedade Ocidental: Lúcifer e a Besta*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *Democracia y totalitarismo*. San José: DEI, 1987.

_____. *Economía y revolución*. Santiago: Ed. Pacífico, 1967.

HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAPPE, Anselm. *A decomposição do capitalismo e de suas críticas*. São Paulo: Hedra, 2013.

KELLER, Timothy J. *Deuses falsos: como resistir às idolatrias que prometem o mundo, mas cobram um preço alto demais*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2016.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Vértice, 1986.

LEVINAS, E. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da informação: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: vozes, 2000.

_____. *O capitalismo como religião: Walter Benjamin e Max Weber*, In: JINKINGS, I; PESCHANSKI, J. (Org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MADDISON. *Phases of capitalist development*. Oxford University Press, 1982.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo da produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

McKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MENENDEZ UREÑA, Enrique. *O mito do cristianismo socialista*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

MONDZAIN, Marie-José. *Homo spectator*. Lisboa: Orfeu Negro, 2015.

_____. *Imagem, ícone, economia: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NOVAK, Michael. *O espírito do capitalismo democrático*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

ORMEROD, Paul. *A morte da economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OTTO, R. *O sagrado: Sobre o Irracional na ideia do Divino e sua Relação com o Irracional*. Lisboa: Edições 70, 1992.

PADILLA, René C. *Deus e mamom: economia do Reino na era da globalização*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos. 2011.

PASSET, René. *A ilusão neoliberal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PINTO, Aníbal. *Distribuição da renda na América Latina e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PIKETTY, Thomas. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

_____. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RICHARD, Pablo et al. *A luta dos deuses: Os ídolos da opressão e a busca do Deus libertador*. São Paulo: Paulinas, 1982.

RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e nascimento da Igreja*. Análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1984.

ROSTOW, W.W. *As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: vozes, 1991.

SCHUMPETER, Joseph A. *capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. New York: Modern Library, 1937.

SICRE DÍAZ, José Luis. *Introdução ao profetismo bíblico*. Petrópolis RJ: Vozes, 2016.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Ricardo Timm de. *Ética como fundamento II: pequeno tratado de ética radical*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

_____. *Ainda além do medo: filosofia e antropologia do preconceito*. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

_____. *Levinas e a ancestralidade do Mal: Por uma crítica da violência biopolítica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

_____. *Sentidos do infinito: a categoria de “infinito” nas origens da racionalidade ocidental, dos pré-socráticos a Hegel*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

SUNG, Jung Mo. *Cristianismo de libertação: espiritualidade e luta social*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

_____. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *Idolatria: uma chave de leitura da economia contemporânea?* IN: BRITO, Enio J. C.; GORGULHO, Gilberto S. (Org.). *Religião ano 2000*. São Paulo: Loyola- CRE PUC-SP, 1998.

_____. *Mercado religioso e mercado como religião*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, abril/junho. 2014.

_____. *Sujeito e sociedades complexas*. Petrópolis; Vozes, 2002.

SUNG, Jung Mo; MIGUEZ, N.; RIEGER, J. *Para além do espírito do Império*. São Paulo: Paulinas, 2012.

TAUCHEN, Jair I. *Vilém Flusser e a tradução: realidade ontológica*. In: SCAPINI, Marcos; GUADAGNIN, Renata (Org.). *XVI Semana Acadêmica da PUCRS*. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

TAUCHEN, Jair I. *Da dúvida à poesia de Vilém Flusser*. In: BRAYNER, André (Org.). *Vilém Flusser: filosofia do desenraizamento*. Porto Alegre: Editora Clarinete, 2015.

TAUCHEN, Jair I. *A tecnologia e a escrita na filosofia de Vilém Flusser*. In: BORTOLINI, Bruna de Oliveira; PONTEL, Evandro (Org.). *XV Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS*. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

TAUCHEN, Jair I. *O programa e a mistificação das massas no pensamento de Vilém Flusser e Theodor Adorno*. In: SOUZA, Ricardo Timm de; TAUCHEN, Jair I. (Org.). *Adorno e a dialética negativa: leituras contemporâneas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.

TOGNERI, Silvia. *Os Bezerros de ouro*. Estudo de Ex 32,1-10 e 1Rs 12,25-33. Petrópolis: Vozes, 2015. In: ESTUDOS BÍBLICOS. *Idolatria: a questão é ter ou não ter imagens?* Vol. 31, N. 124, Out/Dez 2014, Petrópolis: Vozes, 2015.

WARD, Benjamin. *O que há de errado com a economia?* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WOHLFART, João Alberto. *Filosofia e economia: Marx e a crise do capitalismo*. Passo Fundo: IFIBE, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZAMORA, José Antonio. *Religión y fetichismo de la mercancia*. In: MOREIRA, Alberto da silva (Org.). *Capitalismo como religião*. Goiana: PUC, 212.

ZILLES, Urbano. *Teologia da pregação*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br